

CIBEC/INEP



B0019397

RELATÓRIO GERAL DO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA - 1977

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RELATÓRIO GERAL
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
1977**

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral.
CODEAC Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura
1977. Brasília, Ministério da Educação e Cultura,
Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

232 p.

1. Educação-Brasil. 2. Cultura-Brasil. I. Título

CDD-370.81

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL
CODEAC

RELATÓRIO GERAL
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
1977



Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília. DF - 1978

SUMÁRIO

Dirigentes em 1977	7
Apresentação	11
Gabinete de Ministro (GM)	13
Conselho Federal de Educação (CFE)	19
Conselho Federal de Cultura (CFC)	23
Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS)	27
Conselho Nacional de Desportos (CND).....	29
Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA).....	31
Conselho Nacional de Cinema (CONCINE).....	38
Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC)	35
Consultoria Jurídica (CJ)	39
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	41
Secretaria-Geral (SEG)	49
Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC)	61
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)	65
Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)	69
Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN)	75
Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL).....	83
Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE)	87
Inspetoria-Geral de Finanças (IGF)	93
Secretaria de Apoio Administrativo (SEA).....	97
Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)	101
Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).....	105
Departamento de Ensino Fundamental (DEF)	109
Departamento de Ensino Médio (DEM)	119
Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para For mação Profissional (CENAFOR)	127
Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI)	133
Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM)	139
Departamento de Assuntos Universitários (DAU)	143
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	153
Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Su perior (PREMESU).....	159

Departamento de Ensino Supletivo (DSU)	163
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)	169
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE)	177
Departamento de Educação Física e Desportos (DED)	181
Departamento de Assuntos Culturais (DAC)	187
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (UNPS).....	193
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).....	197
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).....	201
Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)	205
Departamento de Administração (DA).....	211
Departamento de Assistência ao Estudante (DAE)	215
Departamento de Documentação e Divulgação (DDD).....	219
Departamento do Pessoal (DP).....	225
Instituto Nacional do Livro (INL)	227

DIRIGENTES EM 1977

Ministério da Educação e Cultura (MEC) Ministro -
Ney Aminthas de Barros Braga

Conselho Federal de Educação (CFE) Presidente —
Pe. José Vieira de Vasconcellos

Conselho Federal de Cultura (CFC)
Presidente — Adonias Aguiar Filho

Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS)
Presidente - Adherbal Antônio de Oliveira

Conselho Nacional de Desportos (CND)
Presidente - Jerônimo Baptista Bastos

Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA)
Presidente - Carlos Alberto Menezes Direito

Conselho Nacional de Cinema (CONCINE)
Presidente - Alcino Teixeira de Mello

Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC)
Presidente — Humberto Grande

Consultoria Jurídica (CJ)
Consultor Jurídico - Álvaro Álvares da Silva Campos

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Secretária
Executiva - Ecilda Ramos de Souza

Secretaria-Geral (SEG) Secretário-
Geral - Euro Brandão

Subsecretário-Geral - Roberto Linhares da Costa

Subsecretário de Orçamento e Finanças - Rubem Barreto Ribeiro

Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) Diretor -
Raul Romero de Oliveira

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)
Diretora-Geral — Maria Mesquita de Siqueira

Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)
Diretora-Geral - Sarah Couto Cesar

Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN)
Coordenador - Pery Porto

Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) Coordenador
- Luiz Antonio Souza Lima de Macedo

Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE) Diretor-
Geral — José Maria Araújo Souza

Inspetoria-Geral de Finanças (IGF) Inspetor-Geral -
Norival Onofre Kwiatkowski

Secretaria de Apoio Administrativo (SEA) Secretário
de Apoio — Hélio Pontes

Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) Diretor
Executivo — Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE)
Superintendente - Helios Perillo Fleury

Departamento de Ensino Fundamental (DEF) Diretora-Geral -
Anna Bernardes da Silveira Rocha

Departamento de Ensino Médio (DEM) Diretor-Geral
- José Torquato Caiado Jardim

Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional
(CENAFOR) Diretor-Superintendente - Orestes Miranda; Pedro Caram Zuquim

Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) Diretor-
Geral - Oscar Lamounier Godofredo Júnior

Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM) Coordenador —
Arivaldo Silveira Fontes; Tennyson Araújo Aragão

Departamento de Assuntos Universitários (DAU) Diretor-
Geral — Edson Machado de Souza

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Diretor-Geral - Darcy Closs

Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior (PREMESU)
Coordenador - Rubem Süffert

Departamento de Ensino Supletivo (DSU)
Diretor-Geral - Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
Presidente — Arlindo Lopes Corrêa
Secretário Executivo — Sergio Marinho Barbosa

Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE)
Presidente - Gilson Amado

Departamento de Educação Física e Desportos (DED) Diretor-Geral - Osny Vasconcellos

Departamento de Assuntos Culturais (DAC)
Diretor-Geral — Manuel Diégues Júnior

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) Presidente -
Fernando Alfredo Guedes Pereira de Melo Freyre

Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) Presidente -
Américo Lourenço Jacobina Lacombe

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Diretor-Geral
- Renato de Azevedo Duarte Soeiro

Fundação Nacional de Arte (FUÑARTE)
Presidente - José Cândido Carvalho
Diretor Executivo - Roberto Daniel Martins Parreira

Departamento de Administração (DA) Diretor-Geral -
Fernando Jorge Lessa Sarmento

Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) Diretor-Geral -
Raimundo José Miranda Souza; Cleto de Assis

Departamento de Documentação e Divulgação (DDD) Diretor-Geral - Mozart Baptista Bemquerer

Departamento do Pessoal (DP) Diretor-Geral -
Eraldo Tinoco Melo

Instituto Nacional do Livro (INL) Diretor-Geral -
Herberto de Azevedo Sales

APRESENTAÇÃO

Decorridos quatro anos de trabalho conjunto, harmonioso e criador, o panorama educacional no Brasil, em 1977, se nos descortina de forma altamente alentadora, uma vez que resultados a curto e médio prazo, fortes de conteúdo social, já podem ser observados nos diversos níveis de ensino.

Ressaltam a Implantação da educação pré-escolar a alunos carentes; o incremento da matrícula no 1º grau para alunos na faixa etária de 7 a 14 anos; o ensino de 2º grau com funções de terminalidade e de continuidade; a criação do crédito educativo a alunos universitários carentes; o significativo apoio à educação especial; a implementação do ensino supletivo; a diminuição do índice de analfabetismo, de 24% em 74 para 14% em 1977; o grande estímulo à criatividade artística e intelectual, com significativo apoio à arte popular; a ampliação da atuação no âmbito da educação física escolar, no desporto de massa e no desporto de alto nível.

Este relatório apresenta, de forma sucinta, por órgão, o esforço desenvolvido pelo Ministério, no exercício de 1977, para consecução dos objetivos gerais e específicos, estes consubstanciados no II Plano Setorial de Educação e Cultura para o período de 75/79.

Secretaria-Geral

GABINETE DO MINISTRO

I - Apresentação

O Gabinete do Ministro tem por finalidade prestar assistência ao Ministro de Estado em sua representação política e social, incumbir-se do preparo e do despacho do expediente pessoal do Ministro, e desenvolver a Política de Comunicação Social do Ministério.

Além do atendimento às normas regimentais, o Gabinete atuou através da:

— *Chefia de Gabinete, pela Supervisão* • das atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes do Gabinete; • da pauta de trabalho do Ministro de Estado e da assistência em seus despachos;

- das atividades político-sociais de interesse do Ministro de Estado;
- das atividades relacionadas com a elaboração da proposta e a execução orçamentária do Gabinete;
- da promoção e estabelecimento das relações do Ministro de Estado com autoridades, órgãos públicos e entidades privadas.

- *Subchefia de Gabinete, pela Coordenação*

- dos trabalhos administrativos do Gabinete;
- do estudo de processos e expedientes submetidos à deliberação ministerial.

Tópicos Destacados da Atuação do Gabinete do Ministro em

1977

- representação política e social do Ministro de Estado;
- elaboração de normas e atos administrativos;
- acompanhamento de atos administrativos junto à Presidência da República, ao Congresso Nacional e a outras entidades;
- área de estudos especiais;
- participação em encontros, reuniões e eventos internacionais;
- publicações;
- área de comunicação social;
- provimento do apoio administrativo às atividades do Gabinete;
- isenções liberadas previstas no Decreto nº 77,715/76;
- execução financeira e orçamentária.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

- *Representação Política e Social do Ministro de Estado*
- Pronunciamentos do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura em comemorações:
 - no Dia de Tiradentes - 21/4/77, Ouro Preto, MG;
 - no lançamento de obras literárias em virtude do sesquicentenário da criação dos cursos jurídicos - 10/8/77, Brasília, DF;
 - no Palácio do Planalto, por ocasião de abertura da Semana da Pátria, dissertando sobre a Independência - 1/9/77, Brasília, DF;
 - no lançamento das obras de José de Alencar, pelo MEC - 24/10/77, Brasília, DF.
 - Conferências:
 - na Comissão de Educação do Senado: síntese do desempenho alcançado pelo MEC nos campos educacional, cultural e desportivo, consoante as políticas traçadas neste sentido - 28/4/77, Brasília, DF;
 - na Escola Superior de Guerra: Política da Educação, da Cultura e do Desporto - 22/9/77, Rio de Janeiro, RJ;
 - no Seminário sobre Política Social, na Fundação Milton Campos: desempenho do MEC em especial sobre a Política Nacional Integrada da Educação, com esboço da atuação do MEC nos vários níveis de ensino - 26/10/77, Brasília, DF.
 - Congressos, reuniões e encontros:
 - Fórum da Ciência e da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro: aspectos da universidade e a responsabilidade solidária na construção do País -1/7/77, Rio de Janeiro, RJ;
 - X Seminário de Assuntos Universitários, no Conselho Federal de Educação: o esforço do MEC visando à melhoria do Ensino Superior — 6/7/77, Brasília, DF;
 - Seminário do Conselho de Reitores: aspectos da expansão controlada do ensino superior - 22/7/77, Rio de Janeiro, RJ;
 - Seminário, na Câmara dos Deputados, sobre o ensino: a iniciativa do MEC visando à qualidade nesse setor educacional - 3/8/77, Brasília, DF.
 - Pronunciamentos diversos:
 - a importância do Banco de Teses, ao ensejo do lançamento de seu segundo catálogo - 5/4/77, Brasília, DF;
 - mensagem gravada a propósito do lançamento, no Acre, da Coleção de Língua Portuguesa da FENAME - 6/4/69, Brasília, DF;
 - declaração à imprensa, advertindo sobre a ação de minorias na comunidade universitária - 6/5/77, Brasília, DF;
 - no Itamarati, saudação em nome do Governo ao Ministro da Educação de Cabo Verde, relevando a fraternidade existente entre o Brasil e aquele país e ressaltando sua confiança no futuro das relações entre os mesmos - 27/4/77, Brasília, DF;
 - pela Rede Nacional de TV, acentuando o empenho governamental em prol da educação põe em evidência a grande missão universitária, apelando ao jovem no sentido de tranquilidade nas universidades - 17/5/77, Brasília, DF;
 - durante a assinatura de portaria da SUNAB sobre o *couvert* artístico, em presença do Ministro Alysson Paulinelli, enumeração das várias medidas do MEC

ligadas a atividades musicais — 9/8/77, Brasília, DF;

- pronunciamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, acentuando o serviço prestado pela mesma ao País - 1/1/77, Rio de Janeiro, RJ;

- agradecimento da oferta, pelo EMFA, de mapas do Brasil para as escolas - 30/1/77, Brasília, DF.

- *Elaboração de Normas e Atos Administrativos*

- Realização de numerosos estudos, pareceres, projetos e outros trabalhos de assessoramento direto ao Ministro.

- Autorização, reconhecimento e conversão de cursos superiores:

- autorização de novos cursos superiores 23

- reconhecimento de cursos 271

- conversão de cursos 35

- alteração em estatutos e regimentos 11

- credenciamento de cursos de mestrado e doutorado 32

- outros processos 39

- Elaboração de atos normativos de diversas naturezas, em especial todos os processos de alienação de bens de universidades, autarquias e entidades.

- *Acompanhamento de Atos Administrativos junto à Presidência da República, ao Congresso Nacional e a Outras Entidades*

- Coordenação das assinaturas de convênios do Departamento de Ensino Fundamental e do Departamento de Educação Física e Desportos com os senhores parlamentares, em número de 407.

- Encaminhamento de pareceres solicitados ao MEC, sobre projetos de lei e acompanhamento dos mesmos no Congresso Nacional. Projetos de lei sancionados: 11.

- *Área de Estudos Especiais*

- Implementação do Programa de Crédito Educativo.

- Implementação do Novo Sistema de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais, referentes a execução pública de obras musicais, em colaboração com o CNDA.

- Coordenação dos trabalhos da elaboração da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional - 1978.

- Articulação com o Conselho Federal de Educação para elaboração das novas normas reguladoras dos procedimentos relacionados com a expansão do ensino superior no País.

- Acompanhamento dos trabalhos da equipe da Fundação Getúlio Vargas incumbida de realizar estudo sobre financiamento da educação.

- Acompanhamento dos trabalhos da equipe do Instituto de Pesquisas da Fundação IPEA incumbida de realizar o levantamento consolidado dos dispendios em educação a partir de 1960.

- Participação do Grupo Misto MEC/CNRH que elabora análise da situação da educação no Brasil.

- Coordenação da equipe que elabora esboço de proposta de atuação do MEC para os anos próximos, a partir dos estudos anteriores.

- Estudo sobre competência e atividades da Assessoria de Estudos e Projetos.

- Montagem do Relatório do Gabinete do Ministro referente às atividades de 1976.

— *Participação em Encontros, Reuniões e Eventos Internacionais*

- XXXVI Sessão da Conferência Internacional de Educação (CONFINTED - 36) - UNESCO (Genebra).
 - Congresso Interamericano de Direitos Autorais, sob o patrocínio da USP e do Instituto Interamericano de Direito Autoral — Sao Paulo, 1977.
 - Reunião Técnica sobre Articulação entre Treinamento e Educação Formal patrocinada pela Organização dos Estados Americanos, Organização Internacional do Trabalho e Governo Brasileiro — Brasília, 1977.
 - Participação em diversos seminários e encontros sobre assuntos educacionais: extensão universitária, desafios básicos ao ensino superior, custos e qualidade do ensino, pesquisa, expansão do ensino superior e currículos.
 - Encontro do Centro-Oeste das Emissoras de Radiodifusão, promovido pela ABERT: palestra sobre o direito autoral no Brasil — Minas Gerais, 1977.
 - Painel no VII Encontro Brasileiro das Faculdades de Direito: direito autoral (Lei nº 5.988/73) - Maranhão 1977.
 - III Encontro Nacional de Compositores: palestra sobre a nova Lei do Direito Autoral — Brasília, 1977.
 - V Encontro Nacional de Dirigentes de Órgãos de Ensino Supletivo - Brasília, 1977.
 - Reunião: mensagem presidencial ao Congresso Nacional — Brasília, 1977.

— *Publicações*

- "A Função do Crédito Educativo como Investimento Social", revista *Educação*, nº 24, outubro/77.
 - *A Nova Lei Brasileira de Direitos Autorais*, trabalho elaborado para a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais da América Latina e do Caribe (UNESCO - Bogotá, Colômbia).
 - *Coletânea da Legislação da Educação e Cultura*.

— *Área de Comunicação Social*

- Relações Públicas:
 - trabalho conjunto com a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, desenvolvendo campanhas de comunicação social, participando de eventos, como a Coordenação da Comemoração da Semana da Pátria, e na elaboração de programas de Relações Públicas;
 - assistência ao Sr. Ministro quando de seu comparecimento a solenidades públicas.
 - Imprensa:
 - redação e divulgação de notícias e editoriais de interesse do Ministério;
 - levantamento diário das matérias divulgadas pela imprensa;
 - contato permanente com os jornalistas credenciados junto ao MEC;
 - distribuição de informativos destinados ao público.

— Provisamento do Apoio Administrativo das Atividades do Gabinete

A Secretaria Administrativa deu provimento ao apoio das atividades-meio do Gabinete, através da execução e controle das atividades referentes aos setores de pessoal, material, mecanografia, protocolo, e serviços gerais.

- Isenções Liberadas Previstas no Decreto nº 77.745/76

Neste exercício, de acordo com as exceções previstas no Decreto nº 77.745/76, que regulamenta o Decreto-Lei nº 1.470, de 4 de junho de 1976, que estabelece condição para emissão ou prorrogação de passaporte com a concessão de visto policial de saída, foram liberados os seguintes pedidos de isenção no período de 1º/1 a 31/12/77:

Art. 1.º - item I.....	5.887	(Estudos)
item II	2.036	(Esportes)
item V	855	(Artistas)
Art. 3º - (Dependentes)	2.078	
Total	10.856	

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Assessoramento Superior	Tesouro	5.911	2.895	5.707	7.097	8.046	9.020	13.279
Manutenção de Residências Oficiais	Tesouro	-	-	-	-	340	360	469
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	2.000
Conservação, Utilização e Vigilância de Residências	Tesouro					700	332	320
Coordenação de Relações Públicas	Tesouro	1.300	1.017	1.008	747	900	660	600
T O T A L		7.211	3.912	6.715	7844	9986	10.372	16658

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

I - Apresentação

O Conselho Federal de Educação (CFE), no exercício de 1977, teve plena atuação no que concerne à orientação da política educacional do País.

Dentre os principais pontos de atuação do CFE, merecem ser mencionados os seguintes:

- autorização para funcionamento de estabelecimentos isolados de ensino superior federais e particulares;
 - reconhecimento de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior;
 - credenciamento de cursos de pós-graduação;
- fixação de núcleo comum do currículo de 1º e 2º graus para todo o território nacional.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

O Conselho Federal de Educação, dentre suas atribuições, emitiu 3.867 pareceres, sendo: 4 do Plenário; 16 de comissões especiais; 57 da Comissão de Legislação e Normas; 3.739 da Câmara de Ensino Superior; e 51 da Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus.

Com referência ao ensino de 1º e 2º graus, o CFE examinou os seguintes temas: currículo e habilitações básicas; currículo pleno; experiências pedagógicas; plano de educação dos territórios; vestibular sem conclusão do 2º grau; transferências; diplomas, certificados e registros; interpretação da Lei nº 5.692/71; e outros.

No tocante ao ensino superior, os assuntos tratados foram: criação de universidades; autorização e reconhecimento de cursos; credenciamento de cursos de pós-graduação; conversão de curso autorizado e reconhecido a novo dispositivo legal; aprovação de plano de curso; aprovação de aumento de vagas; apreciação de currículo pleno e de transferência de mantenedora e de sede; aprovação de plano de reestruturação de universidade e estabelecimento isolado; aprovação ou alteração de estatuto e regimento; abertura de inquérito administrativo em instituições de ensino superior (IES); e aprovação de indicação de professor.

O CFE autorizou, em 1977, um total de 1.120 vagas em estabelecimentos de ensino superior, sendo 50 em cursos já autorizados e reconhecidos e 1.070 em 9

novos cursos, os quais são: 1 na área de Ciências Exatas e Tecnologia; 3 em Ciências Biológicas e Profissionais da Saúde; e 5 em Ciências Humanas. Também foram reconhecidos pelo CFE os cursos/vagas apresentados no quadro seguinte:

RECONHECIMENTO DE CURSOS/VAGAS PELO CFE, POR ÁREA DE CONHECIMENTO E GRANDES REGIÕES. Jan./Dez. - 1977

Conhecimento	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		TOTAL	
	Curso	Vaga	Curso	Vaga	Curso	Vaga	Curso	Vaga	Curso	Vaga	Curso	Vaga
Ciências Exatas e Tecnológicas	2	100	17	410	17	850	15	628	13	-	54	2088
Ciências Biológicas e Profissionais da Saúde	1	-	1	-	15	526	5	140	1	-	28	665
Ciências Humanas	5	1060	-	105	62	8414	24	685	11	1060	100	8864
Ciências Agrárias	1	80	-	-	2	-	-	-	-	-	3	60
Ciências da Educação Profissionais do Ensino	1	-	1	680	47	4991	27	1185	3	420	66	7176
Letras	-	-	6	420	17	1915	5	208	2	-	29	2543
Artes	-	-	-	-	5	180	1	-	1	-	7	180
TOTAL	10	760	44	1515	155	14975	77	2846	21	1480	307	21576

Obs.: No número de vagas não estão computadas as das universidades

Quanto aos cursos de pós-graduação, foram credenciados: mestrado - 33, e doutoramento - 12; e foram reconhecidos: mestrado - 2, e doutoramento - 2.

Dentre as atividades especiais, o CFE patrocinou: um seminário sobre Expansão do Ensino Superior e Livre-Docência; uma reunião sobre formação e atuação do professor de 1º grau (séries iniciais); assistência técnica às universidades e IES no tocante à legislação do ensino superior e sistemática processual do CFE; e uma reunião para treinamento de representantes das delegacias, para coleta e tratamento de dados dos Cadastros Básicos de Ensino Superior.

Como inovações do CFE figuram, entre outras, as realizações:

- aplicação, em caráter experimental, de novos formulários para reconhecimento de cursos ministrados por universidades oficiais;
- redefinição do currículo mínimo do curso de Comunicação Social;
- providências relativas ao estudo do Aviso Ministerial nº 745, de 22 de outubro de 1976, referente ao redimensionamento das normas disciplinadoras da criação de novas universidades;
- regulamentação das condições para a validade dos certificados de cursos de aperfeiçoamento e especialização para o magistério superior;
- implementação dos Cadastros Básicos do Sistema de Instituições do Ensino Superior, em articulação com o Centro de Informática do MEC (CIMEC) e o Departamento de Assuntos Universitários (DAU);
- aprovação e divulgação da nova sistemática para autorização e reconhecimento de cursos superiores.

III- Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração de Órgão	Fonte de Recursos	1975		1978		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação e Supervisão do Ensino	Tesouro	4325	3.951	5.207	4.799	7.455	8.917	12.214
Reconhecimento e Credenciamento de Escolas e Cursos Superiores	Diret. Arrec. Exerc. Ant. Tesouro	5.790	2.518	4.000	2.937	4.500 1.062 570	4.324 659.534	5.000
	Subtotal	6.790	2.518	4.000	2.937	6132	5.517	6.000
T O T A L		10.115	6469	9207	7.738	13.587	14.464	17.214

IV - Conclusão

O CFE espera maior racionalização em 1978, com a aplicação da nova sistemática de autorização e reconhecimento de novos cursos, habilitação e aprovação de docentes. Neste sentido, já se encontram em fase de divulgação os novos modelos de questionários, além de impresso contendo o conjunto de pareceres, resoluções e portarias definidoras da nova sistemática.

Apresentação

O Conselho Federal de Cultura (CFC), no uso de suas atribuições em decorrência das diretrizes que norteiam a Política Nacional de Cultura, participou ativamente, no exercício de 1977, na defesa e valorização da cultura nacional.

Em 48 sessões plenárias, o CFC deliberou sobre assuntos pertinentes às artes, às letras, às ciências humanas e à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Na execução do programa de Assistência Financeira a Entidades, o CFC firmou convênios com entidades oficiais e particulares para execução de projetos destinados à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, e incentivo à criatividade e à difusão cultural, utilizando-se, para esse fim, de recursos orçamentários e extra-orçamentários, estes oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Na área da defesa do patrimônio nacional, foi firmado convênio com a Fundação Cultural do Maranhão, que teve por objetivo o levantamento, a classificação e o acondicionamento de nada menos de 16.000 gravuras que pertenceram a Arthur Azevedo, e que foram adquiridas, por aquele Estado, em 1911.

Mereceram, ainda, a participação financeira do Conselho, projetos de iniciativas da Fundação Cultural da Bahia, com vistas à reprodução fotomecânica do acervo documental do escritor Afrânio Peixoto, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destinado ao levantamento, classificação e pesquisas de manuscritos e documentos históricos, geográficos e culturais. Este último projeto objetiva promover o levantamento de todos os manuscritos existentes no Rio de Janeiro, em órgãos oficiais e particulares, no campo da História.

Quanto ao desempenho de atividades no campo do incentivo à criatividade, releva citar a participação do Conselho no VIII Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro, concurso bienal de repercussão mundial, que vem sendo promovido pela Sociedade Brasileira de Realizações Artístico-Culturais.

Observa-se, nesse particular, a interferência do Conselho Federal de Cultura junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no sentido de alocar recursos ao Museu Villa-Lobos para produção de discos sobre o Concurso Interna-

donai de Violoncelo, em memória do 17º aniversário de morte de Villa-Lobos e ao ensejo do transcurso do centenário de Pablo Casals.

Também foi firmado convênio com a Fundação Universidade Mineira de Arte para aquisição de instrumentos musicais para a Escola de Música daquela entidade, que vem provendo diversos cursos preparatórios de iniciação musical, teoria musical, harmonia e morfologia e canto, contribuindo, assim, para a formação de novos instrumentistas.

Dentro da programação traçada pela Política Nacional de Cultura, adotada pelo Governo através do Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Federal de Cultura atendeu a uma série de pedidos de auxílio financeiro para realização de festivais de arte. A finalidade foi difundir as diversas manifestações artísticas nacionais, de modo a despertar o interesse pela formação de artistas brasileiros.

Nesse particular, ressaltam-se a realização do V Festival Internacional de Coros, realizado no Rio Grande do Sul, sob o patrocínio da Associação dos Festivais de Coros, bem como o V Festival de Arte do Rio Grande do Norte, promoção de âmbito nacional, que vem sendo realizada sistematicamente pela Sociedade de Cultura Musical daquele Estado.

Com vista a promover a difusão cultural, o CFC participou financeiramente da publicação dos anais do VIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, bem como do catálogo etnográfico do Museu do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.

No sentido de desenvolver a campanha de informação e educação, foi assinado convênio com a Fundação Educacional do Estado do Ceará, que teve por objetivo a execução de numerosos programas culturais, com divulgação dos principais fatos da atualidade, ocorridos nos planos internacional, nacional e local.

Seguem, na área de difusão cultural, a participação financeira do Conselho Federal de Cultura no III Ciclo de Palestras sobre a Música Brasileira, promovido pela Caravana dos Artistas Líricos; na realização do programa Música para a Juventude, promoção semanal da Fundação Palácio das Artes; na iniciativa da Fundação Educacional Padre Landell de Moura de realizar apresentações de programas recreativo-culturais radiofônicos de índole cultural, referente à vida e à obra de grandes compositores de música popular brasileira, além de outros eventos culturais de menor significação nacional, mas com evidente e benéfica repercussão em áreas regionais.

Uma das principais metas do Conselho Federal de Cultura é a criação e instalação de casas de cultura nas diversas regiões do País, com o apoio e o estímulo dos órgãos executivos dos respectivos estados e municípios. Trata-se de projeto dos mais relevantes, por formarem tais casas núcleos de irradiação de atividades regionais, constituindo-se em dinâmico fator de promoção e incentivo. Em 1977, foram implantadas novas unidades, nos municípios de Benedito Leite, Maranhão; Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo; Campo Formoso, Bahia; Mossoró, Rio Grande do Norte, sem falar na contribuição do CFC para aquisição de equipamentos para a Casa de Cultura de Joinville.

Em prosseguimento ao programa editorial, o Conselho Federal de Cultura, entre outros livros e periódicos, contribuiu para a publicação dos seguintes títulos: *Revista da Academia Sergipana de Letras*, *A Ordem*, *Convívium*, *Revista das Academias de Letras do Brasil*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, *Tempo Brasileiro*, *Revista Brasileira de Filosofia*, *Revista do Instituto de História e Arte de Belo Horizonte* e *Revista do Instituto Histórico e Geo-*

gráfico de Minas Gerais, Letras de Hoje, Jornal de Letras, Anais do XVIII Congresso Internacional de Língua e Literatura, Anais do VIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura.

Merece especial referência a publicação, em co-edição com o Instituto Nacional do Livro, das obras *História da Faculdade de Direito do Recife*, de Clovis Beviláqua, e *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, de Spencer Vam-pré, e a edição de *Poesia Completa* de Pethion de Villar.

Como resultado de convênios firmados em exercício anterior, verificou-se o lançamento das seguintes obras: *Introdução ao Estudo da Música Indígena Brasileira*, de Helza Cameu, obra resultante de uma pesquisa de campo que durou 42 anos, assim como o volume II de *História da Cultura Brasileira*, que vem sendo publicada em co-edição com a FENAME.

Ainda nesse exercício, o Conselho Federal de Cultura apreciou e pronunciou-se sobre projetos de lei e consultas dentre os quais figuram o Projeto de Lei nº 1.278/75, que institui a Festa Nacional do Livro, e o Projeto de Lei nº 25, de 31/11/75, que organiza a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Prontos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação e Fiscalização das Atividades Culturais	Tesouro	2.474	2.474	5.648	5.648	5.961	6.671	9.050
Assistência Financeira a Entidades	Tesouro	2.053	2.053	2.131	2.131	2.170	1.707	2.800
Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico	E.G.U.	734	734	-	-	-	-	-
Incentivo à Criação de Difusão no Âmbito da Cultura	E.G.U.	4.346	4.346	-	-	-	-	-
Apoio a Projeto de Desenvolvimento da Educação e Cultura	Outras Fontes	8	8	2.000	2.000	2.400	2.400	-
TOTAL		9.615	9.615	9.779	9.779	10.531	10.778	11.860

IV - Conclusão

Em 1977, o Conselho Federal de Cultura atuou no território nacional incentivando iniciativas já em curso, em entidades oficiais ou particulares, e participando de projetos que têm por meta o estímulo à criação e difusão de valores nas diferentes áreas culturais do Brasil, conforme quadro seguinte:

Área	Casas de Cultura	Incentivo i Criatividade	Difusão Cultural	Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Estado				
Alagoas	-	-	60	-
Bahia	50	50	-	30
Ceará	-	270	84	-
Espírito Santo	-	60	-	-
Maranhão	100	68	-	38
Minas Gerais	63	181	147	69
Pará	-	-	104	70
Piauí	-	-	-	100
Rio de Janeiro	-	145	1.083	770
Rio Grande do Norte	80	80	75	-
Rio Grande do Sul	-	144	160	-
Santa Catarina	50	200	65	-
São Paulo	-	-	140	-
Sergipe	-	-	30	-
TOTAL	343	1.198	1.948	1.077

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

I — Apresentação

Em 1977, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), como órgão deliberativo, consultivo e normativo vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação e Cultura, promoveu estudos no que concerne aos problemas do serviço social em todo o País.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

O Conselho Nacional de Serviço Social, com o objetivo de atender a sua programação no campo da assistência social, examinou 3.440 processos, destacando-se os de registro e filantropia, e realizou 99 sessões ordinárias.

Dos processos mencionados, 340 foram indeferidos; 1.100 convertidos em diligências; 45 arquivados; e os 1.955 restantes deferidos. Em vários processos julgados, por economia processual, providenciou-se a averbação de 36 entidades mantidas nos registros de suas mantenedoras, e o relacionamento de 56, já averbadas, nos certificados de fins filantrópicos.

Com a vigência do Decreto-Lei nº 1.572, de 1/9/77, que fixou prazo para as entidades requererem a regularização de seus títulos de Utilidade Pública Federal e de Filantropia, houve no CNSS, no tocante à entrada de processos, um acréscimo da ordem de 203%, em relação ao exercício de 1976.

III — Execução Financeira

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades da Administração do Órgão	Fonte de Recursos	Cr\$ 1000						
		1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação e Fiscalização de Entidades de Assistência Social	Tesouro (CNSS)	1089	1054	1 729	1686	2.560	2 536	4 186
Assistência Financeira e Entidades Educacionais, Culturais, Assistenciais e Comunitárias	Tesouro (IGF)	152.346	-	3600	-		328	5.360
	Tesouro (SEG)					4 392		
						353		
	Subtotal	152.346	-	3600		4 745	328	5360
T O T A L		153 435	1054	5.329	1685	7 305	2 864	9 546

IV-Conclusão

Em 1978, o CNSS pretende ampliar suas atividades, inclusive introduzindo ainda maior dinâmica em seu desempenho.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

| - Apresentação

Para o Conselho Nacional de Desportos (CND), o ano de 1977 marcou o início de uma nova etapa no cenário desportivo nacional, com a implantação da Política Nacional de Educação Física e Desportos e, conseqüentemente, do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED).

II —Principais Realizações no Exercício de 1977

O Conselho Nacional de Desportos, em 22 sessões ordinárias e 1 extraordinária, aprovou 39 estatutos de confederações e federações, e autorizou a participação de entidades desportivas em eventos nacionais e internacionais, estágios, cursos e congressos.

Pelas comissões do plenário foram aprovados diversos projetos, dentre os quais: resguardo dos legítimos interesses das associações desportivas dos atletas profissionais de futebol; regulamento da situação do atleta amador que se transfere para o exterior e retorna ao País; estabelecimento de idade máxima para a categoria juvenil de participantes de xadrez; e normas para o cumprimento do período de recesso para o futebol.

No tocante à execução de atividades de apoio ao Desporto de Alto Nível, foram desenvolvidos os projetos orçamentários seguintes: Assistência ao Desporto Amador; Assistência ao Desporto Profissional; e Coordenação e Fiscalização dos Desportos.

Pelo Projeto de Assistência ao Desporto Amador, o CND promoveu;

- apoio a 274 competições desportivas de 21 confederações, num total de Cr\$ 43,1 milhões;
- atendimento a 79 programas de aquisição de equipamentos e material desportivo, a cargo de 68 entidades, com um total de Cr\$ 13,2 milhões;
- apoio a 36 obras de construção, ampliação e recuperação, a cargo de 32 entidades, no valor de Cr\$ 12,9 milhões;
- auxílio a 44 entidades desportivas no total de Cr\$ 8,2 milhões;
- atendimento a 21 programas de capacitação de recursos humanos de 13 entidades, com recursos da ordem de Cr\$ 4,9 milhões;
- apoio a 5 projetos de atualização e divulgação de dados desportivos, sob a responsabilidade de 5 entidades, no total de Cr\$ 640 mil;

- auxílio a 4 eventos especiais de 2 confederações desportivas, da ordem de Cr\$ 15 milhões;
- apoio financeiro no valor de Cr\$ 1,8 milhão para instalação e manutenção de 3 novas confederações;
- apoio a 74 federações para realização de 76 campeonatos estaduais, com recursos da ordem de Cr\$ 2,1 milhões;
- concessão de auxílio no valor de Cr\$ 5,3 milhões a 79 associações desportivas.

Pelo projeto de Assistência ao Desporto Profissional foi dado apoio a 11 torneios de verão — futebol, promovidos por 11 confederações, mediante a coordenação da Confederação Brasileira de Desportos.

O CND, pelo projeto de Coordenação e Fiscalização dos Desportos, aplicou Cr\$ 5,1 milhões, em custeio de pessoal e outros encargos administrativos.

Nesse exercício, de acordo com o PNED, foram criadas e estão em fase de instalação as Confederações Brasileiras de Atletismo, de Natação, de Remo, e de Caça e Pesca Submarina.

Além dessas atividades o CND, contando com a colaboração do CIMEC e dos conselhos regionais de desportos, promoveu a edição do primeiro *Catálogo Na-donai de Entidades Desportivas*, o qual relaciona dados básicos de 271 federações, 450 ligas e 8.161 associações desportivas.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Assistência ao Desporto	Lot Esp.	71.843	68.033		-	-	-	-
Assistência ao Desporto Amador	Lot Esp FAS Biblioteca S Rec. Di retamente Arrec S. DIV.			101.716	80.990	82092 11000 1 732 3 325 21.001	75848 10.744 1.255 2.931 16.801	65.200 2.000
	Subtotal	-	-	101 716	80 990	119.150	107.579	67 200
Assistência ao Desporto Profissional	Lot. Esp.	-	-	1 700	1.700	2 500	2500	19.000
Administração do Projeto	Lot. Esp Tesouro	-	-	2.776 2.198	1.898 2.139	2 300 5284	1.382 5.105	2.000 6.807
	Subtotal	-	-	4.973	4037	7 684	6.487	8.807
TOTAL		71.843	68.033	108 389	86727	129 234	116.566	95-007

IV - Conclusão

Em 1977, todos os projetos prioritários do PNDE foram totalmente implantados, exceto o projeto Centro Técnico, que apenas deu início a seus estudos, coletando informações nos principais centros do mundo, principalmente no México, nos Estados Unidos e na Alemanha.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTORAL

I - Apresentação

O Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), durante este exercício, atuou no campo do direito autoral, como órgão normativo e fiscalizador. Dentre os principais tópicos de atuação do CNDA estão:

- autorização para funcionamento de sociedades de titulares de direito;
- instalação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição;
- implantação do Sistema de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais;
- celebração de convênio.

A análise do Sistema ao longo de 1977 permite a certeza de que foi operada uma substancial modificação no campo autoral brasileiro.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

De acordo com a Lei nº 5.988/73, foram autorizadas a funcionar as seguintes sociedades de titulares de direito: União Brasileira de Compositores (UBO); Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais (SICAM); Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música (SBACEM); Sociedade Brasileira de Intérpretes e Produtores Fonográficos (SOCINPRO); Sociedade Arrecadadora de Direitos de Execução Musical (SADEMBRA); e Sociedade Brasileira de Atores Teatrais (SBAT).

Mediante convênio celebrado entre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e o CNDA, foi implantado o Sistema de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais, para as execuções musicais. Também foi elaborada e colocada em vigor a primeira tabela única de preços do direito autoral. A arrecadação, que está sendo feita pela Caixa Econômica Federal, segundo registro do SERPRO, foi da ordem de Cr\$ 216 milhões.

A distribuição processada em função da execução musical foi ajustada a cada trimestre, conforme quadros seguintes:

Amostragem

Trimestre	Execuções	Obras	Beneficiários
1º	30.000 (*)	2.000 (*)	8.500 (..) 12.000
2º	45.000 (*)	2.000- (*)	(...)
3º	70.000 (*)	2.300 (*)	9.000 (..) 14.000
4º	120.000 (*)	22.000 (*)	(....)

Obs.: (*) Informações prestadas pelo ECAD.
 (**) Listagem do SERPRO.
 (***) Nomes repetidos.
 (****) Estimativa.

Evolução da Arrecadação e Distribuição

Ano	Arrecadação	Custo	%	Distribuição	%
1975	98.500	43.310	44	55.190	56 (+) 55 (-)
1976	142.600	63.865	45	78.735	75 (-)
1977	216.800	55.889	25	160.872	

Obs.: (*) Levantados com base nos relatórios das sociedades. !")
 Registro segundo relatórios do SERPRO.

Ainda em 1977, o CNDA firmou convênio com a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), para a execução do Programa de Bolsas de Estudo e Pesquisa.

III - Execução Financeira

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação e Fiscalização dos Direitos Autorais	Tesouro	-	-	-	-	2.570	1.176	3.459
TOTAL		-	-	-	-	2.570	1.176	3.459

Cr\$ 1.000

IV - Conclusão

As principais perspectivas para 1978 são:

- reformulação do Plano de Amostragem Estatística de Execuções Musicais;
- implantação dos cadastros administrativos do ECAD, que oferecerão os elementos necessários para que a arrecadação se realize por meio de carnes e que a distribuição possa ser automatizada;
- edição de uma cartilha sobre a Lei nº 5.988/73, destinada aos usuários e aos beneficiários.

CONSELHO NACIONAL DE CINEMA

| — Apresentação

O Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), como órgão de deliberação coletiva de assessoramento direto ao Ministro da Educação e Cultura, constituiu-se em novo instrumento governamental de apoio à indústria cinematográfica nacional, encarregado de fixar as normas reguladoras da proteção e dos incentivos dispensados às atividades cinematográficas nacionais, como também de seu funcionamento harmônico e integrado no desenvolvimento industrial e cultural do País.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

O CONCINE, durante o exercício de 1977, realizou 31 sessões plenárias, deliberando sobre temas tais como:

- atualização de contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, calculada por metro linear;
- fixação de quota obrigatória para exibição do filme brasileiro de longa metragem;
- instituição de prêmios, manutenção de troféus e estabelecimento de normas para sua concessão;
- fixação de normas para concessão do Certificado de Produto Brasileiro, para o cálculo da renda líquida de bilheteria e para proteção do cinema nacional;
- seleção de filmes brasileiros de longa-metragem, para efeito de concessão de prêmios;
- exibição compulsória do filme brasileiro de curta metragem.

A efetiva atividade de fiscalização foi delegada à EMBRAFILME, de conformidade com o convênio firmado em 27/8/1976, a qual atua até à lavratura dos autos de infração.

O julgamento dos autos lavrados contra os infratores da legislação sobre o cinema nacional é da inteira competência do CONCINE, estando atualmente, por falta de recursos humanos para as inspetorias regionais, centralizado na Secretaria Executiva, a quem compete a apreciação das defesas, a expedição de notificações e respectivos ARs, emissão das guias DARF de recolhimento das multas impostas aos infratores e a expedição das intimações e respectivos ARs.

Durante este exercício, cerca de 4.700 autos de infração foram lavrados pela EMBRAFILME e recebidos no CONCINE; mas apenas 2.183 foram objetos de notifi-

cação aos autuados, enquanto cerca de 700 intimações (após a apreciação das de-
 fesas) foram dirigidas aos infratores, das quais 136 foram atendidas com o recolhi-
 mento das multas impostas. Desses processos, um total de 170 foi arquivado.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1000

Ralação dos Projetos Prio- tários, Não Prioritários e Atividades de Administra- ção do órgão	Fonte de Recursos	1975		J976		1977		1978
		Previsto.	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação e Fiscaliza- ção das Atividades Cine- matográficas	E.G.U Tesouro	-	-	3.000	390	3.987	2.261	5226
	Subtotal	-	-	3000	390	3.987	2261	5.226
Serviços Postais e de Telecomunicações T O T A L	Tesouro	-	-	3.000	-	3.987	2.261	120
					390			

IV - Conclusão

O programa de trabalho do CONCINE para 1978 está representado nas ati-
 vidades de Coordenação e Fiscalização das Atividades Cinematográficas e nos Serviços
 Postais e de Telecomunicações.

Estão compreendidas neste programa de trabalho as seguintes atividades:

- implantação da infra-estrutura do órgão;
- intensificação das atividades de julgamento e cobrança das multas impostas
 aos infratores da legislação;
- estudo e elaboração de modificações resultantes da revisão de resoluções;
- estudos para a programação da instalação das inspetorias regionais do
 CONCINE.

COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

I - Apresentação

A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), neste exercício, deu continuidade ao acompanhamento das disciplinas integrantes da Educação Moral e Cívica, o que vale dizer esta e seus desdobramentos na Organização Social e Política do Brasil e em Estudo de Problemas Brasileiros, em todos os níveis de ensino.

A CNMC, dentre os pontos de atuação, procurou sanar as deficiências verificadas quanto ao professorado, aos livros didáticos e às próprias condições didático-pedagógicas do setor educacional, para o qual emitiu as necessárias instruções a seus órgãos de apoio e aos estabelecimentos de ensino em geral.

II - Principais Realizações¹ no Exercício de 1977

Dentre as mais significativas realizações, cabe mencionar a contribuição oferecida pela CNMC ao convênio estabelecido entre o Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Getúlio Vargas, pelo qual se instituiu o denominado Programa Nacional de Educação para a Cidadania (PRONEC), visando à efetivação de quatro projetos relacionados com a elaboração de manuais de orientação, a preparação de recursos humanos, a confecção de material didático e a participação comunitária para o desenvolvimento da Educação Moral e Cívica no País. Esta Comissão apresentou relatório em vista do qual ficaram delimitados os objetivos axiológicos do programa, ao mesmo tempo em que se definiu a atuação da CNMC no processamento das atividades programadas, uma vez que, nos termos do respectivo contrato, nelas funcionará como entidade interveniente.

No conjunto dos esforços desenvolvidos pela CNMC, no campo sistemático e assistemático, este último envolvendo os meios de comunicação de massa para a educação moral e cívica dos brasileiros, cumpre ressaltar também:

—o processamento da Maratona Municipalista, iniciada no ano de 1975 e que deverá finalizar no novo exercício, com vistas a incutir nos estudantes dos diversos graus o interesse em torno da problemática municipal, através de provas a que estão sendo submetidos e da premiação com que serão distinguidos os mais aplicados;

- a participação no concurso instituído pelo Ministério da Fazenda e denominado Contribuintes do Futuro, destinado a conscientizar os adolescentes em torno dos deveres cívicos relacionados com o Imposto de Renda;

- organização de um grupo de trabalho, com a colaboração de proficientes técnicos em educação e saúde, tendo em vista orientar, através da elaboração de manuais adequados, uma campanha nacional de prevenção contra os acidentes na infância e adolescência;
- intensificação do intercâmbio com o Conselho Federal de Educação, o Conselho Federal de Cultura, o Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente quanto à sua programação de ciclos de conferências sobre Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), além de outros órgãos da Educação;
- realização da II Exposição de Livros Didáticos sobre Educação Moral e Cívica/Organização Social e Política Brasileira/Estudo de Problemas Brasileiros, no *hall* da Biblioteca Castro Alves.

Na CNMC, além das atividades técnico-administrativas e dos trabalhos das sessões plenárias, constam: consultas sobre os mais diversos assuntos ligados aos problemas de moral e civismo da comunidade em geral, e particularmente escolar; a ação assistemática relacionada com os meios de comunicação de massa, jornais, revistas, cinema, rádio e televisão, no concernente aos quais, embora não lhe caiba nenhuma responsabilidade de controle ou censura, pelo menos exerce a vigilância necessária a advertir as autoridades sobre os excessos porventura cometidos; o exame regular dos livros didáticos que nos são submetidos e destinados ao ensino de Educação Moral e Cívica/Organização Social e Política Brasileira/Estudo de Problemas Brasileiros, sendo de assinalar que 19 desses livros foram examinados, dos quais 6 aprovados, 8 convertidos em diligência, 1 rejeitado e 4 em preparação de parecer final.

Acredita-se que as ações desenvolvidas, a despeito de fatores adversos, estão influenciando de maneira crescente e positiva não só o sistema educacional, em sua maior abrangência, como a própria comunidade, do que são exemplos demonstrativos, entre outros: o clima de ordem e trabalho conscientes ora reinante nos meios estudantis; o inusitado interesse de autores e editores pela elaboração e publicação de obras didáticas e doutrinárias relacionadas com as matérias instituídas pelo Decreto-Lei nº 869/69; a impressionante afluência de profissionais do magistério ao novo campo de ensino; surgimento, em diferentes regiões do País, de movimentos de opinião destinados ao culto do civismo.

Neste exercício, multiplicaram-se os centros cívicos escolares nos estabelecimentos de ensino de 1. e 2º graus, sendo de notar também a sua penetração, sob o nome de centros superiores de civismo, nas unidades de ensino superior. Promoveram-se cursos, conferências e encontros, estes últimos de professores, com a finalidade de orientar soluções e debater problemas ligados à Educação Moral e Cívica.

III- Execução Financeira

Cr\$ 1000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação das Atividades Moral e Civismo	Tesouro	1.320	1.311	2.429	1.717	3.155	3.064	5.515
Apoio e Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	Tesouro	-	-	-	--	100	14	--
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	Outras Fontes	60	59	130	67	-	-	-
T O T A L		1.380	1.370	2.539	1.784	3.253	3.078	5516

IV - Conclusão

As principais atividades programadas para 1978 são:

- realização do Simpósio Nacional de Estudo de Problemas Brasileiros;
- criação, anexo à CNMC, do Centro de Pesquisa e Estudo de Problemas Brasileiros, destinado à produção de material de informação e orientação sobre a problemática nacional;
 - prosseguimento do trabalho de avaliação dos resultados do Decreto-Lei n.º 869/69, no País, envolvendo as atividades escolares e as dos órgãos de apoio da CNMC, tais como centros cívicos, nos estabelecimentos de ensino de todos os graus, coordenações de Educação Moral e Cívica (COMOCIs) nos estados e territórios, Coordenadorias de Estudo de Problemas Brasileiros nas universidades e escolas superiores isoladas e representações da CNMC nas unidades federadas;
- programação da educação assistemática, no campo da moral e do civismo, em cooperação com os meios de comunicação de massa;
 - assessoramento ao Ministro de Estado na elaboração e orientação da bibliografia especializada sobre Educação Moral e Cívica/Organização Social e Política Brasileira/Estudo de Problemas Brasileiros, e em iniciativas de carácter social, relacionadas com a conscientização dos valores morais e cívicos pela comunidade;
 - desenvolvimento de uma política de seleção e aprimoramento do professorado de Educação Moral e Cívica/Organização Social e Política Brasileira/Estudo de Problemas Brasileiros, sob o duplo aspecto de sua formação ética e cultural;
 - continuidade da integral participação no Programa Nacional de Educação para a Cidadania (PRONEC).

CONSULTORIA JURÍDICA

I - Apresentação

A Consultoria Jurídica (CJ), durante o exercício de 1977, teve plena atuação em todos os assuntos de ordem jurídica ligados às atividades do Ministério.

I — Principais Realizações no Exercício de 1977

Dentre as principais atividades da Consultoria Jurídica, merecem ser mencionadas:

- resposta a questionários da União Internacional dos Advogados e orientação a respeito da preocupação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho do menor;

— elaboração de programa para treinamento de assessores e recomendação para criação de cursos especiais para membros de comissão de inquérito e prepostos credenciados na Justiça do Trabalho;

— elaboração de pareceres e informações sobre assuntos pertinentes a consultoria;

- participação em diversas solenidades judiciárias, como a Semana da Independência e 509 Aniversário da Universidade Federal de Minas Gerais.

Quanto à prestação de assistência judiciária realizada pela Consultoria desde 1956, foi suspensa, tendo em vista a carência de servidores.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritário» e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Assessoramento Relacionado a Assuntos de Natureza Jurídica	Tesouro	170	248	347	545	600	769	1.268
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	100
T O T A L		170	248	347	545	600	769	1.368

IV - Conclusão

Os pontos de atuação prioritária da Consultoria para 1978 são: colaboração em cursos de treinamento; estágio supervisionado de procuradores de autarquias educacionais; criação de cargos de assistentes jurídicos em delegacias do MEC; prestação de assistência jurídica; e, finalmente, funcionamento da Consultoria como peça integrante de um futuro serviço jurídico da União.

Apresentação

Os objetivos da atuação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, segundo as diretrizes gerais definidas no documento Política Nacional Integrada da Educação, são: a otimização dos recursos sob sua responsabilidade; a maximização dos resultados de seus investimentos; e a racional canalização de suas receitas em favor de projetos e atividades que melhor promovam a formação de recursos humanos para o desenvolvimento nacional.

Como principal fonte de financiamento dos projetos prioritários do Ministério da Educação e Cultura, tem procurado o FNDE, através de uma política racional de consignação de recursos, reforçar, complementar e suprir as possibilidades e necessidades dos órgãos-fim do Ministério.

O perfeito entrosamento entre a elaboração orçamentária do orçamento próprio do FNDE com a do orçamento geral do MEC permitiu uma atuação flexível de remanejamento de projetos e atividades, visando à maior racionalização e ao melhor controle.

Durante este exercício, conforme quadro a seguir, foi feita uma análise do crescimento dos recursos de 1977 sobre 1976, onde se verificou:

- órgãos que cresceram acima do incremento médio global (22%) = 14, tais como: CENAFOR, CENESP, CIMEC, CNAE, DAC, DEF, FENAME, FUÑARTE, INL, MOBREAL, PREMESU, PRODEM, SEEC e DDD;
- órgãos que, com a diminuição de participação do MEC na Loteria Esportiva, cresceram abaixo do incremento médio global, como: CFE, Col. Pedro II, **CND**, DAE, DED, DSU e PRONTEL;
- órgãos com decréscimo de dotações: COAGRI, DAU, PREMEN, SEG e DEM.

ÓRGÃO	1976	1977	77/76
CENAFOR	10.300.000	14.792.400	43,6
CENESP	21.500.000	35.009.740	62,8
CFE	5.450.000	5.562.400	2,0
CIMEC	33.814.000	54.000.000	59,6
COAGRI	44.317.500	17.000.000	- 61,6
COL. PEDRO II	4.551.000	5.046.100	10,8
CNAE	660.646.200	688.535.300	4,2
CND	103.316.400	125.512.300	21,4
DAC	16.210.600	25.500.000	57,3
DAE	130.439.900	144.072.885	10,4
DAU	774.535.300	56.192.900	- 92,7
DDD	3.512.800	4.619.800	31,5
DED	168.961.000	195.253.000	15,5
DEF	496.428.400	717.700.000	44,5
DSU	78.612.900	94.107.800	19,7
FENAME	148.396.000	284.765.700	91,8
FUNARTE	32.000.000	63.000.000	96,8
INL	2.893.000	12.113.300	318,7
MOBRAL	167.363.300	218.861.600	30,7
PREMEN	1.014.646.200	986.495.600	- 2,7
PREMESU	794.482.800	1.819.281.100	128,9
PRODEM	55.480.400	89.189.200	60,7
PRONTEL	64.959.300	70.083.700	- 7,8
SEEC	12.045.600	20.985.300	74,2
S.GERAL	5.600.000	3.500.000	- 37,5
DEM	90.903.700	1.500.000	- 98,3

A atuação interna do FNDE foi no tocante a: revisão e atualização do planejamento global com vistas à otimização e agilização dos encargos técnico-administrativos inerentes às diferentes unidades da Autarquia; aprovação da quase totalidade dos planos de aplicação apresentados pelos órgãos co-executores, dentro do primeiro trimestre de 1977; realização semanal das reuniões de Diretoria, onde se traçam as linhas de ação e se corrigem os rumos da gestão interna da Secretaria Executiva; fornecimento de dados relativos aos encargos técnico-administrativos da Autarquia à equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, objetivando a revisão e atualização de rotinas e procedimentos para uma melhor consecução de seus objetivos.

Ainda dentro desta atuação, merece ressaltar o crescimento da receita de juros de títulos de renda.

No que se refere à atuação externa, o FNDE promoveu:

- implantação das Associações de Garantia ao Atleta Profissional (AGAPs), com o atendimento inicial da modalidade de assistência educacional aos atletas profissionais de futebol, inscritos na forma da legislação;
- assinatura de 3 convênios com as AGAPs de SP, MG e RJ, com aplicação de Cr\$ 2 milhões;
- assessoramento prestado pela Federação Metropolitana de Futebol (FMF) do Distrito Federal ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP).

II _ Principais Realizações no Exercício de 1977

— Execução Física dos Projetos do órgão

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contou, em seu orçamento próprio, para o exercício de 1977, com recursos da ordem de Cr\$ 7 bilhões para desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da Educação e da Cultura, sendo Cr\$ 1,4 milhão executado diretamente e Cr\$ 5,6 bilhões delegados aos diversos órgãos deste Ministério.

Em 1976, esta forma dupla de atuação favorecia a execução delegada, na qual se concentravam 82,5% do total da despesa. Em 1977, tal tendência se manteve praticamente inalterada, conforme se verifica do demonstrativo seguinte:

Tipo de Execução	órgão	Previsão (em Cr\$ 1,00)	Aplicação (em Cr\$ 1,00)	%de Aplicação
Delegada 79%	PREMESU	1.819.281.100	400.139.684	21,99
	DEF	640.000.000	617.736.098	96,52
	CNAE	688.535.300	673.806.300	97,84
	DED	184.053.000	175.001.323	95,08
	CND	125.512.300	100.691.927	80,22
	PREMEN	981.095.400	478.240.666	48,74
	PRODEM	89.184.200	53.753.189	60,27
	DSU	94.107.800	82.464.977	87,62
	PRONTEL	70.083.700	64.248.523	91,67
	MOBRAL	208.861.600	208.861.600	100,00
	CENESP	24.453.000	22.742.000	93,00
	DAC	23.500.000	14.928.922	63,52
	FUNARTE	58.000.000	58.000.000	100,00
	INL	2.013.300	886.347	44,02
	DAE	143.156.200	121.324.598	84,74
	FENAME	256.314.200	256.314.200	100,00
	CIMEC	54.000.000	52.971.700	98,09
	CFE	5.562.400	4.984.032	89,60
	DDD	3.275.800	3.263.900	99,63
	SEEC	20.985.300	20.022.268	95,41
	COAGRI	17.000.000	17.000.000	100,00
	DAU	56.192.900	55.892.900	99,46
	COL. PEDRO II	5.046.100	5.046.100	100,00
SG	3.500.000	3.500.000	100,00	
CENAFOR	14.792.400	8.840.200	59,76	
Arredondamento			14	
Subtotal		5.588.506.000	3.500.661.468	63,64
Direta 21 %	FNDE	1.492.326.300 *	1.327.690.765	88,96
Total		7.080.832.300	4.828.352.233	68,18

— Execução Direta

Entre os projetos e atividades de natureza regular citam-se: Administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Implantação de Mecanismo de Financiamento da Educação; Capacitação de Recursos Humanos; Amortização e Encargos de Financiamento— Dívida Interna; Amortização e Encargos de Financiamento—Dívida Externa; Ensino da Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre; Encargos com Inativos e Pensionistas, e Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público; Qualificação e Habilitação do Atleta Profissional.

- Administração do FNDE

Esta atividade propiciou a manutenção da Secretaria Executiva da autarquia, através do pagamento de pessoal técnico e administrativo, custeio dos serviços e modernização das instalações físicas.

- Implantação de Mecanismo de Financiamento da Educação

Foram despendidos recursos em cumprimento ao disposto no convênio assinado entre o MEC e a Fundação Getúlio Vargas, pelo qual a referida Fundação comprometeu-se a realizar estudos visando à implantação de um Sistema de Financiamento da Educação no Brasil.

- Capacitação de Recursos Humanos

Esta atividade visa a propiciar treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem do pessoal em exercício na autarquia.

- Amortização e Encargos de Financiamento—Dívida Interna

Esta atividade, que tem por objetivo saldar os compromissos financeiros contraídos dentro do País, possibilitou o pagamento de amortização, juros e correção monetária decorrentes de empréstimos do Governo junto à Caixa Econômica Federal, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS).

- Amortização e Encargos de Financiamento—Dívida Externa

Visando a dar cumprimento aos compromissos financeiros assumidos pelo Brasil, através de acordos internacionais, para financiamento de projetos na área da Educação e Cultura, esta atividade propiciou o pagamento de juros do 1º e 2º Acordos MEC/USAID, das comissões e juros dos Acordos MEC/BID e MEC/BIRD, bem como juros e amortização dos acordos internacionais com o Leste Europeu, com a Agência Uestindisk Handelskompagni A/S, e juros do Acordo com a Agência Loeb Rhoades.

- Ensino da Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre

Esta atividade, com vistas ao aprimoramento dos estudos médicos, bem como à melhoria e atualização desse ramo de ensino, possibilitou o pagamento de 178 docentes, 92 servidores administrativos, 38 médicos residentes, 8 monitores de Educação Física e manutenção de serviços administrativos.

- Encargos com Inativos e Pensionistas e Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público

Tais atividades propiciaram, no âmbito do FNDE, a execução de despesas com inativos e pensionistas e o desenvolvimento do PASEP, respectivamente.

- Qualificação e Habilitação do Atleta Profissional

Visa esta atividade a prestar assistência complementar, de natureza educativa, ao atleta profissional, assegurando amplas oportunidades de profissionalização ao deixar a respectiva profissão.

— *Projetos Especiais*

Este tipo de programação visa a proporcionar reforço financeiro a projetos e atividades considerados prioritários, nas áreas oficial e privada, bem como ao atendimento de necessidades não passíveis de serem supridas, total ou parcialmente, com dotações orçamentárias. Entre os quais citam-se: Administração - Administração Geral; Ensino de 1º Grau - Ensino Regular; Ensino de 1º Grau - Suplência; Ensino de 2º Grau — Ensino Polivalente; Educação Física e Desportos — Educação Física; Assistência a Educandos - Despesas para Educandos; Cultura — Difusão Cultural; Educação Especial — Educação Compensatória; Ensino Superior _ Ensino de Graduação.

- Administração Geral

Dentro desta atividade foram concedidos auxílios para: manutenção de obras em hospitais, restaurantes, escolas e diretórios estudantis; complementação da participação do MEC no Programa de Crédito Educativo; recuperação de danos causados por enchentes na UFPE, UFRPE e ETF de Pernambuco; atendimento a APAEs, mediante concessão de auxílio ao CENESP; pagamento de bolsas de estudo; complementação salarial de professores e técnicos; e aquisição de equipamento audiovisual.

- Ensino de 1º Grau - Ensino Regular

Dentre as principais realizações nesse nível de ensino citam-se:

- construção, reforma e recuperação de prédios e salas de aula;
- pagamento de professores e técnicos;
- aquisição de instrumentos musicais para secretarias de Educação, prefeituras municipais, entidades particulares, colégios militares e instituições estaduais;
- desenvolvimento do sistema de Teleducação no Rio Grande do Norte — Projeto Sacy;
- concessão de recursos: ao DEF, para reforço do Projeto Operação-Escola; ao DED, para construção de instalações desportivas; à Universidade Federal de Minas Gerais, para aquisição de equipamentos; à FENAME para desenvolvimento do Programa do Livro Didático - 1º grau; ao CEBRACE, para construção de uma unidade escolar experimental; ao PREMEN, para continuação de obras da Escola de 1º Grau do Centro de Recursos Humanos João Pinheiro; à FCBTVE, para conclusão do Projeto Sítio do Pica-Pau Amarelo.

- Ensino de 1º Grau - Suplência

Foram concedidos auxílios para pagamento de professores, pessoal técnico-administrativo, construção de sala de aula, manutenção, ampliação e reforma de entidades, complementação das atividades do Projeto Minerva, manutenção de 21.424 alfabetizando na Bahia e no Ceará e ampliação de novas tecnologias.

- Ensino de 2º Grau - Ensino Polivalente

Realização de obras e ampliação de instalações em colégio agrícola, colégio técnico industrial e centros interescolares; aquisição de equipamentos; pagamento de prêmios do Concurso Nacional de Redação; e promoção de cursos pelo Centro de Estudos do Exército.

- Educação Física e Desportos

Pela referida atividade, foi dado auxílio financeiro a prefeituras, instituições de ensino superior, secretarias de Educação, confederação, federação, entidades particulares e ao CENESP, para construção de ginásios cobertos, quadras de esporte,

campos de futebol, pistas de atletismo, conjuntos esportivos, piscinas, laboratórios, realização de jogos e instalação de equipamentos.

- Assistência a Educandos

Manutenção de casas de estudantes universitários, aquisição de gêneros alimentícios, equipamentos, reformas, adaptação e ampliação de instalações das respectivas casas.

- Cultura

Dentre as entidades atendidas com auxílios desta atividade, estão: as prefeituras municipais; as universidades da Bahia, de Goiás, de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte; a Escola Técnica Federal do Paraná; a Academia Brasileira de Letras; a Fundação Cultural do Distrito Federal; o Museu Histórico Nacional; a EMBRAFILME, o DDD, o INL, o CNDA, o CFC, a FENAME; e o IPHAN.

- Educação Especial

Custeio de despesas com a participação da Seleção Brasileira em Cadeiras de Rodas nos 25º Jogos de Stoke Mandeville, construção de prédio para APAE, de Assis Chateaubriand, e Associação dos Cegos do Piauí; e manutenção, construção e equipamentos para várias entidades.

- Ensino Superior

Foi dado apoio financeiro a 98 entidades de ensino superior para promoção de diversas atividades, tais como: construção, equipamento e manutenção de bibliotecas, restaurantes, laboratórios, salas de aulas e centros de computação.

— *Execução Delegada*

Com relação à gestão indireta, exercida por órgãos do Ministério da Educação e Cultura, mediante delegação do Conselho Deliberativo da autarquia, foram executados 97 projetos e atividades, envolvendo 25 instituições educacionais da estrutura central do Ministério ou a ele vinculadas.

III — Execução Financeira

O quadro seguinte demonstra a execução financeira global do FNDE, quer direta, quer delegada, durante o período de 1975 a 1978:

Ano	Previsão em Cr\$	Aplicação em Cr\$	% de Aplicação
1975	3.499.524.300,00	2.595.103.844,22	74,2
1976	5.767.213.900,00	3.857.577.114,00	67,0
1977	7.080.832.300,00	4.828.328.233,33	68,2
1978	5.863.827.000,00	-	-

A execução direta está detalhada por projeto/atividade e por fonte de recursos, conforme quadro a seguir:

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Apoio e Projeto de Desenvolvimento da Educação e Cultura	Orçamento	119 337	49 267	36 002	35.599	168 466	102 994	40 460 121
	Sal. Ed.	143 566 72	142635 71	347 770	173.455	246191	209.369	368 19 000
	Juros	116 32 288	579 31 890	111 200	109.289	271 400	267.836	8 700
	SalDOS .	40 661 5	40 177	95 668 50	95.037	219.734	217.446 29	
	Rest E.G.U.	400	5.400	908	50.579	29.539	227	
	Lot Esp	19 300	19300	37 198	29 755 31	52.845	51 784	
	FDAE PIN	8.000	7 934	42612	512	20.000	20000	
	Lot Fed Op-Cred	23.500	20.965	15.134	14.035	51.600 15	51.600	
	Diversas	2.367	2.247	31 500	5.000 6256	700 27413	15699	
	O.Públicos			5.000 6265			27.115	
	Subtotal	466 535	391 394	779.247	550 516	1 101.888	993.070	189.528
Administração do FNDE	Orçamento	3.586	1.403	6.922		11 626	9.599	11488
	Juros	2.100	1 385	4.831	5693	1650 560	904 366	
	SalDOS Rest	1095	766	16	2.523			
	Subtotal	6 781	3.554	11 769	8.216	13.836	10 869	11488
Qualificação e Habilitação Profissional do Atleta	Orçamento					2.000	1 049	2 000 19
	Lot Esp.	-	-	-	-	20,000	3.400	700 5000
	Boloteca Multas					4331 100		
	Subtotal	-	-	-	-	26.431	4.449	26 700
Implantação de Mecanismos de Financiamento da Educação e Cultura	Orçamento	800	-	1.040 1	65	1.600	376	-
	Rest.			185	1 185			
	Subtotal	800	-	2 225	1.250	1500	375	-
Amortização e Encargos de Financiamento	Orçamento	99.953	92.130 2	175 148	142.736			435.917
	Sal. Ed EGU	2117	117	2672	818			
	Lot. Esp	28 102	28086 710		715			
	Rest.	710	587 247					
Diversas Op	650		1 202		282 544	253.384		
Cred Juros	6.438							
	Subtotal	137 970	123877	184.072	144.269	332.131	302.971	436917
Ensino da Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre	Orçamento	4 928	4.928	8.195	8.066	13.646	13.646	14.604
Escolarização de Adolescentes • Adultos	Op Cred.	15.000		18.000	-	-	-	-
PASEP	Tesouro	26	26	50	26	350	360	800
Juros						2.100	1828	820
Rest.								
	Subtotal	26	26	50	26	2.450	2.178	1.620
Inativos	Saldo		-	-	-	140	136	-
Capacitação de Recursos Humanos	Tesouro		.	.	-	300	-	100
Saldo		-	.	.	-			
	Subtotal	-	-	-	-	300	-	100
TOTAL		632.040	523.779	1.003.558	712.343	1.492.322	1.327.683	670.067

IV - Conclusão

O ano de 1977 foi o segundo da implantação da nova sistemática de execução orçamentária e financeira e teve como principais objetivos: reduzir os estágios de passagem dos recursos e os custos operacionais daí decorrentes; tornar mais rentável o tempo de permanência das verbas no âmbito da autarquia; especializar funções e redistribuir atividades; racionalizar o processo de coleta de informações; promover maior intercâmbio entre os órgãos.

A citada sistemática consiste em concentrar no FNDE, mediante o exercício das tarefas e deveres inerentes ao ordenador de despesa, o papel de financiador, captando e canalizando recursos em favor de projetos e atividades elaborados dentro das diretrizes técnicas emanadas dos órgãos centrais e setoriais.

Assim sendo, em 1977, foi dada maior rentabilidade aos recursos da autarquia, evitando-se a ociosidade dos depósitos em bancos e garantida a evolução constante da Receita de Juros de Títulos de Renda, a qual cresceu sobre o ano-base 1975 em 267,29%.

Em termos gerais, houve um crescimento da despesa prevista sobre 1976 de 22,77%; já a despesa realizada cresceu de 25,16%, evidenciando maior capacidade executiva de absorção do incremento.

No ano de 1978, pretende o FNDE desenvolver esforços em torno dos seguintes pontos de atuação prioritária: estabelecimento de modelos para pedidos de auxílios especiais; promulgação de novos critérios de distribuição de recursos do Salário-Educação, visando ao atendimento dos novos dispositivos legais; implantação do sistema eletrônico de controle de aplicação direta do Salário-Educação; implantação do sistema de acompanhamento da evolução do orçamento próprio; aperfeiçoamento da sistemática de execução orçamentário-financeira; preenchimento dos claros da lotação ideal; implantação do Projeto de Assistência Escolar ao Atleta Profissional (PAEAP); aperfeiçoamento do processo de financiamento de eventos; revisão e atualização do Planejamento Global do FNDE com vistas à otimização e agilização dos encargos técnico-administrativos inerentes às diferentes unidades da autarquia.

SECRETARIA-GERAL I _

Apresentação

A Secretaria-Geral (SEG), órgão diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Educação e Cultura, exerceu em 1977 as suas atividades normais de planejamento, orçamento, coordenação, modernização e reforma administrativa, programação financeira e estatística.

Dentre as ações mais significativas da Secretaria-Geral merecem especial referência:

- *Coordenação, na Área Educacional, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS)*

Financiamento com recursos do FAS para todos os níveis de ensino, nas áreas de educação, cultura e desporto, atendendo a 196 projetos, num total de Cr\$ 4,5 bilhões, nos setores público e privado.

- *Coordenação do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Atleta Profissional (FAAP)*

Criação de associações de garantia ao atleta profissional (AGAPs) nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e aplicação de Cr\$ 10 milhões, beneficiando cerca de mil atletas.

- *Banco de Teses*

Publicação do II *Catálogo do Banco de Teses*, com um acervo de 6.707 teses, em 42 áreas.

- *Banco de Material Audiovisual*

Elaboração e aprovação do plano de criação.

- *Projeto Multinacional de Educação MEC/OEA*

Desenvolvimento de atividades educacionais em complementaridade com as Secretarias de Educação dos Estados do Paraná (região fronteira do Paraguai) e do Rio Grande do Sul (região fronteira do Uruguai).

- *Atividades Internacionais do MEC, através da Secretaria-Geral*

Atendimento às solicitações de assistência técnica aos países em desenvolvimento, especialmente da África e América Latina. Entre eles citam-se: Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

- *Atuação do MEC no Conselho de Ciências e Tecnologia (CCT)*

- coordenação, pelo Senhor Secretário-Geral, da Subcomissão de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- participação do MEC, através da Secretaria-Geral, no Conselho de Ciências e Tecnologia.

- *Atividades Orçamentárias do MEC*

Programação correspondente à elevação do orçamento do MEC, durante o ano de 1977, de Cr\$ 12 bilhões para Cr\$ 16 bilhões, em decorrência de destaques e créditos suplementares.

- *Auxílios a Entidades e Programas Educativos, através do FNDE*

Atendimento no total de Cr\$ 993 milhões.

- *Acordos MEC/USAID, MEC/BID e MEC/BIRD*

- MEC/USAID - Acordo em fase final com todos os objetivos atingidos e aplicação de Cr\$ 1,020 bilhão;
- MEC/BID e MEC/BIRD — Execução de projetos de treinamento de recursos humanos, elaboração de projetos arquitetônicos, execução de obras e definição de sistema construtivo de semipré-fabricação modulada de 2º grau (estrutura metálica); aplicação de Cr\$ 110 milhões pelo MEC/BID e Cr\$ 91 milhões pelo MEC/BIRD.

- *Grupo de Preparação Preliminar do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)*

Estudo e análise dos principais problemas da educação brasileira, cujo produto deverá conduzir à elaboração de programas que possam subsidiar a preparação do III PND - Setor Educação.

- *Grupo Especial de Educação Rural*

Conclusão das atividades do Grupo com a preparação de documentos para a expansão e melhoria da educação no meio rural.

- *Participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*

Colaboração do PNUD nos trabalhos do Grupo Especial de Educação Rural e nos Estudos Preliminares do III PND.

- *Reestruturação do MEC*

Elaboração dos subsídios à análise final do projeto de reorganização administrativa, em colaboração com a Secretaria de Apoio.

- *Medidas de Modernização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)*

Redefinição da organização administrativa do INEP com a absorção, em unidades administrativas sediadas em Brasília, das funções do extinto Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

- *Recomendações através de Ofícios-Circulares às Secretarias de Educação*

Orientação para implementar atividades educacionais: integração do sistema estadual de ensino às universidades e instituições de ensino superior; planejamento e administração da Educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais; e implantação das habilitações básicas.

- *Relacionamento do MEC com outros Ministérios*

• Ministério da Saúde

Elaboração do *Manual de Orientação do Professor na Aplicação do Teste de Aferição de Acuidade Visual*

• Ministério do Trabalho

Participação na reunião técnica sobre coordenação entre capacitação para o trabalho e a educação formal em países da América Latina, organizada pela OEA, CINTERFOR, Ministérios do Trabalho e da Educação.

• Ministério da Justiça

Representação do MEC, através da Secretaria-Geral, no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), tendo participado da elaboração de normas com vistas à educação de trânsito nas escolas.

- *Linha de Ação Emitida pela Secretaria-Geral em Seminários* • Seminário sobre a Admissão e Orientação Acadêmica de Universitários Brasileiros nos Estados Unidos. Planejamento e coordenação do seminário, para administradores universitários norte-americanos, com o objetivo de fornecer informações necessárias à definição de uma metodologia a ser utilizada no estudo dos casos de admissão de estudantes brasileiros em instituições norte-americanas de ensino superior.

• Seminário Informativo MEC/TECNIBAN

Coordenação do seminário com o objetivo de analisar a metodologia utilizada pela TECNIBAN, instituição educativa da Espanha, na elaboração de material didático e preparação de professores, no setor terciário, com vistas ao estudo de viabilidade de seu aproveitamento no sistema educacional brasileiro.

- *Reuniões com Dirigentes de Órgãos*

Coordenação de reuniões com dirigentes de órgãos com vistas a uma maior

eficiência na operacionalização de suas atividades. Dentre as mais significativas, citam-se: tomada de decisão quanto à prioridade de projetos constantes do II Plano Setorial de Educação e Cultura; melhoria do ensino de Português; banco de material audiovisual; avaliação do ensino, nos seus diversos níveis; e orçamentação dos órgãos da administração direta e indireta.

- *Assembléias da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa*

Realização de assembléias, sob a presidência do Senhor Secretário-Geral, quando foram aprovados: o regimento interno da assembléia; as diretrizes para atuação da Fundação; e as alterações de estatutos.

- *Visitas a Universidades, Escolas Técnicas, Secretarias de Educação e Delegacias Regionais*

Realização de visitas objetivando um maior aprimoramento do ensino, em constante sintonia com os diversos ramos de atividade.

II —Principais Realizações no Exercício de 1977

- *Atividades de Planejamento*

• Análise e aprovação dos planos operativos anuais dos projetos prioritários
Integrando as áreas de planejamento, orçamento e avaliação e controle, a Secretaria-Geral procede, anualmente, a um estudo analítico de programação prioritária do Ministério, tendo em vista sua compatibilização e coordenação.

• Avaliação e controle da execução dos projetos prioritários

Com o objetivo de avaliar e controlar a execução do II Plano Setorial de Educação e Cultura, a Secretaria-Geral elabora, trimestralmente, levantamentos, relatórios e gráficos da execução dos projetos prioritários constantes daquele Plano.

- *Atividades de Orçamentação*

Nessa área foram executados os trabalhos a seguir discriminados:

• Operações de Crédito

A partir deste exercício, foi iniciado o cadastro das operações de crédito, contendo todas as informações sobre os créditos contratados com agentes financeiros internos e externos. As informações serão processadas pela SEPLAN/PR, devendo ser atualizadas periodicamente. Desta forma, espera-se obter, com os resultados, a posição das dívidas interna e externa com os compromissos projetados até 10 anos.

• Recursos atribuídos ao MEC em 1977

O montante de recursos atribuídos ao Ministério através do Orçamento da União, créditos suplementares, destaques, foram os seguintes:

		Cr\$ 1.000
. Recursos Orçamentários		16.449.755
Subanexo 15.00		12.186.256
Pessoal e Encargos Sociais		
	7.110.870	
Tesouro Ordinário	7.108.000	
Tesouro Vinculado Outros	2.870	
Custeios e Capital	5.075.386	
	3.266.200	
Tesouro Ordinário	1.809.186	
Tesouro Vinculado		
• Créditos Suplementares		3.462.206
• Encargos Gerais da União		801.293
MINIFAZ	305.048	
SEPLAN/PR	291.700	
FDAE	170.000	
FND	14.545	
FDPI	20.000	
• Proposta Orçamentária		
Os recursos atribuídos ao MEC para 1978 tiveram a seguinte composição:		Cr\$ 1.000
• Proposta Orçamentária		17.787.517
Subanexo 15.00		16.737.517
Pessoal e Encargos Sociais	10.471.415	
	10.470.000	
Tesouro Ordinário	1.415	
Tesouro Vinculado Outros	6.266.102	
Custeios e Capital		
	4.055.000	
Tesouro Ordinário	2.211.102	
Tesouro Vinculado		
• Encargos Gerais da União		1.050.000
Subvenções Sociais	350.000	
Crédito Educativo	700.000	

- Créditos suplementares

Os créditos suplementares abertos ao MEC foram da ordem de Cr\$ 3.526.534.700,00.

- *Atividades de Coordenação*

- Banco de Material Audiovisual

O Banco de Material Audiovisual foi criado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, conforme plano apresentado por grupo de trabalho coordenado pela Assessoria Especial desta Secretaria. O referido Banco está sendo implantado e tem como finalidade:

- identificar e catalogar o acervo de materiais audiovisuais dos órgãos vinculados à administração federal, estadual e iniciativa privada;
- identificar no acervo os materiais passíveis de imediata utilização pelos sistemas de ensino;
- contribuir para a criação de centros ou núcleos de material audiovisual nas secretarias de Educação e Cultura;
- criar mecanismo de informação, orientação e promoção de condições para a utilização do material.

- Programa de Melhoria do Ensino de Português

Foram baixados os seguintes atos normativos: decreto do Presidente da República, tornando obrigatória a redação no exame vestibular a partir de 1978; e portaria ministerial instituindo o Concurso Nacional do Ensino de Redação.

Em cumprimento a atos normativos baixados no ano anterior, os exames supletivos de educação geral foram realizados em todas as unidades da Federação, com redação na prova de Português.

Cursos de atualização para professores de todas as disciplinas, em exercício do magistério em qualquer nível ou modalidade de ensino, e cursos de aperfeiçoamento para professores de Língua Portuguesa foram ministrados, inclusive à distância, através de módulos, em todo o território nacional, tendo atendido, em 1977, cerca de 20 mil docentes.

Cinquenta mil exemplares do *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* e 50 mil exemplares de gramáticas foram editados em 1977, e foram programados para 1978, também pela FENAME, além de painéis destinados à alfabetização de crianças, 50 mil exemplares da *Gramática Básica da Língua Portuguesa*; 25 mil do *Laboratório de Redação*, com textos destinados ao aluno e ao professor; 20 mil do *Manual de Redação*, destinado a pessoas que, na escola ou fora dela, desejem atualizar-se; 50 mil do *Breviário de Conjugação de Verbos*; 50 mil do *Guia Ortográfico do Brasil*.

Na área editorial, também o Instituto Nacional do Livro programou, em co-edição, a coleção infanto-juvenil *Aventura de Ler*, que, a partir de setembro, lançou, quinzenalmente, um título com a tiragem de 15 mil exemplares.

Com recursos financeiros, o MEC colaborou com a Academia Brasileira de Letras, objetivando a conclusão do reexame do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, e com cinco universidades, estimulando a pesquisa que vem sendo feita sobre a língua culta brasileira em cinco capitais: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Foi também realizado com pleno êxito o Concurso Nacional do Ensino de Redação, pelo Departamento de Ensino Fundamental.

- Programa Nacional de Educação para a Cidadania (PRONEC)

A Secretaria-Geral assinou, com a intermediação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, convênio com a Fundação Getúlio Vargas, visando à elaboração do PRONEC, que se apoiará em quatro projetos:

- Elaboração de Manuais de Orientação, cujo objetivo é fornecer a dirigentes, coordenadores e professores de Educação Moral e Cívica e de Estudo de Problemas Brasileiros, bem como aos responsáveis pela organização e pelo funcionamento dos centros cívicos, subsídios concretos e sugestões práticas para o desenvolvimento orientado das tarefas que lhe estão afetas.

- Preparação de Recursos Humanos, visando a realizar cursos de atualização e aperfeiçoamento ou especialização para preparar elementos multiplicadores e testar modelos-pilotos; a elaborar modelo conceitual de cursos para professores e especialistas de Educação Moral e Cívica e de Estudo de Problemas Brasileiros.

- Elaboração de Material Didático, objetivando preparar, para distribuição, material didático aplicável à Educação Moral e Cívica e capaz de gerar a concepção de novos recursos didáticos para atender às necessidades do ensino.

- Participação Comunitária na Educação Moral e Cívica, com vistas a mobilizar a comunidade nacional para a importância dos valores permanentes da cidadania, consubstanciados nas disciplinas Educação Moral e Cívica e Estudo de Problemas Brasileiros.

Além de toda essa programação, já foram encomendados, visando a atender à disciplina Estudo de Problemas Brasileiros, os primeiros filmes documentários, em 16mm, sonorizados, com duração média de 10 minutos cada um: *O Fenômeno das Secas*; *EMBRAER - Asa do Brasil*; *A Indústria Automobilística*; *O Índio Brasileiro*; *Esporte*; *Hidrelétricas*; bem como audiovisuais sonorizados, envolvendo temas como: Amazônia; o café; exportações; rodovias; 200 milhas; construção naval; riquezas minerais; fortes e monumentos históricos; preservação da memória artística nacional; energia nuclear; ecologia; e indústria petroquímica.

- Cooperação Técnica Internacional

A fim de promover o desenvolvimento de atividades e permitir um atendimento e assistência técnica aos vários organismos ligados ao MEC, e melhor entrosar-se com os órgãos que coordenam o Sistema Interministerial de Cooperação Técnica, a Secretaria-Geral exerceu ações nas seguintes áreas: Cooperação Técnica Internacional; Cooperação Técnica ao Exterior; Cooperação Técnica Nacional; e Assessoria Técnico-Administrativa.

Em Cooperação Técnica Internacional, foram assinados convênios no valor de Cr\$ 7,3 milhões, e as atividades desenvolveram-se a fim de:

- obter cooperação técnica internacional que traga uma contribuição efetiva aos órgãos ou instituições do setor de educação;
- obter apoio econômico-financeiro para os órgãos ou instituições deste setor, por meio de empréstimos externos ou apoio a fundo perdido;
- dar o apoio necessário à elaboração dos projetos de cooperação técnica internacional;
- cooperar na obtenção de recursos nacionais para a execução das atividades previstas;
- acompanhar e avaliar os programas e projetos de cooperação técnica.

Em Cooperação Técnica ao Exterior, foi assinado convênio no valor de Cr\$ 1 milhão, e os objetivos das atividades desenvolvidas foram:

- cooperar com os órgãos do MEC e com instituições a ele relacionadas,

para que se habilitem a prestar cooperação técnica internacional;

- procurar orientar e apoiar as instituições brasileiras que possam prestar esse apoio;
- cooperar na obtenção de recursos nacionais ou internacionais para a execução das atividades previstas;

- acompanhar e avaliar os programas de cooperação técnica. Em Cooperação Técnica Nacional, os convênios foram da ordem de Cr\$ 10 milhões, tendo essa cooperação o objetivo de:

- cooperar com os órgãos do MEC e com instituições a ele relacionadas para que se habilitem a prestar assistência técnica nacional;
- identificar os interesses das instituições nacionais e procurar orientar e apoiar o atendimento desses interesses por parte dos organismos habilitados;
- dar o apoio necessário à elaboração dos projetos de cooperação técnica nacional;
- cooperar na obtenção de recursos para a execução das atividades previstas.

A Assessoria Técnico-Administrativa desenvolveu suas atividades a fim de:

- atender aos assuntos relacionados com a Educação e Cultura em: reuniões internacionais e organismos internacionais;
- coordenar a elaboração de planos de trabalho, documentos técnicos e relatórios.
- Apoio a projetos na Amazônia

Atenção especial vem sendo dada pelo Governo Federal, com a criação de programas especiais, para reduzir os desequilíbrios regionais e procurar incorporar vastas áreas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento nacional. Entre esses programas figuram: Programa de Integração Nacional (PIN) e Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

A tônica da atuação desses programas está voltada para a área econômica. Mesmo assim, desde as suas implantações, o Ministério da Educação e Cultura acompanhou e se envolveu em suas programações.

No período 1973 a 1977, foram liberados Cr\$ 193,841 milhões do PIN, em projetos do MEC na área de colonização na Amazônia, conforme demonstrativo seguinte:

ANO	VALOR
1973	6.900
1974	34.035
1975	38.490
1976	39.510
1977	74.906
Total	193.841

- Acompanhamento das atividades do MEC no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- O citado acompanhamento foi desenvolvido através de:
- contatos com os órgãos do MEC que executam ou coordenam projetos incluídos no II PBDCT;
 - contatos com o CNPq;
 - participação em reuniões da Subcomissão de Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos e Subcomissão de Desenvolvimento Social;
 - análise de relatórios e elaboração do documento Atividades do MEC no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Estudos de atos administrativos
 - Projeto de decreto visando à concessão de Prêmios Literários Nacionais;
 - projeto de decreto dispendo sobre a transferência de alunos de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau integrantes de representação desportiva nacional;
 - portaria designando um grupo de trabalho destinado a proceder a estudos sobre o Programa do Banco do Livro;
 - portaria designando um grupo de trabalho objetivando proceder a estudos para criação de Banco de Material Audiovisual deste Ministério;
 - portaria determinando o registro de diplomas de Técnico Musical nas delegacias regionais e representações deste Ministério;
 - portaria baixando instruções para ingresso em curso de nível superior;
 - portaria baixando instruções sobre o Curso de Licenciatura Plena para graduação de professores da parte de currículo do ensino de 2º grau;
 - portaria visando a aprovar o Regulamento do Concurso Nacional de Ensino de Redação;
 - portaria instituindo um grupo de trabalho destinado a verificar a viabilidade da inclusão do Programa Educação do Consumidor nos currículos de 1º e 2º graus;
 - portaria interministerial designando comissão mista para elaborar anteprojeto de regulamentação para estabelecer diretrizes de ação integrada no campo do atendimento aos excepcionais;
 - portaria interministerial designando comissão para planejar, coordenar e implementar a execução de atividades, no campo do ensino e da pesquisa em Ecologia, em todos os graus;
 - portarias diversas, delegando competência e constituindo comissões, inclusive de inquérito administrativo.
- Publicações sob-patrocínio da Secretaria-Geral
 - *Educação-Cultura-Desporto* — conferência proferida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica pelo Sr. Secretário-Geral;
 - *Anais do X Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação*, com a participação dos secretários de Saúde;
 - diretrizes gerais para orientação do seminário sobre admissão e orientação acadêmica de universitários brasileiros nos Estados Unidos;
 - *Brazilian Educational System: First-Second Levels and Supplementary Education*;
 - *Manual de Orientação do Professor na Aplicação do Teste de Aferição de Acuidade Visual*;
 - *Indicadores na Avaliação Educacional*;
 - *Relatório Geral do MEC - 1976*;

- *Representação Gráfica do Desempenho Físico e Financeiro dos Projetos Prioritários do MEC - 1977,*
- *Relatório de Acompanhamento do Plano Operativo Anual - 1977;*
- *Catálogo do Banco de Teses - volume 2.*
- Grupos de Trabalho

Entre os principais grupos de trabalho, citam-se:

- coordenação das atividades do Grupo Especial de Educação Rural instituído na Secretaria-Geral para desenvolver estudos visando a definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento da educação no meio rural.

O grupo, para o desenvolvimento de suas atividades, manteve contato com instituições públicas e privadas responsáveis por programas educacionais no meio rural; visitou as secretarias estaduais de Educação e experiências educacionais inovadoras no meio rural; manteve contatos com o BIRD; realizou o II Curso de Planejamento e Administração da Educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais, de 29 de agosto a 30 de setembro, em Garanhuns, PE;

- coordenação, a nível de Secretaria-Geral, das atividades relacionadas ao programa de Assistência Técnica MEC/BIRD, envolvendo: seleção e contratação dos consultores; acompanhamento das atividades; contatos com o BIRD; e reajustes de programação.

— *Modernização e Reforma Administrativa*

- elaboração de subsídios destinados ao acompanhamento e à análise do projeto de reorganização administrativa do Ministério, junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- elaboração de subsídios destinados ao acompanhamento e à análise do projeto da reorganização administrativa do Ministério, junto ao Gabinete Civil da Presidência da República;
- orientação e coordenação da elaboração dos projetos de organização administrativa dos órgãos constantes da estrutura básica proposta;
- identificação das unidades estruturais do Ministério e correspondentes níveis hierárquicos para fins de análise prospectiva da composição do Grupo DAS dentro da nova organização administrativa;
- definição de alternativas de organização administrativa para as delegacias regionais do Ministério e identificação da viabilidade de criação de delegacia regional com jurisdição sobre Mato Grosso, Goiás e Brasília;
- análise visando à redefinição dos estatutos das Fundações Centro Brasileiro de TV Educativa e Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR); dos regimentos do Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares, Escola Técnica Federal de Sergipe; e analisado, para fins de aprovação pelo Ministro de Estado, o regimento da autarquia Centro Tecnológico da Bahia (CENTEC).

— *Atividades de Informática*

- Acompanhamento da atuação do Ministério por computação.
- Através do CIMEC

No exercício de 1977 foi dada continuidade ao processo de implantação do Centro de Informática do MEC (CIMEC), cujo objetivo principal é atender às aspi-

rações do MEC na área do processamento da informação.

O CIMEC desenvolve suas atividades através de quatro grandes sistemas: de Informações Administrativas, Informações Bibliográficas e Documentárias, Informações Educacionais, e Informações Culturais.

O Sistema de Informações Administrativas abrange os subsistemas de: Administração de Pessoal; Orçamento e Finanças; Administração de Materiais; Administração de Patrimônio; Comunicações, Manutenção Geral; e Transporte.

O Sistema de Informações Bibliográficas e Documentárias tem por objetivo permitir que a Biblioteca Nacional execute as atividades de catalogação, aquisição, divulgação e manutenção do acervo.

O Sistema de Informações Educacionais abrange os subsistemas de: Ensino Superior e Supletivo; Assistência ao Estudante; Distribuição de Livros e Materiais Didáticos; Banco de Teses; Estatísticas; e Pesquisas Eventuais.

O Sistema de Informações Culturais abrange o Subsistema Desportos, que tem por objetivo montar um sistema de informações sobre o desporto nacional e o Subsistema Distribuição de Livros às Bibliotecas, que visa a atender às necessidades do INL, no controle da distribuição de livros às bibliotecas do País.

- Através do Convênio MEC/FUB

Ainda neste exercício, a Secretaria-Geral, contando com a colaboração do Centro de Processamento de Dados da Fundação Universidade de Brasília, assumiu os trabalhos de acompanhamento dos projetos prioritários do Ministério, através de processamento eletrônico.

III - Execução Financeira

Ralação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1976		1976		1977		1976
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Implementação da Modernização Administrativa	Tesouro	907	644	777	522	5251	3829	6.400
Coordenação e Planejamento	Tesouro	8.678	8.081	12.866	11.714	20 188	23730	30.261
Participação em Orçamentos Internacionais	Tesouro	10.360	10360	13.404	13.404	-	-	666
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação a Cultura	Tesouro	-	-	6785	6.786	68616	77 487	85 176
Utilização de Res. Oficiais	Tesouro	-	-	-	-	80	80	120
Crédito Educativo	Tesouro	-	-	-	-	400 000	400.000	-
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	1.660
Participação em Organismos Internacionais	Tesouro	-	-	-	-	20 400	7.200	14.647
Proiato a Cargo do FNDE	(1) Sal. Ed.	457 176	467 176	762 184	762.184	1 064 524	983 588	1.149.832
Proiati a Cargo do FNDE	(2) Tesouro	247.753	747 753	314 131	314.131	371980	371960	227910
Projeto a Cargo do FNDE	(3) Sal. Ed.	-	-	-	-	735.475	735 043	1050 168
Projeto a Cargo do FNDE	(4) Tesouro	154 721	164.721	427 806	427 806	-462 008	462 008	710.527
Proiato a Cargo do MOBREAL	Tesouro	1.842	1.842	1866	1.886	- 2 272	2.272	2378
(*) Cred. Sup 111.800 000.00 (*) Cred. Sup 4 749 600.00 (1 e 2) Projeto 1818 (3 a 4) Atividade 2818								
T O T A L		881427	880 467	1539.818	1.538.412	3150 792	3 067 217	3.279614

IV - Conclusão

A Secretaria-Geral, durante o exercício de 1977, desempenhou suas atividades como órgão diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Para 1978, dentro de suas perspectivas, será dada prioridade às seguintes atividades:

- execução do II Plano Setorial de Educação e Cultura e estudos para elaboração do III Plano;
- atuação nos 15 pólos de desenvolvimento do POLAMAZÔNIA;
- operacionalização do Sistema de Acompanhamento de Projetos do Ministério por computação eletrônica;
- continuidade dos trabalhos visando ao desenvolvimento da educação no meio rural.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA I -

Apresentação

O Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), no exercício de 1977, pela assinatura de convênios com as secretarias de Educação para o aperfeiçoamento do Subsistema de Informações Estatístico-Educacionais, se fez presente em todo o território nacional.

Com a implantação dos sistemas de informações estatístico-educacionais, algumas unidades federadas já dispõem de dados relativos a 1977 devidamente processados. Os usuários dos dados estatístico-educacionais, de níveis regional e local, em alguns casos, podem dispor, inclusive, de dados microfichados, a nível de estabelecimentos de ensino.

Já estão sendo projetadas informações demográficas por faixa etária de escolarização e estudos, tais como: oferta, demanda e fluxo dos sistemas de ensino.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Informações Estatísticas do Setor Educacional e Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 1º Grau são os dois projetos coordenados e executados pelo SEEC.

O projeto de Informações Estatísticas do Setor Educacional, para efeito de operacionalização, admite dois subprojetos: de Assistência Técnica e Cooperação Financeira às Secretarias de Educação e de Estudos Técnicos. O projeto de Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 1º Grau, concluído em 1977 (por força do término do Acordo 512-L-081), admitiu os subprojetos de: Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, Recuperação e Disseminação de Informações e Implementação de Núcleos de Informações Estatísticas das Secretarias de Educação e correspondentes redes de regiões escolares nos estados da Federação.

Dentro da ação de Assistência Técnica e Cooperação Financeira do SEEC às secretarias de Educação destacou-se o atendimento à Região Norte, com inclusão, em 1978, de mais seis unidades federadas: Pará, Amazonas, Acre e territórios. Pelas secretarias de Educação são desenvolvidos os projetos: Operação Linguagem (PRODOL) - foi concluída pesquisa semiológica e compatibilizado local de 3.000 descritores que, após processo de análise estrutural e funcional, comporão um Glossário Nacional de Termos Estatístico-Educacionais; essa análise será feita a nível regional em 1978 e a nível nacional no 1º semestre de 1979; Operação Registro Escolar - foram desenvolvidos e testados modelos de registros referentes a

corpo discente, corpo docente, corpo técnico-administrativo, prédios e outros bens, finanças escolares; e Implementação do Levantamento de Dados Estatístico-Educação - esse projeto tem melhorado sensivelmente a coleta de dados.

O projeto de Estudos Técnicos conseguiu levar a efeito duas publicações técnicas, sobressaindo uma — *Estudo da Problemática das Informações e Comunicações no Campo da Administração dos Sistemas Educacionais*.

Dentro do Acordo 512-L-081, o SEEC, pelo projeto de Recuperação e Disseminação de Informações, alcançou a elaboração de todas as áreas históricas que foram processadas mecanicamente, dependendo, tão-somente, da série que está sendo processada eletrotécnicamente pelo CIMEC. Através do projeto de Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, treinou 347 técnicos em diversas e diferentes modalidades, e pelo de Implantação dos Núcleos, atingiu a criação de 20 núcleos centrais (nas sedes das secretarias de Educação) e 73 núcleos regionais, nos seguintes Estados: Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Neste exercício, o SEEC promoveu, também, os seguintes eventos:

- I Encontro Regional/Norte de Estatísticas Educacionais;
- II Encontro Regional/Nordeste de Estatísticas Educacionais;
- II Encontro Nacional de Estudos para Levantamento de Dados Estatísticos da Educação Especial;
- Reuniões de Estudos Técnicos.

Com a participação do Ministério da Previdência e Assistência Social (secretarias de assistência social), unidades de informática e Departamento de Educação Especial das secretarias de Educação, Centro Nacional de Educação Especial, fundações e instituições especializadas no atendimento a excepcionais, foi levado a efeito, sob planejamento conjunto SEEC/CENESP, e coordenação do SEEC, a II Pesquisa Estatística Nacional de Educação Especial. A referida pesquisa envolveu instituições de ensino regular e instituições especializadas das redes municipal, estadual, federal e particular, e dará os seguintes resultados: cadastro atualizado de entidades que oferecem educação especial, caracterização de excepcionais atendidas e modalidades de atendimento educacional, médico-social, níveis de ensino e faixa de idade, corpo docente, técnico e administrativo e outras informações. A participação integrada das organizações citadas se traduz numa economia de 80% dos recursos financeiros empregados em 1974 (1ª pesquisa).

Ainda durante o ano de 1977, o SEEC continuou executando seu programa editorial, dando divulgação aos dados estatístico-educacionais através das seguintes publicações: *Sinopse Estatística do Ensino de 1º Grau - 1973/1974*; *Sinopse Estatística do Ensino de Pré-1º Grau — 1975*; *Sinopse Estatística do Ensino Superior - 1975*; *Série Retrospectiva do Ensino Primário Comum - 1966/70*; *Série Retrospectiva do Ensino Médio 1º Ciclo - 1966/70*; e *Série Retrospectiva do Ensino Médio 2º Ciclo - 1966/70*.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1976		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Planejamento, Coleta, Apuração e Divulgação e Dados Estatísticos	Tesouro	5.145	4.947	9.427	8.654	10.869	10.869	12.277
Informações Estatísticas do Setor Educacional	Tesouro	10.000	9784	12.045	10.234	18.000	18 927	32.000
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 1º Grau	Op. Créd. Ex	5.444	1.703	14.469	11.035	1.307	3.266	-
T O T A L		20.589	16.434	35.941	29.923	30.176	33 062	44 277

IV - Conclusão

Do ponto de vista de execução física, o SEEC atingiu todos os objetivos e metas programadas para 1977, e inclusive realizou tarefas extraordinárias, como a da II Pesquisa Nacional de Dados Estatísticos da Educação Especial, não programada pelo órgão.

Quanto à execução financeira, foram ultrapassados todos os tetos previstos. O realizado foi sempre maior do que o previsto, por conta do crescimento dos encargos e compromissos encetados no ano. A autorização de reprogramação de saldo por parte do FNDE e do PREMEN e a suplementação de pessoal no orçamento permitiram um desempenho financeiro acima dos 100%.

Para 1978, os pontos de atuação prioritária são:

- implementação de estudos, junto ao Grupo Especial da Secretaria-Geral, para delinear medidas de aperfeiçoamento das estatísticas educacionais e culturais dos meios rurais brasileiros;
- promoção de medidas facilitadoras de intercâmbio do Sistema de Informações Estatístico-Educacionais com outros sistemas afins, visando à obtenção de informações sistemáticas complementares às de educação;
- implementação de estudos, mecanismo? e medidas para dinamização e procedimento do Subsistema de Informações Estatísticas da Educação Especial e implantação do Subsistema de Informações Estatísticas da Educação Extra-Escolar;
- elaboração final e consolidação do Plano Nacional Diretor de Informações Estatístico-Educacionais;
- formação de 20 técnicos em curso de especialização em Estatística Educacional para as secretarias de Educação da Região Norte do Brasil;
- consolidação do Plano de Implantação dos Registros Estatísticos Escolares do ensino de pré-1º grau, 1º e 2º graus dos sistemas estaduais de ensino, pelas secretarias de Educação dos estados, territórios e do Distrito Federal.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

I - Apresentação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em seu programa de realizações, deu continuidade à execução do projeto de Estímulo a Estudos e Pesquisas Setoriais, que surgiu da necessidade de alicerçar o planejamento educacional em bases científicas, de modo a incorporar as contribuições da teoria e da pesquisa empírica, constituindo-se em elemento de apoio técnico indispensável à definição de políticas e planejamentos, relativos aos graus e tipos de ensino e a temas de campos afins, compatibilizando-se com os demais projetos prioritários do Ministério.

Durante o ano, procedeu-se ao acompanhamento e avaliação dos projetos executados por entidades externas, sendo definidos, em cada caso, temas, objetivos, metodologia, cronograma, custos e responsabilidades assumidas.

Paralelamente, o INEP vem operando um sistema de Documentação e Informações Educacionais, que oferece insumos básicos à ação do órgão, como coordenador da pesquisa educacional no País.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

O INEP, na execução do projeto de Estímulo a Estudos e Pesquisas Setoriais, promoveu as seguintes realizações:

- assinatura de convênio com o CENAFOR, visando à realização de dois cursos de Técnica de Pesquisa, ministrados a técnicos das secretarias de Educação das Regiões Norte e Nordeste, além de contrato com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para treinamento de mestrandos em pesquisa educacional;
- assinatura de convênios e contratos com 14 entidades de pesquisa para o atendimento aos diversos temas de pesquisa julgados prioritários pelo MEC;
- seleção de 34 projetos de pesquisas, assim distribuídos: 12 relativos ao 1º grau; 4 ao 2º grau; 9 ao 3º grau; 2 ao supletivo; e 7 relativos a temas diversos;
- análise de 58 relatórios finais de pesquisas concluídas no exercício, sendo 13 do 1º grau; 4 do 2º grau; 21 do 3º grau; 7 do supletivo; 5 de recursos humanos; 1 de educação especial; 4 de tecnologia educacional; e 3 de temas diversos.

O INEP, para a redefinição de uma política de pesquisa educacional no País, está desenvolvendo o projeto Metodologia para Avaliação de Pesquisa Educacional

no Brasil, o qual se justifica pela necessidade de uma sistemática de macroavaliação dos programas e microavaliação dos projetos e relatórios técnicos de estudos e pesquisas educacionais.

Durante o exercício de 1977, o INEP manteve intercâmbio na área de documentação e informações educacionais com 123 entidades do País e 47 do exterior. Atendendo às prioridades setoriais, recuperou e armazenou 692 *work-sheets* para o Banco de Dados de Norma Jurídica (NJUR) do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), relativos à legislação educacional; iniciou a reorganização do acervo da Biblioteca-Núcleo, em Brasília; programou para editoração três números da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, sobre os temas Literatura Infantil, Comunicação no Ensino de 1. Grau e Educação Rural, dois números da *Bibliografia Brasileira de Educação*, bem como um volume da *Série Renovação da Escola de 1º Grau - Programa Experimental para a 4ª Série*.

Sob a coordenação desse órgão, foi realizado o I Encontro de Pesquisadores Educacionais do Nordeste, em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco e a colaboração da SUDENE e da Secretaria de Educação de Pernambuco, bem como do Centro Nacional de Recursos Humanos/SEPLAN, com a finalidade de reunir autoridades e especialistas, visando a elaborar uma estratégia para a política educacional em áreas rurais.

O INEP se fez representar no II Curso de Planejamento e Desenvolvimento Rural em Pernambuco, sob o patrocínio da Secretaria-Geral do MEC e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, colaborando com os documentos seguintes: Teses sobre Educação Rural; e Pesquisas na Área da Educação Rural.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Estímulo a Estudos e Pesquisas Setoriais	Tesouro	7715	7 569	12250	6 449	13.860	7.016	14553
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação no 1º Grau	FNDE.	6000	5 981	10 000	8463			8.000
Fundo Especial de Estudos e Pesquisas	FEEP	-		-	-	-		1.647
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 1º Grau MEC USAID	ACORDCOOP	2.423	2 250	2700	2.285	938	-	-
Desenvolvimento das Informações Documentárias e Bibliográficas	Tesouro	3300	2 811	1 165	394	2.230	152	2.343
Administração	Tesouro	11898	10 569	16 437	13 522	24.237	17.205	21906
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro		-	-	-	-	-	540
T O T A L		31 336	29 180	42.552	31.113	41265	24.373	48 989

IV - Conclusão

Em 1977, cabe mencionar o acompanhamento sistemático das pesquisas em curso, tendo havido comunicação permanente com as entidades executoras, visando solução de problemas técnicos ou de ordem administrativa.

Prevê-se para 1978 o planejamento da estrutura lógica dos mecanismos e metodologia operacional necessários à dinamização do Subsistema de Documentação e Informação Educacional, distinguindo-se:

— a oficialização da linguagem unificada do Thesaurus Brasileiro de Educação, para a comunicação dos usuários, aí compreendidas as entidades oficiais e particulares, no campo educacional;

— o estudo para implantação gradativa de uma rede de terminais de documentação e informação educacional, a nível nacional;

— o desenvolvimento do acervo da Biblioteca-Núcleo, estruturada com os setores: livros e folhetos, periódicos, documentação audiovisual e bibliografia.

Com relação à pesquisa, programa-se a instalação do Banco de Dados como suporte para o programa nacional de pesquisas educacionais, destacando-se o cadastro de instituições, o de pesquisadores, o de pesquisas realizadas e em curso e o cadastro de instrumentos.

Quanto à programação de pesquisas, pretende o INEP examinar com os órgãos do Ministério e secretarias de Educação uma nova metodologia visando à identificação de problemas prioritários para a investigação científica em educação, de modo a permitir a caracterização de linhas de pesquisa mais sintonizadas com as necessidades do desenvolvimento do País.

CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

I- Apresentação

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em sua programação para o desenvolvimento da educação especial, promoveu:

— publicação do 1º Plano Nacional de Educação Especial (PLANESP), para o triênio 1977/79;

— criação de 5 cursos de estudos adicionais, em 5 unidades da Federação;

— levantamento atualizado das instituições especializadas, dos centros de re educação e de outras iniciativas na área de atendimento a educandos com problemas de aprendizagem;

— criação de 15 novos projetos-piloto para experimentação de propostas curriculares adaptadas para excepcionais, objetivando-se criar condições para a melhoria do atendimento e o acesso ao sistema regular de ensino.

Numa avaliação geral das ações desenvolvidas pelo CENESP, em 1977, nota-se contribuição significativa para nova configuração à realidade da educação especial no Brasil, nos seguintes aspectos:

— aumento da capacidade de oferta de serviços adequados para as diversas categorias de excepcionais;

— melhoria nos padrões de desempenho, quanto: à adequação de métodos, procedimentos e instrumentos para identificação, diagnóstico e planejamento do atendimento; ao aperfeiçoamento de currículos e programas; ao suprimento de material didático e escolar e equipamento especializado; à adequação de instalações físicas; à formação de pessoal docente e técnico especializado;

— estabelecimento de normas e organização de órgãos centrais de educação especial, a nível estadual, em várias unidades da Federação.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Execução física dos projetos

— *Reformulação de Currículos para a Educação Especial*

Este projeto foi iniciado em 1975, com a finalidade de elaborar propostas curriculares para deficientes visuais, deficientes auditivos e superdotados, abrangendo todas as séries do 1.º grau, e para deficientes mentais educáveis, até a 6ª série.

Neste exercício, foram elaborados 27 manuais de orientação para uso de igual número de propostas curriculares nas áreas de deficientes mentais educáveis (6 séries); deficientes visuais (8 séries); deficientes auditivos (8 séries); e superdotados (5 séries). Ainda dando continuidade às iniciativas já realizadas, intensificando-as, deu-se prosseguimento à experimentação das propostas curriculares, através da manutenção e do desenvolvimento de 6 projetos-pilotos, já implantados, e da criação de 15 novos.

— *Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Especial*

Este projeto tem por finalidade promover o treinamento de recursos humanos para a educação especial, visando à expansão e melhoria qualitativa do atendimento prestado aos excepcionais, pelo qual foram treinadas 3.193 pessoas, entre técnicos e docentes, sendo 2.735 em cursos de curta duração (especialização, aperfeiçoamento e atualização), 267 em licenciatura, 176 em estudos adicionais e 15 em mestrado no exterior. Também foram concedidas 4 novas bolsas de estudo, em nível de mestrado, no exterior.

— *Cooperação Técnica e Financeira às Instituições Privadas na Área da Educação Especial*

Com a finalidade de prestar apoio técnico e financeiro às instituições particulares de atendimento a excepcionais, este projeto beneficiou a 235 instituições, assim distribuídas, de acordo com a demanda: 4 na Região Norte; 26 na Região Nordeste; 129 na Região Sudeste; 63 na Região Sul; 13 na Região Centro-Oeste.

— *Assistência Técnica e Financeira aos Sistemas Estaduais de Ensino*

Visando ao aumento da oferta de vagas e à melhoria do atendimento prestado a excepcionais no sistema regular de ensino, este projeto beneficiou às secretarias de Educação de 25 unidades federadas, exceto Fernando de Noronha, para manutenção de atendimento aos excepcionais; aquisição de material didático e escolar; equipamentos de centros de atendimento; construção, ampliação, adaptação e recuperação de instalações físicas.

— *Atendimento a Educandos com Problemas de Aprendizagem*

Este projeto compreende ações que visam ao atendimento educacional especializado para crianças com dificuldades de aprendizagem, decorrentes de fatores físicos, ambientais e psicológicos. Através da PUC/RJ foi realizada a experimentação de modalidades de identificação e técnicas de reeducação, dando continuidade ao estudo analítico realizado no ano anterior, com vistas a uma ação preventiva. Foi, ainda, prestada assistência técnica e financeira à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que desenvolve programas de atendimento educacional a alunos com problemas de aprendizagem e realizado um levantamento de instituições especializadas, centros de reeducação, núcleos de atendimento e demais iniciativas nessa área.

— *Organização e Desenvolvimento de Serviços de Educação Precoce*

Este projeto envolve ações que visam à utilização de técnicas de intervenção ou estimulação em crianças deficientes, através de equipes multidisciplinares, a partir dos primeiros meses de vida, envolvendo o ambiente familiar e objetivando propiciar seu desenvolvimento integral. Neste exercício, deu-se continuidade às ações iniciadas no ano anterior, abrangendo: expansão e aperfeiçoamento de 5 centros experimentais e criação de 1 novo, localizados em 3 unidades da Federação, os quais se constituirão em serviços-modelo para as diversas regiões do País; entendimento com outros órgãos públicos especializados, visando ao estímulo à criação de clínicas de aconselhamento genético, e divulgação de técnicas e recursos atualizados de atendimento precoce.

- *Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura*

Com a finalidade de dar continuidade e reforço à ação de apoio técnico e financeiro às instituições especializadas de atendimento a excepcionais, este projeto atendeu a 31 instituições, assim distribuídas: 1 na Região Norte, 2 na Região Nordeste; 17 na Região Sudeste; 9 na Região Sul; 2 na Região Centro-Oeste.

— *Projeto Especial Multinacional de Educação - Brasil, Paraguai, Uruguai* —
OEA

Neste projeto, merecem realce as seguintes ações: 5 cursos de atualização para docentes nas áreas de deficiência auditiva, visual e distúrbios de aprendizagem; 3 missões de estudos de docentes e técnicos no Paraná e no Rio Grande do Sul; reuniões técnicas de avaliação, planejamento e orientação em educação especial no Rio de Janeiro e no Paraná; 1 reunião de orientação de educação especial para autoridades municipais da 21ª Microrregião do Estado do Paraná; e elaboração de 4 documentos sobre educação especial; 1 sobre estimulação precoce; elaboração do Plano de Atendimento aos Excepcionais na 21ª Microrregião do Estado do Paraná; participação no Seminário sobre Habilitação Ocupacional do Excepcional (Uruguai); assistência técnica e fornecimento de equipamentos para 25 classes especiais no Estado do Rio Grande do Sul, e 31 no Estado do Paraná.

Além dessas atividades, foram realizados estudos e apresentado um projeto de Bolsas de Trabalho para excepcionais, em uma ação conjunta do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) e do CENESP, a fim de propiciar oportunidades de formação profissional a excepcionais e proporcionar às empresas possibilidades de lhes reconhecerem a eficiência funcional, através de estágios. Foram selecionadas 12 instituições em 9 unidades da Federação, a fim de participarem do programa no caso de sua aprovação em 1978.

Dada a abrangência e complexidade que caracterizam a educação de excepcionais, o CENESP realizou ou participou de congressos, seminários, encontros e reuniões de estudos, não só na sua área específica como também em outras no campo da educação.

- Órgãos Subordinados

Estão subordinados ao CENESP, técnica e administrativamente, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Benjamin Constant (IBC), tradicionais escolas residenciais do MEC, para atendimento, respectivamente, de deficientes da audição e da visão.

O INES funciona em regime de internato, semi-internato e externato, oferecendo ensino pré-escolar, ensino de 1º grau, supletivo e profissionalizante. Aos alunos é dada orientação psicológica, educacional e profissional. Dentre suas atividades mais relevantes em 1977, cabe mencionar o desenvolvimento do projeto-piloto para deficientes auditivos (1º e 2º séries) do projeto de Reformulação de Currículos para Educação Especial. O INES atendeu a 628 alunos, sendo aplicados na manutenção dessa escola residencial recursos no valor de Cr\$ 4,8 milhões.

O IBC funciona em regime de internato, semi-internato e externato, oferecendo ensino pré-escolar, ensino de 1º grau, supletivo e profissionalizante. Dentre suas atividades mais relevantes, cabe citar o desenvolvimento do projeto-piloto para deficientes visuais (1º e 2. séries) do projeto de Reformulação de Currículos para Educação Especial, e dos cursos profissionalizantes para programadores em computação eletrônica e de massagistas. O IBC atendeu a 309 alunos, sendo aplicados na manutenção dessa escola residencial recursos no valor de Cr\$ 3,9 milhões.

- Regulamentação da Portaria Interministerial 477, de 11 de Agosto de 1977 - MEC/MPAS

Considerando a necessidade de garantir o aproveitamento ótimo dos recursos aplicados no campo do atendimento aos excepcionais, bem como os dispositivos legais relacionados à ação do MEC e do MPAS, foi assinada a Portaria Interministerial nº 477, com a finalidade de elaborar, no prazo de 90 dias, anteprojeto de regulamentação visando a estabelecer aquelas diretrizes básicas. Durante os trabalhos, foram analisados e discutidos os seguintes temas prioritários: objetivos gerais da ação integrada para o atendimento a excepcionais, definição e delimitação da clientela, especificações sobre o diagnóstico e encaminhamento, modalidades de atendimento educacional e de assistência médico-psicossocial, formas de concessão de recursos financeiros e de assistência técnica, processos de acompanhamento e sistemas de supervisão e controle.

- Levantamento de Dados Estatísticos de Educação Especial

Dando prosseguimento a uma primeira iniciativa de levantamento nacional de dados estatísticos da educação especial, em convênio do CENESP com o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), o II Projeto de Levantamento de Dados da Educação Especial foi necessário para que pudessem refletir os resultados da ação do CENESP e de serviços de educação especial do Brasil, no período 75/77. Este levantamento objetivou, também, concorrer para a implantação do Subsistema de Informações Estatísticas da Educação Especial, em âmbito nacional, conjugando esforços com o trabalho do SEEC junto às unidades Federadas, treinando pessoal técnico dos sistemas de ensino.

II — Execução Financeira

Cr\$ 1 000

Relação dos Projetos Prioritários Não Prioritários	Fonte de	19 75		19 76		19 77		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Capacitação de Recursos Humanos p/Educação Especial	Tesouro PREMEN	3.440 3.995	3.281 3.798	3.440 5.000	3 165 4.363	5.410 4.707	5.410 4.577	6.410 9400
	Subtotal	7.435	7.079	8440	7.528	10.117	9.987	14.810
Cooperação Técnica e Financeira às Instituições Privadas na Área de Educação	Tesouro FNDE	4.230	4.230	3.410	3.310	3.730 16.572	3.680 15.912	7.917 71 360
Especial	Subtotal	4.230	4.230	3.410	3.310	20 302	19.592	29277
Reformulação de Currículos para Educação Especial	INEP	14 1.230 160	14 1.073 160	190 2.700	190 2.700	790 1.766	790 1.665	549 800
	Subtotal	1.404	1.247	2.890	2.890	2.556	2.455	1.349
*Assistência Técnica a Financeira aos Sistemas Estaduais de Ensino	FNDE	6.000	6.000	6.500	6.500	6.830	6.830	13.040
Atendimento a Educandos com Problemas de Aprendizagem	Tesouro	-	-	400	400	440	440	SOO
Organização e Desenvolvimento de Serviços de Educação Precoce	Tesouro	-	-	600	800	840	840	1 888
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	FNDE	968	968	-	-	10.000	9.906	-
Apoio às Entidades Privadas de Ensino a Excepcionais	FNDE	-	-	15.000	15.000	-	-	-
Administração	Tesouro FEE	41.027 1 785	40 787 1.285	51.835 1.900	41 929	66 314 4900	66314 4900	69801 4.045
	Subtotal	42.312	42.072	53.735	41 929	71.214	71.214	73846
TOTAL		62.349	61 596	91 175	78.357	122299	121 264	134710

IV - Conclusão

Apesar do caráter pioneiro da atuação do CENESP, bem como da abrangência e da complexidade que caracterizam a educação especial, vê-se que, em 1977, conseguiram-se resultados bastante expressivos, muito contribuindo para conduzir soluções e obter maior equilíbrio na atividade, dando uma nova configuração à realidade dessa área de educação.

Convém, ainda, salientar o fato de que o CENESP vem planejando e desenvolvendo sua ação em consonância com os fundamentos da Política Educacional do Ministério da Educação e Cultura, caracterizando-se como democrática, integrada, inovadora, preventiva e contínua.

Na programação a ser desenvolvida em 1978, cabe mencionar:

- desenvolvimento de assistência técnica efetiva aos sistemas estaduais de ensino, para o planejamento, coordenação, controle e avaliação da educação especial, bem como para a instalação ou aperfeiçoamento de serviços de atendimento a excepcionais no sistema regular de ensino;
- desenvolvimento de assistência técnica às agências encarregadas de experimentação das propostas curriculares, através de convênios com universidades, para o projeto Reformulação de Currículos para Educação Especial;
- intensificação dos cursos de estudos adicionais no projeto de Capacitação de Recursos Humanos para Educação Especial;
- elaboração de um manual para professores de deficientes físicos;
- levantamento dos subsídios básicos para proposição de estratégias de avaliação e atendimento eficazes para deficientes múltiplos e educandos portadores de distúrbios de conduta.

PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO

I - Apresentação

Durante o ano de 1977, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) executou atividades planejadas, tendo em vista a consecução das metas fixadas para os seguintes acordos de financiamento, negociados com fontes do exterior:

- Acordo de Empréstimo MEC/USAID nº 512-L-081;
- Contrato de Empréstimo MEC/BID nº 379/SF-BR;
- Acordo de Empréstimo MEC/BIRD nº 1.067/BR.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

O Acordo MEC/USAID foi encerrado com um investimento de Cr\$ 334 milhões, de um total de Cr\$ 940 milhões, beneficiando os seguintes estados participantes do projeto: Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

No final do ano foram notados os seguintes resultados:

- unidades escolares construídas ou em fase final de construção: 31 do 1º grau e 13 do 2º grau, de um total de 65 estabelecimentos que proporcionam cerca de 30.000 vagas em um único turno;
- delegacias regionais com a construção ou a reforma terminadas, ou em fase final de acabamento: 3 de um total de 12, que permitem a descentralização da administração e, portanto, maior rapidez no atendimento às necessidades locais;
- escolas polivalentes mobiliadas e equipadas ou com a atividade em fase final: 25 do 1º grau e 13 do 2º grau, num total de 38 estabelecimentos;
- delegacias ou departamentos mobiliados e equipados: 5;
- pessoal docente e técnico-administrativo preparado para dotar as escolas polivalentes: 14.049, dos quais 1.852 leigos atuando no campo educacional, desprovidos da necessária formação pedagógica.

Além destas atividades, o PREMEN financiou e supervisionou projetos a cargo dos seguintes órgãos: INL, CEBRACE, DEF, DEM, SEEC, CENESP, PRONTEL, INEP, CAPES e Colégio Pedro II.

Com recursos do Acordo MEC/USAID, o PREMEN concluiu a execução de 39 projetos especiais, que tiveram a finalidade de organizar, reorganizar ou aprimorar os sistemas, serviços ou setores essenciais de apoio administrativo ou técni-

co-educacional, indispensáveis ao bom desempenho dos sistemas estaduais de Educação, os quais foram, nas áreas de Pesquisa e Planejamento Educacional, 7; Inovações Metodológicas, 9; Sistema de Informações Educacionais, 6; Material de Ensino, 11; e Currículos e Programas, 6. Durante o referido Acordo, foram produzidos 815 documentos e treinamento às equipes técnicas das secretarias de Educação dos estados participantes.

Com fundos de origem interna no valor de Cr\$ 18,8 milhões, o PREMEN deu prosseguimento ao projeto de Melhoria do Ensino de Ciências, tendo capacitado um total de 1.929 professores, dos quais 1.128 leigos, desqualificados para a função de docentes. Este projeto também está propiciando a criação de:

- um laboratório básico polivalente para o Ensino Experimental de Ciências;
- materiais para o ensino de Ciências pela televisão;
- materiais para o ensino de Matemática;
- textos para o ensino de Ciências e de Biologia.

O PREMEN, através do Contrato de Empréstimo MEC/BID 379/SF/BR, deu prosseguimento às atividades previstas no referido Acordo, obtendo os seguintes resultados, com um dispêndio total de Cr\$ 36,6 milhões:

- início da construção de 10 centros interescolares e da ampliação de 1 colégio comercial e 1 centro educacional com a capacidade de 5.240 vagas;
- início da construção de 2 e da ampliação e reforma de 11 colégios agrícolas, beneficiando a 7.800 educandos;
- convênio com o SENAC para a construção, ampliação ou modificação de 4 centros de formação profissional nos estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, beneficiando a 5.300 educandos;
- convênio com o SENAI para a construção de 4 centros de formação profissional no Amazonas, no Distrito Federal, na Bahia e em Minas Gerais, atendendo a uma clientela de 3.600 alunos;
- fornecimento de equipamento, mediante convênio, a 9 centros de formação profissional e a 1 unidade móvel de ensino do SENAI nos estados do Amazonas, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio Grande do Sul;
- utilização de serviços de consultoria sob supervisão do MEC nas seguintes áreas: Planejamento Educacional, Organização e Administração de Estabelecimentos de Ensino, Metodologia do Ensino, Ensino Profissionalizante de Saúde, Orientação Educacional, Supervisão e Avaliação da Aprendizagem, Currículos e Programas, Bibliotecas Escolares (1 especialista no PREMEN);
- assinatura de convênio com a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), no valor de Cr\$ 20 milhões, com a finalidade de desenvolver cursos emergenciais de licenciatura plena para graduação de professores da parte de formação especial do currículo de 2. grau, cursos de aperfeiçoamento para docentes dos colégios agrícolas, cursos de aperfeiçoamento de pessoal de direção e técnico-administrativo, e ainda cursos de atualização de pessoal docente para apoio às habilitações básicas, beneficiando de 2.803 a 3.092 profissionais;
- assinatura de convênio com a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no valor de Cr\$ 4 milhões (taxa de Cr\$ 12,00 por US\$ 1,00), para concessão e administração de 25 bolsas de estudo a nível de pós-graduação no exterior, para as seguintes áreas: Planejamento Educacional, Mé-

todos e Técnicas de Ensino, Pesquisa Educacional, Tecnologia Educacional, Controle e Avaliação, Educação Técnica (setor secundário) e Educação Técnica (setor terciário);

- assinatura de convênio com a Universidade Federal de Santa Maria para concessão e administração de 6 bolsas de estudo a nível de pós-graduação na área agrícola.

Na execução do planejamento elaborado para implementar o Acordo MEC/BIRD nº 1.067/BR, o PREMEN apresentou os seguintes resultados:

- início da construção de 8 escolas do 1º grau nos seguintes estados: Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba;

- início da licitação para as estruturas metálicas de 35 unidades escolares de 1º e 2º graus (4 unidades de 1º grau conjugados a outras de 2º grau);

- utilização de um serviço de consultoria para elaboração dos projetos arquitetônicos das unidades escolares do 2º grau, construídas com emprego de estruturas metálicas;

- utilização de um serviço de assistência técnica sob a supervisão do MEC nas áreas de Planejamento Educacional, Administração Escolar, Currículo, Formação Profissional, Educação Rural, Tecnologia Educacional, Formação de Docentes, Custos e Financiamento da Educação, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos sistemas de ensino dos estados participantes do Acordo para a efetiva implementação da Reforma de Ensino de 1º e 2.º graus;

- preparação de pessoal docente e técnico-administrativo em um total de 716 profissionais, na maioria destituídos da necessária habilitação.

III - Execução Financeira
Acordo MEC/USAI D

Cr\$ 1000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 1º Grau Prioritário (11 12) 13) 14) 15)	Tesouro Sal. Ed	8.368	8 182	26 159	19244	55.638 57	54.873	(1)
	Op Cred.Ext.	46 407	30781	133342	97974	531	50475 30	(2) (3)
	Convênios S. Ex. Ant. 110 992)	15 789	9094	52 490	15496 6 605	44270	735	(4) (5)
	(10.993) 110 996)	28 485	13.604	6.804	10 246	8 064 10	8 064	(6)
	(10.996) 110 999)	9.168		11399		160 7 171	8649	(6)
	Juros T.de Ren- Rest.Div.					3500 3	6068	
						595 16	3 151 3	
						000 3000	595 15	
							231 3000	
	Subtotal	108 207	61561	230194	149 565	208 929	183841	
Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 1º Grau (Prioritários) (4)	Tesouro/ Sal- Ed, Op.Cred. Ext Convênios S. Ex. Ant. (10.996)	7.062 10.523 3 461	4.604 8934 1.809	5 301 21649 7 159	4.804 20734 4.501	5277 3 892 3 765 1034	5276 3872 2 518 1.034	(4) (6) (6)
	Subtotal	21046	15347	3039	30.039	13968	12 700	
	Projetos Especiais do 1º Grau (Não Prioritários)	Tesouro/Salário/Educação Op. Cred. Ext. Convênios S Ex. Ant.	4773 1 24 9 2	4 307 1 249 822 4356	3 794 23 806 8.409 2319	3689 16.094 5500	7219 2 646 201	7217 2 646 201
	Rest. Div.	1622	1.622	143	-	-	-	(6)
Programa Nacional de 1º Grau (Não Prioritários) (1) (4)	Subtotal	15.189 14.366	14.366 4.044	38471 17 549	25.283 17 549	10066 4 593	10.064 4 593 10	(1) (4) (6) (6)
	Tesouro/Salário Educação Op. Cred. Ext S. Ex. Ant. (10.992) (10.996) Rest Div.	4.044 17 828 3.596	4 044 12202	17 549 7946 5.860	17 549 7946 5 860	4 593 10 311 4 436 6 796	4 593 10 311 4436 6 796	
	Subtotal	25.468	16246	31355	31.355	26.136	26136	-
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 2º Grau (Prioritários) (3) (5)	Tesouro Op Créd Ext Convênios S. Ex. Ant. (10 995) (10 999) Rest Div	11.237 19 188 7.031	7.142 12857 3 808	23 498 68 266 26833 4 357	16.976 49 567 2449 1.810	18.843 25 980 24067 6 935 17 939 2472	16608 18406 16860 6.657 17934 2 472	(3) (6) (6) (6)
	Subtotal	37 456	23807	122.954	70.802	96 236	78937	-
	Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º Grau (Prioritários)	Tesouro Op. Cred. Ext. Convênios S.Ex. Ant.	9.268 19.240 2396	1009 1683 673	3.306 10 140 427	2 749 7.487	1087 2 160 812	1024 1631 811
	Subtotal	30.894	3.365	13 873	10.236	4 059	3466	-
Projetos Especiais do 2º Grau (Não Prioritário)	Tesouro Op Créd Ext Convênios S. Ex Ant Rest. Div.	3779 11973 5380	2466 4 128 1626	1 517 6861 3.000 177 1.614	1306 6 530 618 177 1444	1.297 1 793 572	1209 1 793 423	(6) (6)
	Subtotal	21 132	8.220	13.169	10.075	3662	3475	
	Programa Nacional de 2º Grau (Não Prioritário) (5)	Tesouro Op Créd. Ext. S. Ex Ant (10999) Rest Div	5.988 13973	4830 11 271	11 315 12 651 8.567	11.315 6.617 8.567	2586 2 924 6.170	2.586 2 924 6.170
	Subtotal	19961	16.101	32 533	26.499	11680	11680	
Administração da Expansão e Melhoria da Rede de Ensino (7) (Apoio Geral do PREMENI)	Tesouro/ Salário/Educação S. Ex. Ant. (10.994) Rest. Div.	20 750	16318	47 652 440 4277	28 681 3» 536	44 413 8.000	34.495 5 378	52.842 (6) (7) (6) (8)
	Subtotal	20 750	16318	52 369	29.546	52413	39.873	52.842
	TOTAL	300.103	175.321	569 027	383 400	427.149	370.172	52 842 (6)

Observações: (1) F R 10992 - Saldo de Salário- Educação. (2) FR 10 993 - Saldo de Recursos Diretamente Arrecadados;(3) FR 10 995 - Saldo de Convênios com Órgãos Não Federais (4) FR 10 996 - Saldo de Diversas (5) FR 10999 Saldo de Operações de Créditos Externas; (6) Não estão incluídos os saldos de 1977, (7) FR 10994 - Saldo de Convênios em Órgãos Federais;(8) Em 1978 apoiaram também o PRODEM.

Acordo MEC/BID

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Pre-visto
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 1º Grau (1) (Prioritário)	Op. Créd.	11.408	4.752	9.277	4.677			- (1)
	Ext.			5.979	5.936	1.800	980	- (2)
	S.Ex.Ant. (10.999)			1.127	1.070			- (2)
	Rest. Div.					5.169	5.169	
	Subtotal	11.408	4.752	16.383	11.683	6.969	6.149	-
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 2º Grau (Prioritário) (3) (4)	Tesouro	13.280	51	45.403		48.492	17.578	75.694
	Enc. Ger.	38.122	85	20.000		57.828	12.796	(2)
	União	7.190	34	39.907		64.349	32.736	101.052
	Op. Créd. Ext.			31000	2.707	24.119	17.594	- (3)
	S. Ex. Ant. (10.991) (10.994) Rest. Div.			5.285				- (4)
	Subtotal	58.592	170	141595	6.538	194.788	80.704	176.746
Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º Grau (Prioritário) (3)	Tesouro	3.700	-			4.163		7.660
	Enc. Ger.					3.344		
	União			5.777		13.137	503	- (2)
	Op. Créd. Ext.							- (3)
S. Ex. Ant. (10.991)			3.700				- (2)	
	Subtotal	3.700	-	9.477	-	20.644	13.640	7.660
Administração da Expansão e Melhoria da Rede de Ensino-Acordo MEC/ BID	Tesouro	600		2.412	1.479			
	Op. Créd.	1.484	346	1.780		4.069	2.050	3.297
	Ext.	77		1.627	1.480			
	S. Ex. Ant. (10.994)	134	326	2.606	1.098	7.413	3.739	2.940
	Rest. Div.					548	100	- (2)
	Subtotal	2.295	672	8.425	4.057	12.030	5.889	6.237
TOTAL		75.995	5.594	175.880	22.278	234.431	106.382	190.643

Observações: (1) FR 10.999 - Saldo de Operações de Crédito Externo. (2) Não estão incluídos os saldos de 1977, (3) FR 10.991 - Saldo de Recursos Orçamentários; (4) FR 10.994 - Saldo de Convênio com Órgãos Federais.

Acordo MEC/BIRD

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do	Fonte da	1975		1976		1977		1978
		Previno	Realizado	Previno	Realizado	Previno	Realizado	Previno
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 2º Grau (Prioritário)	Tesouro Op.	7.986	2	20.000	3.295	30.807	1.642 42	28.763
	Créd. Ext.	20.623		62.740		58.930		42.428
	Convênios	10.251	1	26.183	345	29485	27	8.000
	S. Ex. Ant.	1.540		1.561				
ID	(10.985)					1.199		-ID
(2)	(10.996)					40.543		-(2)
	Rest.Div.	137		343				-(3)
	Enc.G.União			20000				
	Subtotal	40 637	S	120.827	3.640	180.944	1.711	80.191
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 1º Grau (Prioritário)	Tesouro	2.354	482	28269	690	22.173	11.756	18.000
	Op.Cred.Ext.	8 818	482	34 706	61	22.173	3.841	18.000
	Convênios	4.409	241	11.593	189	11.086	5.151	9.000
	S. Ex. Ant.	6000		12.860	166			-ID
(4)	(10992)					31.188	16.102	-(3)
(5)	(10.994)						1.369	-(4)
(1)	(10.995)					11.536	958	-(5)
	Rest.Div.	465						
	Subtotal	22.046	1.205	87.428	1.106	98.153	38 177	45.000
Capacitação de Recursos humanos para o Ensino de 1º Grau (Prioritário)	Tesouro		1266	1.390	1.188	1.280	1 077	2.000
	Op.Créd.Ext.			2.944		1.260	280	2000
	Convênios			1.391	375	630	533	(D 1000
	S. Ex. Ant.							-(2)
(5)	(10.994)					5.962	5.962	-(3)
(1)	(10.995)					2.971	2.509	-(B)
(2)	(10.996)					10		-(3)
	Subtotal			5.728	1.574	12.083	10.361	5.000
Capacitação de Recursos Humanos para o En	Tesouro			1.097	637	1.840	1.940	3.233
	Op. Cred. Ext			2.324		1.940		3-233
	Convênios			1.097	440	870	970	1617
	S. Ex. Ant.							-(3)
(D)	(10.995)					1.442	1.390	
	Rest.Div.			451	451			-(3)
	Subtotal			4.869	1.528	6.292	4.300	8.083
Administração da Expansão e Melhoria da Rede de Ensino - Segundo Acordo MEC/	Tesouro Op.	1886		5.223	3.182 182	5.562	3.738	8.315
	Cred. Ext.			8.282		8.995	1.419	7.781
	Convênios	888		3.811	187	4.497	709	(D 3.886
	S. Ex. Ant.			464	131			-(2)
(1)	(10.995)					2.546	1.310	-(3)
(2)	(10.996)							
	Rest. Div			4.080	888	20		
	Subtotal	2994		21.870	4.581	21.620	7.178	21002
Administração da Coordenação da Expansão e Melhoria do Ensino (Geral do PREMEN)	Tesouro	1098	735					
	S. Ex. Ant.	4.250	1.104					
	Rest. Div.	208	61					
	Subtotal	5.557	1.800					
TOTAL		71.134	3 110	240.919	12.429	299.102	62 725	159.276

Observações (1) FR 10-995 - Saldo de Convênio com Órgãos Não Federais, FR 10 996 -Saldo de Diversas, (3) Não estão incluídos Saldos de 1977; (4) FR 10 992 - Saldo de Salá-rio Educação, (5) FR 10 994 - Saldo de convênios com Órgãos Federais.

Melhoria do Ensino de Ciências

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	19 5		19 76		19 77		Cr\$ 1.000
		7						1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Melhoria do Ensino de Ciências - 1º Grau (PRIORITÁRIO)	Tesouro - Salário-EDUCAÇÃO Rest Div.	10.000 433	9.945	15.800	15.694	16.590	15.724	5.000
	Subtotal	10.433	9.945	15.800	15.694	16.590	15.724	5.000
Melhoria do Ensino de Ciências-2º Grau (PRIORITÁRIO)	Tesouro S Ex Ant	2.900 176	2.546	2.100	1.992	2.321	2.293	1.000
	Subtotal	3.075	2.546	2.100	1.992	2.321	2.293	1.000
TOTAL		13.508	12.491	17.900	17.686	18.911	18.017	6.000

IV - Conclusão

O desempenho do PREME N em 1977 pode ser assim sintetizado:

- unidades escolares construídas ou em fase final de construção: 44;
 - unidades escolares com a construção iniciada: 22;
 - unidades escolares com ampliação ou reforma iniciada: 11;
 - unidades escolares com a licitação para construção iniciada: 35;
 - delegacias regionais construídas: 3;
 - centros de formação profissional do SENAI, objetos de convênio para construção, ampliação ou modificação: 4;
 - centros de formação profissional do SENAC, objetos de convênio para construção, ampliação ou modificação: 4;
 - unidades escolares equipadas: 47;
 - delegacias regionais equipadas: 5;
 - unidade móvel de ensino do SENAI equipada: 1;
 - pessoal docente e técnico-administrativo preparado: 16.694;
 - população escolar beneficiada: 51.940 (matrículas novas);
 - projetos especiais concluídos, beneficiando os sistemas estaduais de Educação: 39.
- Para 1978 o PREMEN estabeleceu as seguintes metas como pontos de ação prioritária: Acordo MEC/BID, com um dispêndio global de cerca de Cr\$ 200 milhões:
- construção, ampliação ou modificação de 12 unidades escolares de 2º grau nos estados da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, com capacidade de 5.240 vagas;
 - construção, ampliação ou modificação de 13 colégios agrícolas nos estados do Acre, do Amazonas, do Maranhão, do Piauí, do Ceará, de Alagoas, da Ba-

hia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, beneficiando a 7.800 alunos;

- prosseguimento do convênio com o SENAC para a construção, ampliação ou modificação de 4 centros de formação profissional, beneficiando a 5.300 educandos;

- equipamento de 25 estabelecimentos de ensino;

- equipamento, mediante convênio, de 13 centros de formação profissional de 2 unidades móveis de ensino do SENAI;

- equipamento de 2 unidades móveis de ensino para a área agrícola e 3 para a de ciências básicas (Biologia, Física e Química);

- utilização, sob supervisão do MEC, de um serviço de consultoria para planejamento educacional;

- contratação de um consultor para a área agrícola;

- capacitação de recursos humanos num total de 2.803 a 3.092 pessoas, das quais 6 concluirão curso de pós-graduação no País e 25 estarão sendo preparadas no exterior, no mesmo nível;

- Acordo MEC/BIRD, com um dispêndio global de cerca de Cr\$ 400 milhões:

- construção e equipamento de 30 unidades educacionais de 1º e 2º grau, e início da construção de 16 de 2º grau, do que resultará a criação de 35.100 vagas em um único turno;

- treinamento de recursos humanos para essas escolas em um total de 3.033 pessoas, das quais 40 em cursos de pós-graduação de curta duração no País, 12 no exterior e 412 em cursos de formação;

- prosseguimento da utilização dos serviços de assistência técnica sob a supervisão do MEC, tendo em vista promover o aperfeiçoamento dos sistemas de ensino dos estados participantes do Acordo. Para o projeto de Melhoria do Ensino de Ciências: prosseguimento das atividades em curso, com um dispêndio de Cr\$ 6 milhões.

PROGRAMA NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO | -

Apresentação

O Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL), como órgão coordenador das atividades teleducativas, desenvolve sua ação na busca de uma descentralização, através da qual se abrirá um campo às inovações, estimulando a procura de soluções novas, a aplicação de linhas de atuação, a conquista das audiências regionais, as modificações tecnológicas e o desenvolvimento do pessoal envolvido.

Pelo projeto Estudos para o Desenvolvimento de Novas Tecnologias Educacionais, o PRONTEL define e operacionaliza as ações do Ministério da Educação e Cultura, na área das tecnologias educacionais, no quinquênio 75/79.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

As atividades executadas através do projeto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias Educacionais estão distribuídas entre os seguintes projetos/atividades:

— Assistência Financeira a Entidades de Teleducção

Através de suas diferentes metas, buscou, sempre, apoiar técnica e financeiramente projetos de aquisição e instalação de equipamentos, produção e distribuição de programas educativos para rádio e TV, elaboração e edição de textos didáticos para a programação instrutiva, produção ou aquisição de filmes educativos.

Dentre as principais realizações estão:

- produção de programas educativos: **14.800** minutos de rádio e 71.960 minutos de televisão;
- impressão de material de apoio para o curso supletivo, com uma tiragem de 1.950.000 exemplares correspondentes a 13 fascículos,
- distribuição e veiculação de programas educativos, atingindo as diferentes unidades da Federação, perfazendo um **total** de **24.887** minutos de rádio e 94.680 minutos de TV.

- Estímulo ao Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais

Propõe-se a promover a realização de estudos e pesquisas que identifiquem soluções para o problema da educação e forneçam informações relevantes para a

racionalização do planejamento das atividades desenvolvidas na área. Suas realizações foram:

- encerramento da execução do projeto Análise do Trabalho de Ocupações do Sistema de Teleducação, sob a responsabilidade do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), da Fundação Getúlio Vargas;

- início da execução do projeto Utilização da Técnica de Radiovisão, a cargo da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, parte do programa de cooperação técnica com o Canadá, através da Agence Canadienne Development International (ACDI).

- *Capacitação de Recursos Humanos para o Sistema Nacional de Teleducação*

Com a finalidade de acelerar as ações propostas no projeto, o PRONTEL firmou convênios e contratos com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e Associação Brasileira de Teleducação.

- *Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 2º Grau*

A principal atividade deste projeto é o apoio técnico e financeiro a projetos de aquisição e instalação de equipamentos para entidades de teleducação e, ainda, a produção de programas educativos. Neste exercício, foram produzidos 3.400 minutos de programas educativos. De 1975 a 1977, todas as suas ações foram organizadas e testadas com o oferecimento de treinamento, cursos, seminários, encontros, assistência técnica, produção de programas educativos.

Outra atividade do PRONTEL que merece especial destaque é o Centro Multinacional de Tecnologia Educativa. Este Centro, até junho de 1977, vinha funcionando na Universidade Federal de Pernambuco. Trata-se de um dos seis centros que fazem parte do Projeto Multinacional de Tecnologia Educativa da Organização dos Estados Americanos, cuja finalidade é desenvolver em cada um dos estados-membros da OEA a capacidade de gerar e utilizar os recursos, métodos e instrumentos tecnológicos na identificação e solução dos seus problemas educativos, com o fim de desenvolver uma cooperação interamericana nesse campo.

Já devidamente instalado em local adequado, o Centro, nesta nova fase, realizou as seguintes atividades:

- produção de quatro módulos de treinamento, perfazendo um total de 80 exemplares, assim denominados: *Paradigma para Sistemas de Televisão Educativa; Glossário dos Termos e Abreviaturas Usados em Roteiro e Programas de TVE; Como Elaborar, Mecanografar e Interpretar um Roteiro de TVE, e Switch de Video-Básico*. Cada módulo consiste de um vídeo ou audiocassete e materiais complementares (instruções para utilização, texto de apoio para os alunos e, em certos casos, material audiovisual);

- seminários sobre Transferência de Tecnologia em Educação, que contou com a participação de 25 especialistas altamente qualificados e que proporcionará subsídios para um seminário internacional da OEA a se realizar no ano em curso.

III __ Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação e Integração da Teleducação Nacional	Tesouro Lot. Esp. PIN S. Ex. Saldo PIN	5.465	4.776			7.517	4.018	6.724
		1.800	1.296	4.600	3.563	2.573	933	
				1.000	992	741	741	
	Subtotal	7.265	6.072	5.600	4.555	10.831	5.692	6.724
Assistência Financeira a Entidades de Teleducação	Tesouro e Sal.-Ed. Lot. Esp. S.-Ed. Saldo de Exer. Ant. PIN R. R. Div. J. T. Renda	20.000	20.000	25.100	22.879	47.000	46.923	71.000
						2.020	1.500	
		7.500	7.375	15.428	14.928	8.606	8.606	
		975	975	3.547	3.411	635	635	
		3.490	1.200	5210	5.210			
				3.273	3.273			
				2.500	2.500			
	Subtotal	31.965	29.550	55.058	52.201	58.261	57.664	71.000
Capacitação de Recursos Humanos para o Sistema Nacional de Tecnologias Educacionais	Sal.-Ed. Lot. Esp.	867	785	1.000	64	2.000	1.432	2.000
	Subtotal	867	785	1.000	64	2.000	1.432	2.000
Estímulo ao Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais	Lot. Esp. Sal.-Ed. S. Ex. Ant.	867	-	1.000	200	1.000	1.000	1.500
				300	300	800	763	
	Subtotal	867	-	1.300	500	1.800	1.763	1.500
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 2º Grau - Acordo MEC/USAID	Tesouro Op. Créd. Ext. R. R.Div. S. Ex. Ant. S. Op. Créd.	4.200	4.200	6.617	6.617	2.142	2.142	-
				11.315	11.130	1.888		
		13.800	9.999	7.567	7.435	3.426	3.426	
	Subtotal	18.000	14.199	25.499	25.182	7.456	7.456	-
TOTAL		58.964	50.606	88.457	82.502	80.348	74.007	81.224

IV -Conclusão

Em 1977, o projeto Estudos para o Desenvolvimento de Novas Tecnologias Educacionais, em termos de execução, superou os exercícios anteriores. Tal resultado deve-se à elaboração de metas mais abrangentes, que possibilitaram um atendimento a um número maior de exigências do setor.

As atividades previstas para 1978 garantem, em termos globais, a continuidade das ações desenvolvidas pelo PRONTEL desde 1975.

Ações consideradas básicas, como produção e veiculação de programas educativos; capacitação de recursos humanos; assistência técnica e financeira a entidades e organismos ligados à educação prosseguirão, de modo a concretizar a busca de uma integração e racionalização das atividades de teleducação.

CENTRO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

I _ Apresentação

O Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE), no decorrer desse exercício, atuou especialmente em: estudo-piloto para aplicação da proposta metodológica do CEBRACE sobre planejamento da rede escolar; construção de um protótipo do sistema modular em madeira; pesquisas e experimentação do sistema modular em concreto; e treinamento de recursos humanos.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Execução física dos projetos do órgão:

— *Metodologia para Planejamento de Rede Escolar*

A rápida expansão das áreas urbanas, sobretudo na Região Sudeste e na Sul, que é causa de justa preocupação do Governo Federal no que diz respeito ao desenvolvimento urbano, também tem seus reflexos no setor educação, no que diz respeito à necessidade de expansão da rede escolar e melhor utilização da capacidade existente.

O CEBRACE desenvolveu e testou, no corrente ano, uma proposta metodológica para planejamento de rede escolar urbana. Com base nos resultados do estudo-piloto de aplicação da metodologia, realizado em Itajaí, Santa Catarina, o CEBRACE está procedendo à revisão dessa proposta, de forma a preparar o documento básico e seus anexos, para publicação em 1978. A divulgação da metodologia será feita não apenas mediante distribuição dos documentos, mas também pela realização de seminários e cursos destinados ao treinamento específico de técnicos de secretarias de Educação.

- *Metodologia para Elaboração de Especificações Escolares*

Dedicou-se o CEBRACE à conclusão de um documento exemplificativo da aplicação da metodologia de elaboração das especificações escolares a um estabelecimento para educação pré-escolar, que constituirá a publicação *CEBRACE/Es-pecifícações Escolares*.

— *Cr terios para Reserva e Sele o de Terrenos Destinados  s Constru es Escolares*

Empenhou-se o CEBRACE na conclus o do documento Terrenos Destinados a Constru es Escolares, que consubstancia os resultados de estudos e pesquisas que vinha promovendo com a colabora o do Instituto de Arquitetos do Brasil — Se o RJ, no sentido de desenvolver uma metodologia capaz de fornecer orienta o sobre procedimentos e instrumentos auxiliares a serem adotados na sele o e reserva de terrenos destinados a constru es escolares.

— *Estudos de Sistemas Modulares Aplic veis  s Constru es Escolares*

Foram conclu dos os estudos e pesquisas que vinham sendo realizados para concep o e desenvolvimento de dois sistemas de pr -fabrica o modular, utilizando a madeira e o concreto como materiais b sicos, os quais foram realizados, respectivamente, pela Funda o Educacional do Paran  (FUNDEPAR) e pelo Instituto de Pesquisas Tecnol gicas (IPT), da Universidade do Estado de S o Paulo, com a supervis o de engenheiros e arquitetos do CEBRACE.

Paralelamente, foi conclu da a constru o, no Munic pio de Campo Largo, Estado do Paran , de uma unidade escolar, prot tipo do sistema em madeira.

— *Pesquisa Visando  s Especifica es de Materiais e sua Adequa o  s Constru es Escolares*

Dedicou-se o CEBRACE   revis o e ao aperfei amento do documento Elabora o de Cat logos de Materiais e Componentes para Constru es Escolares.

A edi o do cat logo tem por finalidade facilitar aos profissionais incumbidos do projeto, da especifica o, da constru o e da fiscaliza o de obras escolares o acesso a informa es fundamentais sobre materiais dispon veis no mercado das constru es, no sentido de oferecer alternativas de sele o de materiais, obedecendo a cr terios de custos de aquisi o e manuten o, facilidades de transporte e reposi o, durabilidade, seguran a, aspectos est ticos e adequa o  s condi es clim ticas.

— *Elabora o de Cat logos de Equipamentos Escolares*

Promoveu o CEBRACE a elabora o de um cat logo de mobili rio adequado ao desenvolvimento de atividades escolares, no sentido de atender  s exig ncias de dimens o, funcionalidade, conforto, est tica, economia, resist ncia, facilidade de manuten o e, at  mesmo, de empilhamento.

A prepara o do documento est  a cargo do Instituto de Desenho Industrial do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e, para o desenvolvimento desse trabalho, o CEBRACE conta com a colabora o da Companhia de Constru es Escolares do Estado de S o Paulo (CONESP).

— *Treinamento de Recursos Humanos*

Com a colabora o da Funda o Educacional do Paran  (FUNDEPAR), o CEBRACE promoveu um Semin rio sobre Constru es Escolares, do qual parti-

ciparam 23 engenheiros e 21 arquitetos, representando os sistemas estaduais de ensino e o Banco Nacional da Habitação.

A temática desenvolvida referiu-se a sistemas modulares de construção de escolas em madeira e em concreto, seleção de terrenos e materiais para construções escolares, tendo sido enfocados problemas, métodos e sistemas ligados à construção de escolas para o ensino de 1º e 2º graus.

— *Central de Informações*

Um acervo de 400 livros, 1.000 documentos técnicos e cerca de 70 títulos de periódicos, além de fichários de referência, receberam tratamento técnico no sentido de orientar os usuários e determinar uma estratégia de pesquisa bibliográfica que possibilite maior dinamismo na recuperação e disseminação de informação.

O emprego de diferentes Thesaurus - ODE, BIE, EUDISED e UNESCO - na recuperação da informação permitiu que fosse iniciado o uso de um vocabulário técnico controlado na área das construções escolares.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1976		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino do Primeiro Grau	S/Ed. Op. Créd. Ext. S/Ex. Ant. Rest. Div. S/Sal. Ed. Diversos	9.170	3.207	2.517	1.928	281	280	- - -
				4.623	3.632	656	656	- - -
				3.812	3.135	1.133	1.133	
	Subtotal	9.170	3.207	10.952	8.695	2.070	2.069	-
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de Segundo Grau	S/Ed. Op. Créd. Ext. S/Ex./Ant Tesouro S/Op. Créd Diversos	2.937	1.220	5.165	4.867	2.644		- - -
				1.678	843 552		2.644	- - -
				940				
	Subtotal	2.937	1.220	7.783	6.262	2.644	2.644	-
Manutenção do CEBRACE	Tesouro Receitas Div.	-	-	4.045	485	5.034	4.223	6.665
						2.559	543	
	Subtotal	-	-	4.045	485	7.593	4.766	6.665
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	120
Planejamento das Instalações de Construção e Equipamentos Escolares de Primeiro Grau		-	-	-	-	6.310	2.511	7.000
						100	100	
	Subtotal	-	-	-	-	6.410	2.611	7.000
Planejamento das Instalações de Construções e Equipamentos Escolares de Segundo Grau	Tesouro Out.Rec. Div Subtotal	-	-	-	-	6.320		
						1.000		
						462		
						7.782	1.984	7.000
TOTAL		12.107	4.427	22.780	15.442	24.499	14.074	20.785

IV - Conclusão

Os principais pontos de atuação do CEBRACE para 1978 são:

- publicação de documentos sobre: mobiliário escolar; espaços e equipamentos para unidades da educação pré-escolar; espaços físicos e equipamentos para a formação especial do 1º grau; e concepção e desenvolvimento de dois sistemas de pré-fabricação modular, utilizando a madeira e o concreto como materiais básicos;
- elaboração de documentos sobre: normas de construções escolares; materiais e componentes adequados a construções escolares; diretrizes e instrumentos para realização de treinamento à distância; proposta metodológica para o planejamento da rede escolar, em áreas urbanas e rurais (1º grau);
- treinamento de técnicos, através de seminário, no planejamento de rede escolar com base na metodologia proposta pelo CEBRACE;
- assistência técnica aos municípios;
- preparo final da documentação sobre Elaboração do Catálogo de Materiais e Componentes para Construções Escolares.

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

I _ Apresentação

A Inspetoria-Geral de Finanças (IGF), no uso de suas atribuições, durante o exercício de 1977 exerceu as atividades de supervisão e orientação das funções de administração financeira, contabilidade e auditoria, de acompanhamento e coordenação da execução orçamentária, e do controle financeiro no âmbito do Ministério.

II Principais Realizações no Exercício de 1977

Treinamento para Execução Orçamentária e Financeira O Treinamento para Execução

Orçamentária e Financeira foi desenvolvido utilizando a dramatização, para facilitar a apreensão de conceitos e regras, através de situações comuns em um órgão público.

Com base nas Normas sobre Execução Orçamentária e Financeira da IGF, os técnicos da TV Educativa elaboraram o roteiro, retratando o trabalho em uma repartição onde, através de explicações e soluções de problemas, os treinandos tomam contacto com as normas através de suas aplicações.

O referido treinamento é composto por 16 programas em videocassete, tendo como material de apoio as Normas de Execução Orçamentária e Financeira da IGF e um conjunto de testes.

- *Consultoria do Sistema*

A Consultoria do Sistema proposta nos mecanismos de participação desenvolvidos com as entidades supervisionadas do MEC conta, hoje, com considerável número de consultores indicados pelas entidades e cadastrados pela IGF; escolas técnicas federais e escolas isoladas - 43; fundações e universidades federais - 87; e outras entidades supervisionadas — 18.

— *Ativação da Consultoria do Sistema*

Preocupada com a ativação da Consultoria do Sistema e motivada pelo grande número de problemas que pressiona os administradores públicos, a IGF enca-

minhou àqueles, inicialmente, três temas, visando a seu desenvolvimento através de estudos e pesquisas: controle interno, licitação e convênio.

- *Estudos e Trabalhos Desenvolvidos pela IGF com Participação de Consultores*

- elaboração de normas internas de gestão para as entidades supervisionadas;
- atualização de normas sobre tomadas de contas.

- *Descentralização de Exame de Prestação de Contas*

A partir de 1977, por ação conjunta da IGF, do departamento e das delegacias regionais do MEC, as prestações de contas decorrentes da concessão de auxílios a entidades diversas passaram a ser recebidas pelas delegacias, a cujo cargo esteve também o exame e aprovação das comprovações.

- *Informação*

A partir de 1977, por proposição da IGF, as consultas das entidades supervisionadas e dos órgãos de administração direta estão sendo analisadas e tratadas pelo Grupo Interdepartamental composto por assessores da Inspeção-Geral de Finanças, do Departamento de Administração, do Departamento do Pessoal e da Subsecretária de Orçamento e Finanças da Secretaria-Geral, cujos pareceres, após aprovados pelos dirigentes, são publicados na *Informação*, visando a evitar a repetição de dúvidas semelhantes.

- *Referência para Normas Internas de Gestão*

A Inspeção-Geral de Finanças deu prosseguimento aos estudos objetivando dotar as entidades supervisionadas do MEC de referência para normas internas de gestão, no sentido de dar início ao programa no menor prazo possível.

- *Processamento de Dados*

Paralelamente aos estudos desenvolvidos pelo CIMEC, a IGF continua utilizando intensamente o serviço de processamento de dados da Fundação Universidade de Brasília, no tocante ao controle orçamentário.

Com a atualização dos trabalhos, os órgãos de contabilidade analítica passarão a utilizar efetivamente o sistema de computação nos seus controles internos, e as unidades gestoras também se beneficiarão com a remessa periódica de relatórios sobre a execução orçamentária.

Em termos de acompanhamento orçamentário, a IGF está, gradativamente, aproximando-se de sua meta, qual seja a de absorver todos os recursos geridos no âmbito do Ministério da Educação e Cultura.

- *Legislação e Normas Financeiras*

A Inspeção-Geral de Finanças elaborou e remeteu aos órgãos e às entidades vinculadas ao MEC exemplares da *Legislação e Normas Financeiras*. A referida le-

gislação visa a assegurar o pleno conhecimento das normas legais que regem a matéria, contribuindo dessa forma para uma segura tomada de decisão.

—*Contabilidade Analítica da Administração Direta*

Para efetuar a contabilidade analítica dos órgãos da administração direta, a IGF contou com as Inspetorias Seccionais de Finanças do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, e com 9 núcleos de contabilidade, situados na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais, no Ceará, no Pará, no Paraná, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Encontra-se em fase final a consolidação dos núcleos de contabilidade subordinados à IGF, situados em nove estados da Federação.

A medida corresponde à implementação do sistema, tendo em vista a descentralização da contabilidade dos colégios agrícolas e das coordenações da CNAE da Inspetoria Seccional de Finanças do Distrito Federal para aqueles núcleos, ora em pleno desenvolvimento.

Durante este exercício foram analisadas 231 tomadas de conta, sendo 203 do exercício de 1976 e 28 de exercícios anteriores.

- *Subvenções Sociais*

Além de suas tarefas normais, a Inspetoria teve a seu cargo o pagamento de subvenções sociais, num total de Cr\$ 274 milhões, beneficiando 14.587 entidades assistenciais em todo o Brasil.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria	Tesouro	5.042	6.777	6.952	6.685	12.629	12.087	18.702
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	—	—	—	—	—	—	300
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	Tesouro	—	—	—	—	340	287	—
Assistência Financeira a Entidades Educacionais, Culturais, Assistenciais e Comunitárias	Tesouro	—	—	—	—	4.392	4.392	5.360
Assistência Financeira a Entidades através do Conselho Nacional de Serviço Social	Tesouro	—	—	—	—	277.000	277.000	350.000
TOTAL		5.042	6.777	6.952	6.685	294.361	293.766	374.362

SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

| - Apresentação

A Secretaria de Apoio Administrativo (SEA) tem por finalidade regimental planejar, orientar, coordenar e controlar a execução das atividades-meio do MEC, de modo a permitir o desenvolvimento eficiente dos programas e projetos dos órgãos do Ministério e, ainda, supervisionar e coordenar os órgãos seguintes:

- Instituto Nacional do Livro (INL);
- Departamento de Administração (DA);
- Departamento de Documentação e Divulgação (DDD);
- Departamento de Assistência ao Estudante (DAE);
- Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME);
- Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).

No exercício de 1977, a Secretaria de Apoio Administrativo, além de ter estado presente, por suas funções de supervisão, coordenação e suplementação, nas atividades dos órgãos mencionados, e Coordenação dos Órgãos Regionais, teve, ainda, a incumbência de elaborar o projeto de reforma geral da estrutura do Ministério, bem como participar da comissão interministerial destinada a elaborar estudo sobre a transformação das universidades federais em autarquias de regime especial.

Dentre as atribuições regimentais da Secretaria de Apoio, ressaltam-se aquelas que visaram, basicamente, ao cumprimento das disposições constantes do Decreto nº 78.945/76, e das normas complementares divulgadas pelos órgãos centrais do Sistema, como SEPLAN, Secretaria da Receita Federal e CACEX.

O controle decorrente atingiu a todos os órgãos deste Ministério, tanto os da administração centralizada como descentralizada, notadamente as instituições de ensino superior, que nutrem seus organismos principais — ensino e pesquisa — com aparelhagem de qualidade, a fim de desenvolver uma tecnologia consoante com o estágio de desenvolvimento nacional.

Outro tópico relevante foi essa Secretaria ter propiciado às instituições de direito privado, cujas finalidades institucionais são educacionais e sociais, os benefícios das isenções tributárias que a lei lhes concede. Através de um sistema de atendimento a essas instituições, quase sempre muito carentes de recursos, a SEA tem permitido aquisições. Mediante compra, ou mesmo através de doações de materiais estrangeiros, para o melhor desempenho de suas atividades.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Durante este exercício a SEA ofereceu aos diversos órgãos condições suficientes para realizarem aquisições ou dispendios de materiais de procedência estrangeira de modo que, sem ferir os preceitos estatuídos na legislação em vigor, tornasse possível a continuidade das programações de ensino, dirimindo dúvidas, interferindo junto aos órgãos competentes do Sistema, no sentido de mostrar as peculiaridades e necessidades do MEC, em face da programação governamental.

Um exemplo dessa atuação foi a criação da cota específica para a aquisição de livros e periódicos de procedência estrangeira, estabelecida em outubro de 1977, e que veio a facilitar essas aquisições que, em algumas universidades, estavam mesmo interrompidas, trazendo graves conseqüências para o desenvolvimento, principalmente, de cursos de pós-graduação.

Dentro do sistema interno, pode-se ressaltar o seminário realizado no dia 9 de março, atendendo à solicitação do Departamento de Administração e da Inspeção-Geral de Finanças, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos com materiais estrangeiros.

Por outro lado, a administração preocupou-se em dar aos seus funcionários condições de atuarem condignamente, na área de conhecimento de comércio exterior, propiciando a um de seus membros participar do I Seminário Nacional de Comércio Exterior, realizado em São Paulo, em agosto passado, onde foram discutidos problemas e condições de importações e exportações.

As atividades desenvolvidas pelo INL, pelo DA, pelo DDD, pelo DAE, pela FENAME e pela CNAE estão detalhadas em relatórios específicos constantes neste documento.

No tocante à Coordenação de Órgãos Regionais a SEA realizou atividades de natureza executiva, procurando ensejar o pleno desenvolvimento do sistema educacional, inclusive como órgão de consultoria, havendo registrado um movimento de 1.945 processos, na maioria deles em grau de recurso pertinente a registro de diploma. Na área específica, efetivou cerca de 2.000 registros de diplomas e certificados.

Promoveu também:

- encontros e seminários de treinamento ou reciclagem, em face das dificuldades surgidas com a implantação da Lei nº 5.692/71, a qual encarou sob novo prisma a formação de professores e o registro de diploma dos cursos profissionalizantes, tornado obrigatório neste Ministério;
- estudos e emissão de pareceres que culminaram com a elaboração de projeto que disciplinou a expedição do registro de professor em Educação Musical;
- delegação de competência à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) para efetuar registro de professor de Educação Musical;
- medidas, através de grupo de trabalho, visando à adequação da Coordenação de Órgãos Regionais à reforma administrativa do MEC.

III — Execução Financeira

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1978		1976		1977		1978	
		Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado
Administração Geral	Tesouro	9.098	8.995	-	-	-	-	-	-
Manutenção das Delegacias Regionais	Tesouro	-	-	5.107	-	5.883	5.865	8.490	8.490
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	Tesouro	-	-	7.372	11.873	10.011	7.525	7.787	7.787
Recuperação das Delegacias Regionais e Representações	Tesouro	-	-	-	-	1.000	969	2.000	2.000
Serviços Postais e de Telecomunicações, para as Delegacias Regionais e Representações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	1.200	1.200
Serviços Postais e de Telecomunicação para a SEA em Brasília	Tesouro	-	-	-	-	-	-	400	400
Recursos para a Dire. Orladora de:									
FNDE	Sal.-Ed.	-	-	-	-	-	10.053	29.417	29.417
Sec. Geral	Tesouro	-	-	-	-	-	663	-	-
DEF	Tesouro	-	-	-	-	-	14	-	-
DAU	Tesouro	-	-	-	-	-	9	-	-
* Faltou computar a despesa realizada pela DR-3 (RJ).	Subtotal	-	-	-	-	-	10.739	29.417	29.417
TOTAL		9.098	8.995	12.479	11.873	17.004	25.153	49.294	49.294



IV - Conclusão

No cumprimento das disposições legais referentes à importação e aquisição, no mercado interno, de bens necessários ao desempenho do programa educacional, a Secretaria de Apoio teve uma dupla incumbência: de, por um lado, colaborar com o Governo no sentido de diminuir os déficits da balança de pagamentos, através do controle das importações; de outro, permitir às instituições, principalmente as de ensino superior, condições adequadas de funcionamento, o que, em muitos casos, só é possível através de aquisições de materiais de origem estrangeira, em decorrência da inexistência de similares nacionais.

Em 1978 a SEA pretende promover a criação de um mecanismo que mais adequadamente suporte o desempenho das atividades desenvolvidas no exercício de 1977, a fim de permitir um maior desempenho na ampliação da cota do Ministério, tanto no que se refere à aquisição de livros periódicos como de outros bens, sem ferir a política econômica atual, mas objetivando ao atendimento às instituições, visando ao incremento do desenvolvimento nacional, dada a finalidade precípua dessas instituições, quais sejam o ensino e a tecnologia.

Apresentação

A Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), no exercício de 1977, além de dar continuidade aos projetos de Produção e Distribuição de Material Escolar e Didático, e Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas, procurou, dentro de sua área de atuação, executar programas especiais, de relevada importância.

Ainda neste exercício, a Fundação procurou conceituar uma nova imagem no tocante à política de vendas. Para isto, foi preciso dotá-la de uma nova estrutura interna, tendo como norma básica a confiança irrestrita em seu potencial como empresa, sem deixar de atender à sua finalidade precípua que é a assistência ao alunado carente. Em consequência disto, a FENAME conseguiu elevar em cerca de 70% a sua receita própria, permitindo a aplicação de uma parcela maior de recursos na área de investimento em produção, colocando, ao alcance de sua clientela, uma maior gama de opções de materiais a preços acessíveis, contribuindo para o desaceleramento da evasão escolar.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

— Produção e Distribuição de Material Escolar Didático

Este projeto abrange a continuidade, a ampliação e o desenvolvimento das atividades-fim (produção e distribuição de material escolar, publicações e audiovisual), em consonância a uma perspectiva de criatividade, que permita melhor assistência ao estudante.

Visando a otimizar sua linha de produção, a FENAME mantém uma equipe técnica responsável pela seleção de autores, elaboração, acompanhamento, revisão de textos, especificações técnicas e avaliação das obras, material escolar e audiovisual.

A distribuição do material produzido desenvolve-se através de uma rede de 237 postos, instalados em todo o território nacional, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a assistência ao estudante.

Para complementação das suas metas de produção e distribuição, a FENAME utiliza outros mecanismos, tais como convênios com entidades oficiais e particulares.

A FENAME, cumprindo seus objetivos, programou e produziu materiais escolares, assim distribuídos:

TIPOS	TÍTULOS	QUANTIDADE
Material Escolar (fabricação própria)	4 16	30.915.741
Material Escolar (produção de terceiros)	2 16	34.373.080
Material Audiovisual		30.000
Material Didático (publicações)		850.000

- Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas

A partir de 4 de fevereiro de 1976, pelo Decreto nº 77.107/76, foi transferida à FENAME a execução dos Programas do Livro Didático, antes a cargo do Instituto Nacional do Livro. Os referidos programas visam a atender ao aluno carente de recursos, através da distribuição gratuita das obras didáticas na rede escolar e a venda, a preço acessível, nas livrarias. O regime de co-edição possibilita a participação direta da FENAME nos riscos de produção e permite a obtenção de um custo mais reduzido.

Os resultados da execução dos cinco programas básicos estão assim distribuídos:

PROGRAMAS	Nº DE TÍTULOS	FENAME DISTRIBUIÇÃO
Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental (PLIDEF)- 1ª à 4ª Série 5ª à 8ª Série	111 91	20.000.000 105.000
Programa do Livro Didático/Ensino Médio (PLIDEM)	13	119.000
Programa do Livro Didático/Ensino Superior (PLIDES)	27	231.942
Programa do Livro Didático/Ensino Supletivo (PLIDESU)	22 módulos 22 atividades	484.000
Programa do Livro Didático/Ensino de Computação (PLIDECOM)	4	10.000

— *Programas Especiais*

Nesta área, a Fundação funciona como executora de projetos coordenados pelos órgãos participantes dos convênios.

Os resultados em 1977 e a programação para 1978 estão assim discriminados:

ESPECIFICAÇÃO	ÓRGÃO CONVENIADO EM 1977	META	
		1977	1978
1. Aulas de Educação Física	Sec.-Geral/IBRASA	50.000 exs.	50.000 exs.
2. Atlas da Fauna Brasileira			
3. Coleção da Língua Portuguesa	IBDF	15.000 exs.	75.000 exs.
3-1. Dic. Esc. da Língua Portuguesa 3.2.	Sec. Geral Sec.-Geral		25.000 exs.
Gramática da Língua Portuguesa 3.3-	Sec. Geral Sec.-Geral		7.000 exs.
Laboratório de Redação 3.4. Manual do	DEF		1.500 alb.
Prof. Lab. de Redação	DEF PREMEN		4.000 conj.
4. Ensino Fundamental	DSU		20.000 exs.
4.1. Álbum Seriado p/Programas de Alfabetização			350.000 exs.
4.2. Conj. Did. p/Progs. de Saúde			
5. Laboratório Básico Polivalente			
6. Projeto Conquista/Livro Acompanhamento (7 vols.)			

* A produção dos quantitativos indicados foi iniciada em 1977.

A FENAME comercializa, por intermédio de sua rede de postos, publicações próprias e de outros órgãos mediante convênios.

No exercício de 1977, a referida Fundação distribuiu edições das seguintes entidades: Conselho Federal de Educação, Departamento de Documentação e Divulgação, Departamento de Educação Física e Desportos, Instituto Nacional do Livro, Fundação Carlos Chagas, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Fundação Nacional de Arte.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Produção e Distribuição Material Escolar e Didático	Tesouro Recursos Próprios	7.000	7.011	7.800	7.800	10.400	10.400	14.400
		52.805	62.075	72.546	78.949	106.047	119.470	137.116
	Subtotal	59.805	69.086	80.346	86.749	116.447	129.870	151.516
Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas	Tesouro Sal.-Educação Saldos - FNDE Convênios	-	-	12.760				
		-	-	131.060	7.656	13.394	10.160	12.960
				9.407				
					127.643	262.500	262.500	356.000
					3.773	8.814	8.814	6000
						49703	36.837	
	Subtotal			153.227	139.072	334.411	318.311	374.960
T O T A L		59.805	69.086	233.573	225.821	450.858	448.181	526.476

IV - Conclusão

No exercício de 1977, a FENAME sofreu uma reformulação em sua estrutura organizacional, que permitiu uma evolução de 70% em sua receita própria.

Em 1978, a FENAME dará continuidade à execução de suas metas prioritárias, incrementando, também, a área de projetos especiais, entre os quais: a edição do material de apoio do Projeto Minerva; o programa de abertura de postos de venda em centros universitários; a continuidade dos trabalhos de elaboração de obras para a Coleção da Língua Portuguesa e a utilização de seus postos como livrarias.

Dentro do Programa do Livro Didático, as metas básicas são: a expansão do Programa do Livro Didático/Ensino Superior (PLIDES); a avaliação do sistema do Banco do Livro nas unidades federadas; cobrir o hiato no atendimento do estudante carente, vitalizando o Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental (PLIDEF), 5ª à 8ª série; e dar continuidade aos outros programas prioritários.

CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | -

Apresentação

A execução do Programa de Nutrição Escolar, durante o ano de 1977, contribuiu de maneira significativa para diminuir os índices de evasão e absenteísmo nas escolas de 1º grau. A avaliação do programa tem evidenciado que a procura de matrículas, nas escolas, está até certo ponto condicionada à distribuição de merenda escolar, particularmente nas regiões de menor desenvolvimento econômico.

Outro fato que vem sendo observado é o de que o Programa de Merenda Escolar tem concorrido, de forma expressiva, para que crianças com carências nutricionais tenham superadas suas deficiências e consigam prosseguir seus estudos em ritmo normal.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Em 1977, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), estendeu-se a todo o território nacional, distribuindo 53.660.659 quilos de gêneros alimentícios, sendo aplicado um total de Cr\$ 721 milhões em 3.904 municípios brasileiros.

Além do fornecimento de merenda escolar, a Campanha vem desenvolvendo atividades de construção de depósitos e cantinas, reequipando o sistema e realizando cursos para supervisores, orientadores e merendeiras.

Ainda é digno de destaque, entre as atividades do exercício de 1977, a aprovação do projeto com a participação do Programa Mundial de Alimentação (PMA/ONU), que deverá entrar em execução no 2º semestre de 1978, e o convênio assinado com a Fundação João Pinheiro, com vistas a estudos para dar uma nova infra-estrutura à Campanha.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários a Atividades da Administração do Órgão	Fonte de Recursos	19 75		19 6		19 77		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Alimentação Escolar ou Merenda Escolar	Sal.-Ed. Lot.	170.257		204.851	194.028	319.248 1	311 560	381.608 822
	Fed. PIN	1000	169 362	900	440	000	1000	320.000
	Fund. Esp.	10.100		1 444	1.092	320.000		1 148.503
	FAS Sal. do	300.000	8.655	961	262	11 723	320000	16.000
	Sal.-Ed. Sal.	26.250	521.078	. 335.872	834.329	700.000		
	Rec. Div.		27.438	35.000	45.051	39.000	11.721	
	Arr. Sal. Div							
	Est. Munic.						352	
	ONU/PMA						460	
							1 460 889	
						23.743		
	Subtotal	507.607	726.533	579.028	1.075.202	1.391 783	2129725	1.771.933
Construção a Instalação de Arm. Dep. e Cantinas Cent.	Sal-Ed.	-	-	1.000	1.000	5.000	5.000	5.500
	FAS					10.000	10000	
	Subtotal	-	-	1.000	1.000	15.000	15.000	5.500
Man. das Esc. Reg. de Nutrição - Realizar Cursos de Supervisores	Sal.-Ed.	160	137	180	165	1.724	1496	563
Capacitação de Recursos Humanos	Sal.-Ed.	840	494	2.270	1.385	-	-	-
Realizar Curto» de Orientadora»	Sal.-Ed.	-	-	-	-	1.260	1.097	1.260
Realizar Cursos de Merendeiras	Sal.-Ed. Lot. Fed.	-	-	.	.	1.027	650	1.069 78
	Subtotal					1.027	650	1.147
Administração	Sal.-Ed.	10.350	9.203	-	-	-	-	-
Realizar Viagens de Inspeção	Sal.-Ed. Rec. Prop. Ord.N.Vinc.	-	-	-	-	3.000 1 329	1.931 78	2.490
	Subtotal	-	-	-	-	4.329	2009	2490
Adquirir Telefones	Sal.Ed.	-	-	-	-	160	136	-
Reequipar a CNAE	Sal.-Ed. O.N.V.	-	-	-	-	2.500	2500	1.850
	Subtotal	-	-	-	-	2.500	2.500	1.850
Manter Serviço»	Sal.-Ed. O.N.V.	-	-	-	-	11.080	9.920	48.781
	Subtotal	-	-	-	-	11.080	9.920	48.781
Pagamento de Pessoal	Tesouro	-	-	7.983	7.983	39.600	14917	-
	Subtotal	-	-	7.983	7.983	39.600	14917	-
TOTAL		518.957	736.367	590.461	1.085 735	1468 463	2 177.450	1 833.524

IV — Conclusão

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela Campanha, o desempenho do Programa de Nutrição Escolar alcançou os objetivos traçados para o exercício de 1977, contando com a inestimável participação dos governos estaduais e municipais. Foram, assim, atingidos 3.904 municípios, 10 mil escolas, 13 milhões de escolares, e distribuídas 1,5 bilhão de refeições.

DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

| — Apresentação

O Departamento de Ensino Fundamental (DEF) vem desenvolvendo esforços no sentido de expandir e melhorar o ensino de 1º grau, objetivando atender às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, da Política Nacional Integrada da Educação e do Plano Setorial de Educação e Cultura para o quinquênio 1975/79.

Da execução programática de 1977 do DEF merecem realce os seguintes tópicos :

- envolvimento das universidades no estudo dos problemas de ensino de 1º grau;
- produção, para distribuição a escolas, de material didático e auxiliar de ensino nas áreas de alfabetização, ensino de Língua Portuguesa e de Programas de Saúde;
- implantação de projeto especial para desenvolvimento e melhoria do ensino nas faixas de fronteiras;
- distribuição de material auxiliar de educação pré-escolar;
- elaboração de material específico para uso de professores das áreas rurais;
- definição das diretrizes para habilitação de professores na área de iniciação para o trabalho;
- promoção de intercâmbio de experiências entre diretores-gerais de departamentos de ensino de 1.º grau das diferentes unidades federadas, entre especialistas de currículo, supervisão, planejamento educacional, educação pré-escolar, diretores de escolas normais e professores de faculdades de Educação;
- desenvolvimento do projeto PRODIARTE, com abertura de opções para o ensino da Educação Artística no 1º grau;
- expansão e consolidação do projeto PROMUNICIPIO;
- elaboração do projeto Sistema Especial de Promoções Educativas do Menor (SEPREM);
- promoção do I Concurso Nacional do Ensino de Redação.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

Em cumprimento a sua atribuição básica, qual seja a de assistir técnica e financeiramente os sistemas de ensino dos estados, dos territórios e do Distrito Fe-

deral na expansão e aprimoramento do ensino de 1º grau, o Departamento de Ensino Fundamental desenvolveu em 1977 vários projetos e atividades específicas diretamente vinculados aos seguintes objetivos prioritários:

- Expansão e Melhoria das Unidades Escolares de Ensino de 1º Grau;
- Capacitação dos Recursos Humanos Responsáveis pela Implementação do Ensino de 1º Grau;
- Implementação de Novas Metodologias de Ensino para Melhoria do Rendimento Escolar;
- Aperfeiçoamento dos Currículos do Ensino de 1º Grau;
- Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Educacional na Área do Ensino de 1º Grau.

A operacionalização das ações do DEF, enquanto assistência financeira, está dirigida para as esferas administrativas estadual e municipal; enquanto assistência técnica, atinge os sistemas de ensino de forma global.

- *Expansão e Melhoria das Unidades Escolares de Ensino de 1º Grau*

Para a consecução deste objetivo, desenvolveram-se ações pertinentes aos projetos Operação-Escola, Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (PROMUNICÍPIO) e Projeto Integrado para a Área da Transamazônica, aplicando-se um montante de Cr\$ 546 milhões.

• Esfera Estadual

Um total de Cr\$ 395 milhões foi aplicado na esfera estadual, propiciando a ampliação da capacidade física instalada da rede, traduzida em 138.751 novas vagas e melhorando as condições de atendimento escolar a 1.083.060 alunos matriculados neste nível de ensino.

Essas quantidades assim se distribuem pelas cinco regiões brasileiras:

REGIÕES	NOVAS VAGAS	ALUNOS BENEFICIADOS
Norte	10.826	88.041
Nordeste	100.273	927.037
Sudeste	5.732	55.861
Sul	10.790	5.611
Centro-Oeste	11.130	6.510
TOTAL	138.751	1.083.060

Os dados indicam claramente que a execução mais expressiva concentra-se na Região Nordeste, onde os benefícios foram de 84,1% em relação ao total brasileiro.

• Esfera Municipal

Os recursos transferidos às secretarias de Educação, para aplicação pelas prefeituras municipais, no caso do PROMUNICÍPIO, ou às administrações municipais

diretamente, perfizeram o total de Cr\$ 144 milhões, 26,4% do total destinado à expansão e melhoria das unidades escolares de ensino de 1º grau, permitindo um incremento na capacidade física instalada traduzida por 150.787 novas vagas, e melhoria das condições de atendimento escolar a 153.626 alunos.

Assim se distribuíram estes benefícios pelas cinco regiões brasileiras:

REGIÕES	NOVAS VAGAS	ALUNOS BENEFICIADOS
Norte	6.812	2.120
Nordeste	90.755	91.258
Sudeste	21.828	4.500
Sul	22.812	28.145
Centro-Oeste	8.580	27.603
TOTAL	150.787	153.626

• Esfera Federal

O DEF, através de convênio com a FENAME, aplicou em 1977 recursos no valor de Cr\$ 7 milhões, em expansão e melhoria da rede física, para aquisição e distribuição de material escolar de 1º grau, a unidades escolares, tendo beneficiado, aproximadamente, 7.214 classes formadas, basicamente, por crianças carentes recursos financeiros. - *Capacitação dos Recursos Humanos Responsáveis pela Implementação do Plano de 1º Grau*

Em três dos projetos do DEF, o objetivo indicado se enfocou direta ou indiretamente na Capacitação de Recursos Humanos, Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (PROMUNICÍPIO), e Manutenção de Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento, aplicando-se um total Cr\$ 58 milhões.

Desse total, 77% foram destinados à esfera estadual, Cr\$ 45,110 milhões; e o restante ficou dividido entre a esfera municipal, Cr\$ 4,860 milhões; apoio técnico, Cr\$ 5,639 milhões; e a Manutenção de Centros, Cr\$ 2,731 milhões.

Dos recursos destinados à esfera estadual, 17% foram para a Região Norte, 40% para a Região Nordeste. 16% para a Região Sudeste, 12% para a Sul e 15% para a Centro-Oeste.

As Regiões Nordeste, Sudeste e Sul aplicaram predominantemente os seus recursos financeiros em cursos de atualização, enquanto as Regiões Norte e Centro-Oeste, por não contarem ainda com grande número de educadores habilitados, preferiram destinar grande parte dos seus recursos para este fim.

Na esfera municipal, quatro regiões foram beneficiadas pelo PROMUNICÍPIO, que na sua fase de expansão, em 1978, atingirá também os estados da Região Norte, neste objetivo de capacitação de recursos humanos.

Os recursos aplicados estão assim distribuídos entre as regiões: 82% para a Região Nordeste, 9% para a Sudeste, 6% para a Sul e 3% para a Centro-Oeste.

Duas razões preponderam nesta elevada taxa da Região Nordeste: a primeira refere-se ao baixo desenvolvimento econômico da grande maioria dos municípios da região; a segunda relaciona-se à elevada participação dos municípios nordestinos na oferta de ensino de 1º grau (47,03%).

- Projeto Capacitação de Recursos Humanos

As ações do DEF concorreram para o desenvolvimento dos recursos humanos que atuam no ensino de 1º grau. Foram desenvolvidas cinco metas que possibilitaram a habilitação de 13.419 educadores, dos quais 11.374 pertencem à rede estadual (86%) e 2.045 à rede municipal (15%).

Dos educadores habilitados na esfera estadual, 8.396 destinam-se às 4 primeiras séries, estando os demais assim distribuídos: 60 para as últimas séries, 1.153 em cursos de administração escolar e 1.765 em supervisão escolar.

Os 2.045 educadores da rede municipal estão concluindo curso de habilitação que lhes proporcionará o exercício do magistério nas 4 primeiras séries.

Com os cursos de aperfeiçoamento foram beneficiados 6.218 professores e 1.170 especialistas, sendo esses cursos voltados principalmente para a expansão da implantação do ensino de 1º grau, beneficiando, assim, 66% do total de professores e especialistas.

Para o projeto de Novas Metodologias foram aperfeiçoados 3.275 professores e 502 especialistas, todos pertencentes à esfera estadual e representando 34% do total de aperfeiçoados.

Os cursos de atualização atingiram 46.105 professores e 12.583 especialistas, pertencentes à rede estadual e municipal.

Em cursos para atendimento do projeto de Novas Metodologias, atendeu-se a 8.376 professores e 2.030 especialistas, o que representou 18% do total dos educadores atualizados.

Foram atualizados em cursos de Expansão da Implantação do Ensino de 1º Grau 30.217 professores e 8.353 especialistas, concentrando-se aí a maior parte dos recursos humanos atualizados (66%).

Em atendimento à Portaria Ministerial nº 319/76, foram treinados em cursos de Atualização em Língua Portuguesa 7.517 professores e 2.200 especialistas, todos pertencentes à esfera estadual.

A Coordenação de Ensino (CODEN) continuou a experiência com vistas a habilitar professores não titulados em exercício de 1ª a 4ª série, a nível de 2º grau - Projeto HAPRONT.

- Projeto Manutenção de Centros de Treinamento

O projeto atendeu aos estados de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, da Bahia e de São Paulo. Os centros beneficiaram diretamente 1.150 professores dos setores de Ciências e Matemática, através de cursos de atualização, treinamento e aperfeiçoamento. Desenvolveram, também, seminários, pesquisas, orientaram diretores, professores, técnicos em educação e alunos na aquisição e utilização de material didático experimental, selecionaram e elaboraram materiais de ensino.

Do total acima, 180 professores leigos em exercício estão concluindo o Curso de Licenciatura Parcelada Experimental de Ciências e Matemática.

- *Implementação de Novas Metodologias de Ensino para Melhoria do Rendimento Escolar*

Em continuidade às ações implementadas em 75/76, dois pontos críticos do ensino de 1º grau foram objetos das ações do projeto Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Ensino de 1º Grau, em 1977:

- insatisfatórias taxas de promoção da 1º para a 2ª série;
- elevados índices de distorção idade-série escolar.

A atuação do Departamento de Ensino Fundamental se desenvolveu através do financiamento de projetos implementados pelas unidades federadas e, simultaneamente, através da* execução do projeto Banco de Objetivos Instrucionais. Para a consecução deste objetivo, foram aplicados, em 1977, Cr\$ 10,410 milhões; Cr\$ 8,724 milhões na esfera estadual, e Cr\$ 1,686 milhão na esfera federal.

- Esfera Estadual

Assistidos técnica e financeiramente pelo DEF, foram desenvolvidos pelas secretarias de Educação de 25 unidades federadas (com exceção do Território de Fernando de Noronha) 74 projetos objetivando atender às duas metas do projeto prioritário Desenvolvimento de Novas Metodologias.

Estes projetos podem ser classificados, segundo sua natureza, em:

- projetos de estudos, buscando identificar causas e variáveis intervenientes nos problemas que afetam direta ou indiretamente o rendimento do processo educacional;
- projetos de utilização de metodologias e tecnologias educacionais, testando, experimentando ou expandindo experiências bem sucedidas que possam aprimorar o processo ensino-aprendizagem e desta forma alcançar resultados mais favoráveis;
- projetos de elaboração de materiais de ensino, principalmente para a 1º série ou para facilitar a aceleração dos estudos dos alunos em defasagem idade-série material de ensino individualizado);
- projetos de utilização de modelos de organização escolar mais flexíveis e adequados às realidades regionais, de modo a favorecer não só a retenção do aluno no sistema de ensino como também a aceleração de sua escolaridade.

Os 74 projetos envolveram 695 unidades escolares e um total de 48.332 alunos, localizada a grande maioria na zona urbana. Justifica-se esta incidência de projetos em escolas de zona urbana não só pela facilidade de acompanhamento da execução, como também porque a baixa produtividade na 1º série, apesar de em termos percentuais apresentar maior gravidade na zona rural, assume proporções mais significativas na zona urbana, em razão da concentração de maior parte da população escolar.

* Esfera Federal - Atuação Direta do Departamento de Ensino Fundamental. Reforçando as ações deste projeto, outras medidas vêm sendo adotadas, de o a se dispor de um elenco de soluções para os problemas apontados. O apoio do Departamento de Ensino Fundamental às secretarias de Educação tem estacado em: avaliação permanente das propostas curriculares para o sistema de ensino; observância de estratégias de matrícula com absorção da faixa etária, pertinente, principalmente das crianças de 7 anos; treinamento de alfabetizadores; ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de supervisão escolar; aquisição de material didático e escolar para os alunos da 1º série, em especial; atendimento pré-escolar

para crianças de 5/6 anos, como ação preventiva; revisão de diretrizes e critérios de promoção escolar; adoção de sistemas de blocos de estudo que permitam compactar as séries do ensino de 1º grau para alunos que ultrapassem a faixa etária própria.

Vem, ainda, o DEF, implementando, desde 1975, o projeto Banco de Objetivos Instrucionais. Tendo como base os trabalhos realizados nos exercícios anteriores, em 1977 o DEF firmou convênio com o Centro de Ensino Técnico de Brasília para a construção de materiais de ensino, destinados às 1º e 2º séries, materiais estes que foram testados em escolas da rede oficial do Distrito Federal, de Goiás, do Ceará e de São Paulo (Campinas).

Este material de ensino foi impresso e distribuído aos alunos envolvidos na sua listagem, destinando-se a cada uma das quatro unidades federadas o total de 142 livros do aluno e 128 manuais do professor.

O tratamento final dos dados do rendimento escolar obtidos pelos alunos que constituíram as turmas de experimentação do material e as turmas de controle ainda está em fase de conclusão, não sendo possível neste relatório informação sobre os resultados obtidos com o projeto.

— Aperfeiçoamento de Currículos no Ensino de 1º Grau

Buscando a melhoria permanente do processo de planejamento curricular em todas as suas fases, as ações empreendidas pelo projeto Reformulação de Currículos para o Ensino de 1º Grau abrangeram a assistência técnica e financeira do DEF aos órgãos e equipes técnicas das secretarias de Educação das unidades federadas encarregadas de propor alternativas curriculares para o sistema de ensino, bem como acompanhar, controlar e avaliar sua implementação nas unidades escolares.

Os esforços do DEF, norteados para a consecução desse objetivo efetivaram-se, portanto, através de: apoio financeiro aos sistemas de ensino para implementação das atividades de planejamento curricular; apoio financeiro aos sistemas de ensino para implementação do serviço de supervisão de ensino; apoio técnico aos sistemas de ensino, através da assistência direta e indireta aos órgãos das SECs encarregadas das atividades de planejamento curricular e de supervisão de ensino.

Foram aplicados em 1977 nesta área Cr\$ 21,458 milhões, destinando-se 92% - Cr\$ 19,837 milhões - à esfera estadual e 8% - Cr\$ 1,620 milhão - à esfera federal.

- Esfera Estadual

O apoio financeiro às equipes de currículo de 25 unidades federadas traduziu-se pela complementação salarial de 497 funções técnicas.

Quanto à supervisão de ensino, quer ao nível central da administração dos sistemas educacionais, quer ao nível intermediário (delegacias regionais, superintendências, etc), a assistência financeira do DEF permitiu a complementação salarial de 409 funções técnicas.

- Esfera Federal (apoio técnico)

As atividades desenvolvidas pelo DEF com o objetivo de prestar assistência técnica às equipes de currículo e supervisão de ensino das secretarias de Educação e Cultura foram efetivadas por meio de: assistência técnica direta através da promoção de cursos, encontros e seminários, além de visitas periódicas e sistemáticas às equipes de currículo e de supervisão das SECs e de outras formas de contatos pessoais com os técnicos das unidades federadas e assistência técnica indireta atra-

vés da elaboração de documentos e, principalmente, através da divulgação de experiências desenvolvidas no Laboratório de Currículo do DEF.

- Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Educacional na Área do ensino de 1º Grau.

Este objetivo específico foi desenvolvido através de 3 metas, a saber: apoio financeiro aos sistemas de ensino de 21 unidades federadas para aperfeiçoamento do processo de planejamento educacional; apoio financeiro aos sistemas de ensino de 25 unidades federadas para implementação de planos, programas e projetos; apoio técnico aos sistemas de ensino de 26 unidades federadas para aperfeiçoamento do processo de planejamento e para implementação de projetos específicos.

Buscou-se concorrer para o aperfeiçoamento e a implementação de planos, programas e projetos na área de ensino de 1º grau.

Abrangeu, além de área estadual, que absorveu a metade dos recursos financeiros da meta por força do apoio financeiro às secretarias de Educação de 11 unidades da Federação para o desenvolvimento de projetos de censo escolar, a área municipal, que absorveu 41% dos recursos; e uma pequena parcela, 9%, foi destinada às ações executadas diretamente pelo Departamento.

Foram aplicados nesta área Cr\$ 74,813 milhões, sendo Cr\$ 37,532 na esfera estadual, Cr\$ 30,581 na esfera municipal e Cr\$ 6,699 na esfera federal (execução direta).

O apoio financeiro aos sistemas de ensino para aperfeiçoamento do processo de planejamento educacional proporcionou a complementação salarial de 280 funções técnicas e 84 funções de natureza administrativa.

A aplicação dos recursos para a área municipal deve-se à participação do projeto PROMUNICIPIO, que buscou, entre suas ações, a expansão e a criação de infra-estrutura dos projetos municipais de ensino de 1º grau.

O PROMUNICIPIO dedicou 32% dos seus recursos para a assistência técnica e financeira ao ensino municipal.

Houve em 1977, neste projeto, a complementação salarial de 1.888 funções técnicas e 328 funções de natureza administrativa, divididas entre as equipes estaduais e municipais.

- Educação Pré-Escolar

O projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar foi iniciado em 1975 e continua merecendo atenção especial por parte deste Departamento.

O seu objetivo geral é o de atender a população de 4 a 6 anos de idade, situada em zonas urbanas e pertencente a um baixo nível sócio-econômico, a fim de assegurar o seu desenvolvimento global, propiciando prontidão para um melhor aproveitamento da escolaridade obrigatória.

Como benefício paralelo, o projeto visa a reduzir a distorção idade/série no 1º grau, bem como a diminuir as taxas de repetência e evasão na 1ª série, dentro do preceito da ação preventiva preconizada pela Política Nacional Integrada de Educação.

O projeto, em 1977, promoveu uma ação integrada do setor educacional com os demais setores das atividades social e econômica, ampliou a rede escolar através de reformas e adaptações de ambientes físicos para garantir um maior atendimento

ao alunado, adquiriu material didático, bibliográfico, aparelhos de TV e mobiliário para os ambientes de diversos programas de atendimento. Promoveu ainda a atualização de recursos humanos envolvidos em atividades de educação pré-escolar.

Preocupado com o resultado da análise das características da população pré-escolar no Brasil, que mostra provir a grande maioria de crianças de lares carenciados, o projeto procurou voltar suas ações prioritariamente para o atendimento das residentes nas zonas periféricas das grandes cidades.

Vinte e duas unidades federadas participaram do projeto, que aplicou Cr\$ 7,240 milhões, tendo sido Cr\$ 6,928 milhões (96%) repassados às secretarias de Educação e os restantes - Cr\$ 311 mil (4%) - destinados ao apoio técnico.

O objetivo geral do projeto de proporcionar maior atendimento às crianças pré-escolares pôde ser comprovado pelo aumento de 50% do número de vagas sobre o ano de 1976, quando foram atingidas 3.910 crianças. Quanto ao número de alunos beneficiados, atingiu a 34.092, o que representou um aumento percentual de 110% sobre o ano anterior (15.500).

Quanto ao treinamento de recursos humanos envolvidos em atividades relacionadas à educação pré-escolar, foram treinados entre professores, supervisores, assistentes sociais, coordenadores e diretores, 1.366 pessoas, em 12 estados. Houve ainda um treinamento ligado à utilização do programa *Sítio do Pica-Pau Amarelo* para 27 pessoas de 7 unidades federadas.

Por ocasião deste curso de treinamento, foram visitadas as 8 escolas situadas em Niterói (RJ) que funcionam com classes pré-escolares baseadas no programa de TV citado.

- Implementação da Educação Artística no 1º Grau

O DEF montou em 1977 um programa especial, a fim de explorar estratégias para dinamizar a implantação da educação artística nas unidades federadas através do aproveitamento dos recursos culturais da comunidade - Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação (PRODIARTE).

Para testagem do projeto foram escolhidos os Estados de Pernambuco (PRODIARTE I) e Rio de Janeiro (PRODIARTE II).

O PRODIARTE I atingiu 11 unidades escolares de Recife, Caruaru e Olinda. Os artesãos levaram às crianças, na sua escola, a oportunidade de trabalhar com barro, cerâmica, madeira, couro, palha, flandres e arame. Os recursos financeiros aplicados foram da ordem de Cr\$ 180 mil.

O PRODIARTE II atingiu 10 escolas, num total de 92 turmas. Para o atendimento dos alunos foram treinados 29 professores, formando-se 6 equipes volantes. Os recursos financeiros também atingiram a Cr\$ 180 mil.

— Publicações

Em 1977, o DEF elaborou e distribuiu em seu programa de publicações 29 títulos, atingindo uma tiragem de 34.729 volumes distribuídos a secretarias de Educação, escolas normais, faculdades de Educação, conselhos de Educação e equipes diversas.

III - Execução Financeira

C.R. 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Projetos Prioritários: Operação Escola	Salário- Educação /Outra Federal	288.604	288.914	378.365	379.609	499.343	448.025	-
Capacitação de Recursos Humanos	Tesouro SE/DF	37.021	36.813	38.540	39.088	51.818	51.341	-
Reformulação de Currículos	SE/DF	18.000	18.000	16.900	16.900	21.458	21.458	-
Desenvolvimento de Novas Metodologias	SE/DF	5.500	3.720	5.282	5.282	10.410	10.410	-
Cooperação Técnica e Financeira às Unidades da Federação	SE/DF	11.063	9.618	13.915	11.849	21.460	21.283	-
Não Prioritários: Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	Tesouro	-	-	7.000	6.605	10.629	7.783	-
Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal - Promunícipio	SE/DF	25.000	25.000	35.477	35.477	95.630	95.530	-
Realização do Centro Escolar nas Unidades da Federação	SE/DF	280	280	-	-	22.000	22.000	-
Atividades de Administração do Órgão: Coordenação e Supervisão do Ensino Fundamental	Tesouro	7.634	7.051	16.148	8.542	21.757	21.189	-
Manutenção de Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento	Tesouro	2.800	2.800	2.835	2.835	3.400	3.380	-
TOTAL		396.862	381.997	516.462	506.187	787.605	702.399	-

IV -Conclusão

O DEF dará continuidade, em 1978, aos projetos que vem desenvolvendo para o alcance de seus objetivos prioritários.

Como principais realizações previstas nas áreas estadual e municipal, pode-se mencionar:

Expansão e Melhoria das Unidades Escolares de 1º Grau; Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 1. Grau; Implementação de Novas Metodologias para Melhoria do Rendimento Escolar; Aperfeiçoamento de Currículos do Ensino de 1º Grau; Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Educacional; Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação; PROMUNICIPIO; Educação Pré-Escolar; Implantação do Sistema Especial de Promoção Educativa do Menor (SEPREM).

DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO I —

Apresentação

O Departamento de Ensino Médio (DEM) do Ministério da Educação e Cultura teve, no ano de 1977, profícua atuação em vários aspectos, sendo os principais: a dinamização das ações que visam à implantação e implementação do ensino de 2º grau; o incremento de medidas que assegurem a melhoria qualitativa do ensino; a elaboração e divulgação de documentos técnicos que orientem a especialistas em educação e docentes, na consecução dos objetivos da Lei n.º 5.692/71; o aproveitamento das escolas da rede federal como laboratórios e centros de irradiação de experiências educacionais na área de 2. grau.

Estas ações provocaram impactos nos sistemas de ensino, tais como:

— *Sistema Federal*

- a continuidade da implantação da nova estrutura levou as escolas técnicas federais a desenvolverem experiências educacionais de grande valia, como, por exemplo, a dinamização, no Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, das Coordenadorias de supervisão pedagógica e orientação educacional, bem como das atividades de integração escola-empresa-governo:

- a continuidade da implantação do sistema escola-fazenda nos colégios agrícolas, favorecendo a melhoria do ensino ministrado;

- a implantação de curso de 2º grau (Técnico em Agropecuária) nos antigos ginásios agrícolas, aumentando a oferta de vagas para alunos egressos do 1º grau e o número de técnicos de 2. grau no setor primário.

- *No Sistema de Ensino das Unidades Federadas*

- a expansão do ensino de 2. grau, expressa no aumento de vagas;

- a execução de projetos que visam a assegurar a melhoria qualitativa do ensino, quer pelo preparo adequado de docentes, quer pela elaboração de documentos quer, ainda, pela implantação de medidas pedagógicas adequadas à consecução desse objetivo;

- a implantação de equipes de Supervisão Escolar e Orientação Educacional;
- a sistematização de procedimentos e ações junto a empresas, no sentido de conhecer melhor suas necessidades de mão-de-obra de nível médio, de adequar o planejamento educacional a essas necessidades e de realimentar o planejamento curricular;
- o início de implantação de uma metodologia de acompanhamento do

egresso de 2º grau.

Todos esses aspectos da atuação do DEM serão citados e analisados a seguir.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

As realizações do Departamento de Ensino Médio podem ser descritas nos seguintes tópicos:

- *Projetos Prioritários*

Em 1977, foi dada continuidade às ações previstas nos projetos prioritários integrantes do II PSEC, conforme será descrito:

- Reformulação de Currículo para o Ensino de 2º Grau

Deu-se continuidade às atividades de implementação do Modelo de Planejamento Curricular na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e Secretarias de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais e do Distrito Federal, mediante levantamento de necessidades das escolas onde está sendo im-plantado o Modelo; treinamento das equipes técnicas envolvidas na implantação do Modelo; elaboração de instrumentos de avaliação; elaboração, execução e avaliação dos planos curriculares das escolas.

Além dessas atividades, registram-se as desenvolvidas pela Coordenação de Elaboração e Análise de Currículos e pela Cooperação Técnica e Financeira às Equipes de Currículos das Secretarias de Educação.

- Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem para o Ensino de 2º Grau

Foram desenvolvidos os seguintes subprojetos: Metodologia dos Círculos Crescentes de Ensino por Objetivos num Sistema de Intercomplementaridade; Elaboração de Jogos e Simulações para o Ensino de 2º Grau e Avaliação dos Resultados de sua Utilização, A Técnica do Microensino Aplicado ao Treinamento de Professores em Exercício no 2º Grau; Metodologias Educacionais e Materiais Instrucionais para o Ensino da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

- Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º Grau

Foram habilitados 320 professores de disciplinas de formação especial do currículo de 2º grau.

Na meta de atualização, foram beneficiados: 990 diretores e administradores escolares; 380 técnicos e especialistas em educação e 500 docentes de disciplinas de formação especial de currículo.

Foram, também, aperfeiçoados 375 docentes do ensino de 2º grau.

Todas essas metas foram executadas pelo CENAFOR.

As secretarias de Educação realizaram, com recursos desse projeto, cursos de

atualização de docentes e especialistas em educação e docentes de Português.

- Cooperação Técnica e Financeira com as unidades federadas

Por este projeto, foi dada cooperação técnica e financeira a 25 secretarias de Educação, para desenvolverem o planejamento educacional, mantendo equipes técnicas para elaborarem e acompanharem a execução de projetos.

Foram ampliados 17 estabelecimentos de ensino de 2º grau, num total de 93 salas, oficinas e laboratórios, em 9 unidades federadas e adquiridos 15 laboratórios para 15 estabelecimentos de ensino, beneficiando 7 unidades federadas.

- Cooperação Técnica e Financeira a Instituições Privadas na Área de 2º Grau

Instituições privadas, em número de 110, receberam auxílio financeiro para aquisição de equipamentos para o ensino de 2º grau, beneficiando 21 unidades federadas.

A cooperação técnica foi dada, de forma indireta, por intermédio da distribuição de 50.008 documentos técnicos a 1.933 instituições privadas de 23 unidades federadas.

- Integração Escola-Empresa-Governo, na Área de 2.º Grau

Foram implantadas as atividades de integração escola—empresa em 7 colégios agrícolas e em 7 secretarias de Educação.

A consolidação dessas atividades foi levada a efeito em 5 colégios agrícolas e em 5 secretarias de Educação.

A execução desse projeto esteve a cargo do Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo.

Pelo projeto/atividade Ensino nos Territórios, Faixas de Fronteiras e Eixos Viários foram ampliados e equipados 30 estabelecimentos de ensino, beneficiando 10 unidades federadas, e concedidas bolsas de estudo a 13 alunos de 2º grau do Território de Fernando de Noronha.

— Inovações Ocorridas no Exercício de 1977

No ano de 1977, o DEM introduziu, entre outras, as seguintes inovações:

- Ensino de Ecologia no 2º grau, elaborando documento específico sobre o assunto e promovendo seminários sobre sua implantação nos sistemas federal e estadual de ensino;
- sistematização dos trabalhos executados pelas equipes centrais de Supervisão Escolar e Orientação Educacional;
- promoção de um curso sobre Técnica de Ensino para Supervisores Escolares das Secretarias de Educação do Rio Grande do Norte, da Bahia e de Goiás (10 técnicos de cada secretaria), com a finalidade de torná-los transmissores desses conhecimentos a outros grupos em suas secretarias, e de implantarem a supervisão nas escolas de 2º grau;
- elaboração de projetos para implantação da supervisão escolar em cada secretaria de Educação;
- alocação de recursos para promoção de cursos de Técnica de Ensino para Supervisores de Unidades Escolares;
- definição de ação integrada de orientação educacional e supervisão escolar.

- *Implantação das Habilitações Básicas*

Com o objetivo de dinamizar a implantação das habilitações básicas, o DEM assinou contrato com a Fundação Getúlio Vargas, desenvolvendo as seguintes atividades: visitas de cooperação técnica; levantamento de necessidades de recursos humanos, físicos e de equipamentos para implantação das habilitações básicas; contratação das Universidades Federal de Viçosa, Federal do Rio de Janeiro, Federal do Paraná, Federal do Pará, PUC-Rio de Janeiro, do CETEBA e da PUC-Salvador. Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal e da Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio de Janeiro, para treinamento de 1.506 professores para as disciplinas especiais do currículo das habilitações básicas.

— *Atividades na Área da Saúde*

Na área da saúde, prosseguiu-se na cooperação técnica às secretarias de Educação e de Saúde do Estado do Amazonas e às escolas de Enfermagem dos estados do Norte e do Nordeste, para reformulação de seus currículos.

Prosseguiu-se o trabalho integrado do DEM com o Ministério da Saúde nos estudos para: regularização de cursos da área de ensino médico; atualização das habilitações profissionais da área de saúde, já aprovadas pelo CFE; definição do currículo mínimo a ser enviado ao CFE para criação de habilitações de Técnico em Vigilância e Epidemiologia e de Inspetor Sanitário.

Foi, ainda, elaborado no exercício de 1977 um documento preliminar sobre programas de saúde do ensino de 2º grau, apresentado na reunião de diretores de escolas técnicas federais.

— *Orientação Educacional*

A implantação da orientação educacional tem sido encarada como uma das grandes preocupações do DEM, por considerá-la um dos fatores de melhoria da qualidade do ensino.

Reconhece-se o seu valor no ensino profissionalizante, não só pela orientação dada ao aluno para a tomada de decisões no campo profissional como, também, pela ajuda no seu ajustamento profissional. Da orientação educacional espera-se, ainda, uma contribuição efetiva para a realimentação dos currículos na escola. Proporcionando uma melhor integração com a empresa, acompanhando os resultados dos estágios supervisionados e os egressos nas suas atividades profissionais, ela pode oferecer subsídios valiosos ao replanejamento do currículo, adaptando-o às reais necessidades do mundo do trabalho.

- *Supervisão Escolar*

A Supervisão Escolar, assim como a Orientação Educacional, tem sido objeto de inúmeras ações do DEM, visando à sua implantação. O seu valor na melhoria da qualidade do ensino é indiscutível. Sua atuação na escola, zelando para que o processo ensino-aprendizagem se desenvolva com pleno êxito, é fator primordial para que se alcancem os objetivos propostos pela escola.

Citam-se como principais atividades na área: elaboração de diagnose das equi-

pes centrais de supervisão escolar das secretarias de Educação; elaboração e impressão do documento referente ao I Seminário de Supervisão Escolar; coordenação da montagem do sistema de supervisão na COAGRI; elaboração de diretrizes para os cursos integrados de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, ministrados pelo CENAFOR; levantamento de experiências de supervisão nas escolas de 2º grau da rede federal; elaboração do documento Diretrizes para Implantação de Supervisão Escolar.

- Escolas Técnicas Federais

A atuação nas escolas técnicas federais visou, precipuamente, ao estabelecimento de medidas que assegurem a alta qualidade do ensino ministrado. Para isso, foi dada ênfase especial à implantação da nova estrutura e ao funcionamento das Coordenadorias de orientação educacional e supervisão pedagógica, bem como elaborado um planejamento para dinamização do ensino de Religião, Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde, visando à educação integral do adolescente.

Em 1977, as 23 escolas técnicas federais existentes ofereceram cursos em 29 habilitações profissionais, com uma matrícula total de 54.701 alunos, conforme quadro a seguir:

III- Execução Financeira

Cr> 1000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	19 75		19 76		19 77		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Retornado	Previsto	Realizada	Previsto
Coordenação e Supervisão do Ensino Médio	Tesouro	15 177	14.591	16.849	15 346	19 903	19851	21.879
Amortização e Encargos de Financiamento	Tesouro	2261	2 281	1910	1.298	2 475	2.476	3.188
Projetos Prioritários	E.GU	8.953 19	8.953	31.900	31900	32 253	32 283	16.576
Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação		075	18.967					
	Subtotal	28 028	27*20	31900	31.900	32 263	32253	16.576
Assistência Técnica e Financeira às Instituições Privadas de Ensino	Tesouro	2.25*	226*	7.100	7.096	8.894	8.693	21.233
Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo de Ensino	Tesouro	3759	3.759	4.000	4000	4 436	4.436	4.217
	Tesouro	2 676	2.675	4239	4.239	5.170	5.170	6.621
Integração Escola- Empresa-Governo								
Ampliação e Instalação de Estabelecimentos de Ensino	Tesouro O. Fontes	13 448	13446	60.399	53733	70.000	70 000	80.129
	Subtotal	13446	13 446	60 399	53.733	70.000	70 000	80 129
Reformulação de Currículos	Tesouro	2 750	2749	4.322	4.24*	4763	4.710	3650
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 2º Grau - Acordo MEC/USAD	O.Fontes	650	596	1000	900	1580	1.192	-
Capacitação de Recursos Humanos	Tesouro	11839	11839	10.565	10 566	13 266	12266	13 328
Instalação e Melhoria de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário	Tesouro O Fontes	5.323	5 323	32 500	32 500	28 000	28 000	31.785
	Subtotal	6 323	5.323	32.500	32 500	28.000	28.000	31.786
Projetos Não Prioritários: Ensino nos Territórios e Faixa de Fronteiras	Tesouro	5 997	5.896	7.000	7000	7.694	7694	7 694
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	O. Fonte*	760	728	1.703	1.663	1488	1.488	-
Apoio ao Desenvolvimento do Ensino	Tesouro	-	-	10000	10 000	-	-	-
Implantação da Reforma do Ensino	O. Fonte*	700	-	-	700	-	-	-
Execução do Ensino Manutenção do Col Comercial Clóvis Salgado	Tesouro	4.896	4896	11.596	11696	16.313	13.313	16.286
Escolas Técnicas Federais	Tesouro	278.810	276810	490.604	490 604	616 620	616.620	806.029
COAGRI	O. Fonte*	96193	90 766	176 311	170.883	214.487	207 546	264.138
Colegio Pedro II	Tesouro	86071	650711	91.819	91.819	94 392	94 392	140.207
CENAFOR	Tesouro	14.391	14391	26937	26.937	32.561	32.651	44.113
TOTAL		563.006	545.980	990.753	977.026	1 173.074	1 162.648	1 480 073

IV - Conclusão

O **DEM**, no desempenho de suas atividades durante o exercício de 1977, atuou de maneira significativa, procurando, por meio dessas atividades, manter uma unidade de ação pedagógica e a coerência intrínseca dos projetos desenvolvidos, visando, sobretudo, a alcançar, manter e aprimorar a qualidade do ensino ministrado.

A renovação da rede física, a renovação pedagógica e o preparo de recursos humanos, áreas em que estão agrupados os projetos prioritários, têm recebido um tratamento equilibrado de forma a assegurar um desempenho satisfatório, quer no aspecto de expansão do ensino, quer no aspecto qualitativo do mesmo.

Em 1978, o Departamento dará continuidade às ações planejadas para o quinquênio, tanto no que diz respeito aos projetos prioritários do II PSEC como **no** que se refere às demais atividades empreendidas no ano findo.

Será dada especial atenção ao planejamento da implantação do ensino de 2º grau nas seções Norte, Sul e Tijuca do Colégio Pedro II e a implantação de cursos técnicos em Agropecuária nos ginásios agrícolas.

Serão acompanhadas as experiências de implantação das habilitações básicas **nas** unidades federadas e incentivadas novas experiências.

A colaboração de consultores contratados pelo Projeto MEC/BIRD proporcionará o aprimoramento das atividades de assistência técnica aos sistemas de ensino das unidades federadas.

Serão, ainda, ministrados cursos, tanto para habilitar professores, como para atualizar e aperfeiçoar docentes e especialistas em educação.

A Coordenação de Elaboração e Análise de Currículo (CEAC) dinamizará suas atividades, atendendo às necessidades detectadas em 1977.

Finalmente, o **DEM** espera prosseguir, com a colaboração das escolas da rede federal, do CENAFOR e dos sistemas de ensino das unidades federadas, na implantação progressiva do ensino de 2º grau, buscando atingir seu objetivo máximo: a educação integral do adolescente.

FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

I - Apresentação

A Fundação Centro Nacional do Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR), no decorrer de 1977, exerceu atividades relevantes, tais como:

- implantação e dinamização do Serviço de Informação Especializada em Formação Profissional (SIEFOR);
- execução de metas dos projetos de Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º Grau e Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo de Ensino-Aprendizagem na Área do Ensino de 2º Grau;
- consolidação do Programa Empresa, que propiciou a formação e o treinamento de recursos humanos, para as pequenas e médias empresas;
- pesquisa de mercado de trabalho para definição de habilitações para o ensino de 2º grau;
- modelo experimental de curso para a programação do funcionamento de uma escola de 2º grau;
- curso de treinamento de professores em Eletrônica Básica, por correspondência;
- curso de Sensibilização à Teleducação, para técnicos do SENAC;
- curso de Fundamentação Pedagógica a Assessores de Produção de Programas de Teleducação, para técnicos do SENAC;
- projeto de Ensino de Biologia Aplicada;
- implantação dos clubes dos futuros fazendeiros do Brasil.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

No decorrer deste exercício, o CENAFOR executou 137 projetos de cursos constantes dos projetos prioritários do II Plano Setorial de Educação e Cultura, atingindo um total de 3.374 professores.

Os referidos projetos de cursos foram executados pelas divisões do CENAFOR, tendo sido realizados: 125 cursos para 3.135 professores, pela Divisão de Operações; 2 cursos para 31 participantes, pela Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento; e 10 cursos para 208 participantes, pela Divisão de Tecnologia Educacional.

Além dos projetos mencionados, foram executados 41 projetos especiais, dentre os quais:

— *Projetos de Pesquisa (14)*

- contato com escolas agrícolas de 2º grau para obtenção de informações sobre recursos humanos, visando à organização de novos cursos, e com entidades para integração escola-comunidade;
- análise de variáveis que interferem no processo ensino-aprendizagem;
- escolas agrícolas de 2º grau da área primária no Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo;
- mercado de trabalho para técnicos de nível médio;
- levantamento de pesquisas na área da formação profissional;
- análise das estratégias de planejamento e execução de protótipos de cursos na área primária;
- modelo experimental de curso para a programação do funcionamento de curso na escola de 2º grau;
- um estudo de interação monitor-aluno, num curso programado individualizado;
- efeito das questões de estudo no ritmo próprio de alunos em um curso programado individualizado;
- protótipo de curso para treinamento de orientadores pedagógicos e diretores de escolas agrícolas;
- protótipo de curso para treinamento de técnicos da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco na elaboração de currículos para cursos profissionalizantes de 2º grau;
- protótipo de curso para ensinar professores a programar atividades de ensino;
- protótipo de curso para ensinar professores de escolas agrícolas a fundamentar o planejamento das disciplinas nas necessidades da comunidade;
- material auto-educativo para aperfeiçoamento de docentes do ensino de 2º grau na programação de suas disciplinas.

- *Projetos de Desenvolvimento de Material Instrucional (16)*

- elaboração de coleções básicas CINTERFOR para a área primária;
- montagem de modelo de currículos de formação pedagógica para os cursos de Esquema I e II;
- metodologia para o treinamento do aluno de 2º grau na habilitação de tomada de decisões profissionais;
- revisão dos modelos de cursos de atualização;
- planejamento, produção e organização de meios audiovisuais para cursos do Programa Empresa;
- elaboração de um protótipo de treinamento à distância para atualização de professores de matéria de Agricultura de escolas técnicas agrícolas;
- revisão metodológica e elaboração de manuais para cursos de formação de Programa-Empresa;
- impressão da primeira coleção básica *CINTERFOR - Cultura do Milho*;

- montagem de protótipo para curso de atualização de docentes do ensino agrícola em cooperativa escolar;
- montagem de protótipo de curso de habilitação de docentes do ensino agrícola em Zootecnia;
- elaboração de protótipo de cursos programados de atualização de pessoal administrativo das escolas agrícolas;
- elaboração de protótipo de curso programado individualizado para capacitar professores a formar monitores de escolas agrícolas em disciplinas de formação técnica;
- reestruturação do curso programado para habilitar professores de disciplinas especializadas do ensino agrícola - Esquema I;
- elaboração de protótipo de curso programado de atualização de docentes do ensino agrícola em bovinocultura — leite;
- impressão de manuais de cooperativa escolar e protótipo de escola-fa-zenda;
- elaboração de conteúdos programáticos das disciplinas de formação especial do ensino agrícola.

- *Projeto de Informação (3)*

- * serviço de informação educacional para a formação profissional;
- serviço de informação especializado em formação profissional;
- implantação e dinamização da rotina - SIEFOR.

- *Projeto de Difusão (2)*

- assistência técnica à Secretaria de Educação de Santa Catarina;
- assistência técnica aos CETs, secretarias de Educação e Cultura, e escolas técnicas federais na área de tecnologia educacional.

— *Projeto de Desenvolvimento de Material Instrucional (6)*

- projeto de Ensino de Física Aplicada;
- projeto de Ensino de Biologia Aplicada;
- desenvolvimento de material audiovisual de mini-idiomas estrangeiros para profissões da área de turismo;
 - montagem de um modelo de curso de atualização para docentes sobre recursos audiovisuais aplicados ao ensino agrícola;
 - montagem de um protótipo de treinamento em serviço para um curso de atualização agrícola;
- elaboração de material de apoio para as atividades a serem desenvolvidas.

O CENAFOR ainda promoveu: assistência às Escolas Técnicas e Secretarias de Educação do Acre, da Bahia, de Santa Catarina e do Maranhão; teletreinamento, por correspondência, para docentes do Ensino Agrícola; e execução de 2 cursos sobre Escola-Fazenda, para docentes do Chile, em atendimento ao Programa de Cooperação Técnica Internacional.

III - Execução Financeira

Cr-\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Ad- ministração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Administração do Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profis- sional	Tesouro	11.428	-	17.412	486	29.891	29.891	29.657
	O. Fontes	1.525	-	1.116	17.774	4.337	1.127	685
	Subtotal	12.953	-	18.528	18.259	34.228	31.018	30.342
Capacitação de Recursos Humanos	Tesouro	2.313	-	8.843	2.837	11.056	10.941	13.409
	O. Fontes	688	21.874	940	6.722	945	606	1.323
	Convênios	1.841	-	1.810	2.749	4.494	3.328	8.083
	DEM	11.839	-	7.641	6.802	9.467	6.764	9.108
	Subtotal	16.681	21.874	19.234	18.910	25.962	21.839	31.923
Edifício-Sede da Fundação	Tesouro	650	620	680	87	770	-	847
	O. Fontes	225	-	68	170	419	-	-
	Subtotal	875	620	748	257	1.189	-	847
Equipamentos e Instalações para o CFTV	O. Fontes	-	-	-	-	80	80	200
Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público	O. Fontes	233	205	254	242	450	450	468
Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação	DEM	1.164	17.152	1.400	1.399	-	-	-
Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Agrícola	FNDE	4.126	-	10.300	6.658	9.000	7.815	4.600
Desenvolvimento Novas Met. Aplic. ao Processo de Ensino	DEM	2.959	-	1.500	4.969	735	735	300
TOTAL		38.991	38.861	51.964	50.694	71.644	61.927	68.680

IV - Conclusão

Considerando o volume dos projetos executados pelo CENAFOR, em função de uma progressiva tecnologia educacional e suas variações, verificou-se uma média razoável de aproveitamento quantitativo e qualitativo, em relação às metas presta-belecionadas dentro do seu cronograma.

Para 1978, o CENAFOR programou as seguintes realizações:

- 76 cursos e 10 reuniões para 2.400 participantes, pela Divisão de Operações do 2º grau;
- 19 cursos, 3 encontros, 1 protótipo e 1 manual, para 630 participantes, **pela** Divisão de Operações do Ensino Agrícola;
- 80 cursos para 2.813 participantes, pela Divisão de Operações;
- 18 cursos e 5 seminários para 520 participantes, pela Divisão de Operações - formação profissional ;
- 42 cursos para 840 participantes - área empresa;
- 5 cursos, 1 material educativo, 1 banco de informações e 2 levantamentos de dados, com 150 participantes, pela Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento;
- 13 cursos, 1 seminário e 1 recurso audiovisual, para 490 participantes pela Divisão de Tecnologia Educacional.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUÁRIO

I ~ Apresentação

A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), durante o exercício de 1977, executou atividades inerentes ao ensino agropecuário em 21 colégios agrícolas, 7 ginásios agrícolas e 4 colégios de Economia Doméstica Rural.

O setor agropecuário é um dos que possui maior concentração da população economicamente ativa do País, daí ser bastante relevante a finalidade da COAGRI, que vem executando a coordenação e supervisão dessa modalidade de ensino, principalmente através de sua metodologia de ação Sistema Escola—Fazenda. Esse Sistema, que permite a fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas através do desenvolvimento de habilidades, destrezas e experiências, tem, entre outros, os seguintes objetivos: promover melhor formação profissional, possibilitando uma maior vivência com os problemas reais dos trabalhos agropecuários; promover a conscientização de que a indústria é um bem de produção; oferecer oportunidade de que os futuros técnicos se estabeleçam, progressivamente, numa atividade agropecuária; promover o intercâmbio entre a escola e a comunidade agrícola, de modo que os agricultores circunvizinhos e os jovens rurícolas adquiram conhecimento das práticas agropecuárias.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

Dentre as atividades da COAGRI, merecem ser mencionadas as seguintes:

- montagem dos processos de criação do ensino de 2º grau nos 7 ginásios agrícolas federais;
- implantação da supervisão pedagógica e orientação educacional nos colégios agrícolas federais;
- análise dos regimentos dos colégios agrícolas e dos planos gerais de ensino de **1977**;
- elaboração do calendário anual dos estabelecimentos de ensino da rede;
- doação aos estabelecimentos de ensino de obras didáticas por parte do INL;
- acompanhamento e controle das grades curriculares e das atividades agropecuárias;
- elaboração de critério de supervisão aos projetos agropecuários e do do-

cumento Controle da Comercialização de Produção;

- instituição de taxa de internato;
- realização de construções, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- elaboração de projeto arquitetônico de ampliação e reforma da COAGRI.

Com o desenvolvimento do projeto Ampliação e Instalação de Estabelecimentos de Ensino, tem-se desenvolvido uma grande melhoria nas instalações físicas, nos equipamentos e materiais permanentes dos ginásios agrícolas federais. A atuação desse projeto criou condições satisfatórias para o funcionamento do ensino profissionalizante nos 7 ginásios agrícolas existentes, os quais vinham apresentando uma certa ociosidade em decorrência da extinção das séries integrantes do curso de 1º grau, a partir do ano letivo de 1975.

O projeto Instalação e Melhoria de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário atende aos colégios agrícolas federais. O referido projeto está em execução nos Colégios Agrícolas Manuel Barata (PA), João Coimbra (PE), de Bambuí (MG), de Ja-nuária (MG), de Rio Pomba (MG), Dialuas Abreu, de Barbacene (MG), de Santa Teresa (ES), de Rio Verde (GO), de Brasília (DF), do Crato (CE), Floriano Peixoto (AL), Concórdia (SC), de Viticultura e Enologia, de Bento Gonçalves (RS). Tem, também, propiciado satisfatórias condições físicas aos estabelecimentos de ensino, através de construções, ampliações, reformas e aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Vale salientar que a melhoria das instalações dos colégios tem repercutido consideravelmente na qualidade do ensino agropecuário.

A qualificação do corpo docente, técnico e administrativo tem sido realizada através de cursos do projeto Capacitação de Recursos Humanos e de outros, promovidos pela COAGRI, tais como:

- curso de disciplinas de formação especial do ensino agrícola no Rio Grande do Sul, para 94 docentes; em Pernambuco, para 30 docentes; e no Pará, para 19 docentes;
- 2 cursos de Zootecnia com, a participação de 28 docentes;
- 2 cursos de Agricultura atendendo a 29 docentes;
- curso programado de Cooperativismo, participando 20 docentes.

Para pessoal de apoio: foram realizados curso de Agente Patrimonial para 28 servidores e 4 cursos de treinamento para responsáveis pela Divisão de Atividades Auxiliares e Seção de Execução Orçamentária e Financeira, com a participação de 74 funcionários.

Além desses cursos, a COAGRI ainda promoveu: cursos de Inseminação Artificial, atendendo a 14 docentes dos estabelecimentos de ensino agrícola de 1º e 2º graus, e curso de elaboração de projeto para Pecuária Bovina, atendendo a 37 treinandos.

O projeto Integração Escola-Empresa-Governo, que está sendo implantado em 8 colégios, consolidado em 5 e na fase de autonomia em 4, tem provocado mudanças entre o corpo docente e o discente dos estabelecimentos de ensino, bem como das próprias empresas envolvidas no processo.

Pela participação conjunta das empresas e dos estabelecimentos de ensino, tem sido possível a identificação de problemas e de alternativas de soluções, entre as quais: necessidade de recursos humanos adequados às empresas; reformulações de currículos; e necessidade de professores acompanhando os alunos durante os estágios.

Como conseqüência das atividades de integração Escola-Empresa-Governo,

foi realizada a implantação da supervisão pedagógica e orientação educacional nos estabelecimentos de ensino da rede, e tem sido feito o acompanhamento dos egressos desses estabelecimentos.

A COAGRI também promoveu o desenvolvimento de projetos agropecuários nos estabelecimentos de ensino da rede, tornando possível a realização da reversão ao Fundo da COAGRI dos recursos financeiros provenientes dos serviços e vendas de produtos.

Quanto à área pedagógica, foram empreendidos vários esforços, entre os quais o de regulamentar os colégios agrícolas. Para isto, foram analisados e emitidos pareceres sobre alguns regulamentos internos, tendo sido aprovado o do Colégio Agrícola de Santa Teresa, no Espírito Santo. Como os ginásios agrícolas estavam em fase de aprovação do processo de implantação do ensino de 2º grau, tiveram os seus regimentos imediatamente elaborados e 8 aprovados.

Após estudos realizados com o intuito de minimizar o custo de ensino, a COAGRI sentiu necessidade de instituir a taxa de internato, através da Portaria nº 253, de 13 de dezembro de 1977. Essa taxa, a ser cobrada pelos colégios agrícolas e de Economia Doméstica Rural, a partir de 1978, será estipulada em um salário mínimo regional para os alunos em regime de internato e 50% do respectivo salário para os alunos semi-internos. Os alunos que não tiverem condições de pagar, integralmente ou parcialmente, a referida taxa, serão isentos.

Ainda nesse exercício, a COAGRI participou de cursos, seminários, encontros e reuniões técnicas promovidos por outras entidades e realizou visitas de cooperação técnica.

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Ampliação e Instalação de Estabelecimentos de Ensino	O. Fontes	10.466	10.277	11.817	11.809	17.000	17.000	-	-
Instalação e Melhoria de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário	O. Fontes	5.323	5.323	35.500	32.494	28.000	26.959	31.785	31.785
Manutenção de Escolas Agrícolas e de Economia Doméstica Rural	Tesouro	89.605	73.778	147.430	141.246	206.227	195.468	213.786	213.786
	O. Fontes	5.537	5.312	9.817	8.662	10.294	9.943	6.741	6.741
	Subtotal	96.142	79.090	157.247	149.908	216.521	205.411	220.527	220.527
Integração Escola—Empresa—Governo	O. Fontes	790	-	1.880	1.880	1.630	772	2.480	2.480
Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação	O. Fontes	-	-	-	-	-	-	7.400	7.400
Construção e Instalação de Centros Desportivos	O. Fontes	250	250	-	-	-	-	-	-
Coordenação e Supervisão do Ensino Agrícola	Tesouro	-	-	9.037	8.316	14.364	12.349	17.236	17.236
	O. Fontes	-	-	9.067	7.718	4.962	4.378	200	200
	Subtotal	-	-	18.104	16.034	19.326	16.727	17.436	17.436
Reformulação de Currículos	O. Fontes	-	-	75	-	75	-	-	-
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	1.331	1.331
Capacitação de Recursos Humanos p/o Ensino Agrícola	O. Fontes	-	-	-	-	1.230	780	2.500	2.500
T O T A L		111.971	94.940	224.623	212.125	283.782	267.649	283.459	283.459

IV - Conclusão

Vários esforços foram empreendidos pela COAGRI com o objetivo de promover a melhoria qualitativa e quantitativa do ensino agrícola de 2º grau, isto através do empenho dos projetos prioritários e das atividades desenvolvidas pelas áreas técnico-administrativas.

Apesar de ter havido um aumento gradativo da matrícula dos estabelecimentos de ensino, este fato não acarretou aumento substancial do orçamento da COAGRI. Isto pode-se justificar uma vez que os projetos de construção deram melhores condições físicas às escolas, possibilitando maior ingresso de alunos, conforme o quadro seguinte:

MATRICULAS				
Entidades	1975	1976	1977	1978
Colégios Agrícolas	4.484	4.737	5.029	5.996
Colégios de Economia Doméstica	569	603	644	1.046
Ginásios Agrícolas	1.489	1.068	668	1.941

Buscando dar continuidade à política educacional do ensino agrícola em 1978, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- execução, acompanhamento e controle dos projetos prioritários desenvolvidos na área agrícola;
- orientação para reconhecimento dos cursos de técnico em agropecuária;
- realização de cursos de treinamento e de atualização para os servidores dos estabelecimentos de ensino;
- análise e aprovação dos regimentos dos colégios agrícolas e colégios de Economia Doméstica Rural;
- montagem de documento para supervisão aos estabelecimentos de ensino e preparação da equipe técnica;
- análise dos planos gerais de ensino dos estabelecimentos da rede;
- implantação progressiva do Modelo de Planejamento Curricular;
- revisão do Manual Técnico da Secretaria Escolar;
- implantação do documento Controle da Comercialização da Produção;
- aquisição de viaturas, laboratórios e bibliotecas para os estabelecimentos de ensino da rede;
- complementação de equipamentos e materiais permanentes adquiridos pelo projeto Instalação e Melhoria de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário;

- elaboração e implantação de manual sobre bens patrimoniais;
- execução de obras e reformas na sede da COAGRI e nos estabelecimentos de ensino;
- levantamento topográfico dos estabelecimentos de ensino;
- acompanhamento, junto aos núcleos de contabilidade da IGF, da execução orçamentária e financeira das unidades;
- centralização do pagamento de pessoal e implantação gradativa através do sistema de processamento de dados.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

I — Apresentação

O Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM) desenvolveu diversas ações no sistema educacional, dentre as quais merecem menção: expansão da oferta de vagas no ensino de 2º grau e no ensino superior de curta duração, mediante construção e instalação de novas unidades escolares, e capacitação de recursos humanos no sentido de garantir a melhoria da produtividade do ensino através de cursos de aperfeiçoamento e atualização de corpo docente.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

O PRODEM executou durante o exercício de 1977 três projetos e atividades administrativas.

As principais realizações pelo projeto de Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino Agrícola foram:

- *Obras*

Foram iniciadas obras complementares e finais de acabamento no Colégio Agrícola de Belo Jardim e no Colégio Agrícola Benjamin Constant, e concluídas as obras principais e complementares desses colégios. Também foram iniciadas e concluídas as obras nos Colégios Agrícolas Manuel Barata, de Brasília e de Rio Verde.

Ainda através deste projeto o PRODEM promoveu licitação das obras do Colégio Agrícola de Jundiá, as quais estavam paralisadas.

— *Equipamento e Mobiliário*

O PRODEM realizou licitações e entrega de: equipamentos para os Colégios Agrícolas Manuel Barata, de Belo Jardim, Benjamin Constant, Frederico Westphalen, de Brasília e de Rio Verde, e de mobiliário para os Colégios Agrícolas de Belo Jardim e Benjamin Constant.

Pelo projeto de Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino de 2º Grau, o PRODEM promoveu:

- *Obras*

Foram concluídas as obras principais da Escola Técnica Federal de Campos — RJ, e dos Centros de Engenharia de Operação de Pernambuco e Bahia, e iniciadas e concluídas as obras complementares em Campos, na Bahia e em Pernambuco; também foram iniciadas e concluídas obras finais de acabamento na Escola Técnica Federal do **Pará**.

— *Equipamento, Mobiliário e Livros*

Foram realizadas licitações e entrega de: equipamento para a Escola Técnica Federal do Pará e o Centro de Engenharia de Operação (CEO) de Minas Gerais, como complemento dos equipamentos já adquiridos, e de todos os equipamentos para o CEO de Pernambuco e da Bahia. Também foram realizadas licitações para aquisição de mobiliário para os Centros de Engenharia de Operação de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. Foi ainda realizada licitação para aquisição de livros para o Centro de Engenharia de Operação Celso Suckow da Fonseca.

Através do projeto de Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º Grau, o PRODEM concluiu o curso de mestrado em Educação Agrícola realizado em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria e o CENAFOR, e beneficiou a 6 participantes dos Colégios Agrícolas Manuel Barata, de Belo Jardim, de Jundiá, entre outros.

Iniciou e concluiu também dois cursos de graduação de professor da parte de Formação Especial do Currículo de Ensino de 2º Grau, em convênios com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, beneficiando 49 professores de estabelecimentos do ensino agrícola e técnico federal.

III - Execução Financeira

Cr.\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Construção e Instalação de Prédios Escolares para o Ensino Agrícola	Tesouro	26.803	36.727	7.091	6.067	10.078	9.339	-
	Op. Créd. Ext.	16.443		4.752	2.068	25.405	22.906	-
	S. Ex. Ant.	2.600		1.789	49	3.000	3.000	-
	Subtotal	45.846	36.727	13.632	8.184	38.483	35.245	-
Construção e Instalação de Prédios Escolares para Ensino do 2º Grau	Tesouro	33.410	28.331	16.576	16.572	12.165	9.117	-
	Op. C. Ext.	20.223		11.202	7.603	13.920	11.827	-
	S. Ex. Ant.	-		2.352	1.829	9.713	9.458	-
	Subtotal	53.633	28.331	30.230	26.004	35.798	30.403	-
Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º Grau	Tesouro	4.591	2.797	890	659	1.200	1.200	-
	Op. C. Ext.	28		-	-	-	-	-
	S. Ex. Ant.	-		1.074	1.074	-	-	-
	Subtotal	4.619	2.797	1.964	1.733	1.200	1.200	-
Administração da Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 2º Grau	Tesouro	1.633	1.245	961	868	1.989	1.614	6.291
	Op. C. Ext.	1.176	569	1.158	102	1.779	-	-
	Subtotal	2.809	1.814	2.119	970	3.768	1.614	6.291
Administração	Tesouro	8.111	3.783	6.831	5.305	9.929	6.730	-
	S. Ex. Ant.	-	-	700	416	-	-	-
	Subtotal	8.111	3.783	7.531	5.721	9.929	6.730	-
TOTAL		115.018	73.452	55.476	42.812	89.178	75.192	6.291

IV — Conclusão

O PRODEM vem envidando esforços no sentido de cumprir todas as metas previstas no Contrato 755-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o BIRD, e tendo em vista a última prorrogação concedida para encerramento do mesmo em 30/6/78.

No exercício de 1977, foram aumentadas as dificuldades na liberação das guias de importação dos equipamentos por parte da Carteira do Comércio Exterior (CACEX), que estão sendo solucionadas mediante a interferência dos Srs. Ministros da Educação e da Fazenda.

Para 1978, os principais pontos de atuação do PRODEM são:

- concluir, receber e aceitar as obras, ainda em andamento, dos Colégios Agrícolas de Belo Jardim e Benjamin Constant, e do Centro de Engenharia de Operação de Pernambuco;
- receber os equipamentos importados e pequena parte nacional, mobiliário e livros, para os Colégios Agrícolas Manuel Barata, de Belo Jardim, Benjamin Constant, Frederico Westphalen, de Brasília, de Rio Verde; para Escolas Técnicas Federais do Pará e de Campos; para os Centros de Engenharia de Operação de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, Celso Suckow da Fonseca e do Paraná;
- solicitar o saldo do empréstimo ainda não reembolsado, no valor de US\$ 1.573.109,56;
- desativação do órgão para ser absorvido pelo PREMEN a partir de 1/7/78, conforme determinação da Secretaria-Geral do MEC;
- tomar outras providências necessárias para encerramento do Contrato 755-BR em 30/6/78.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITARIOS I

— Apresentação

O confronto entre a dimensão de esforços e o tipo de ação desenvolvidos pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU), considerados os exercícios de 1976 e de 1977, mostra clara manutenção de conteúdo e, ao mesmo tempo, nítida mudança de forma.

A concepção de objetivos da atual administração fixou-se, desde o início, na busca de maior articulação orgânica do sistema de ensino superior — nos seus aspectos de estrutura, organização e funcionamento.

Para alcance desses objetivos, a ação desenvolvida orientou-se segundo quatro políticas bem definidas:

— *Ordenamento da Expansão do Sistema*

— *Fortalecimento do Sistema Universitário*

— *Melhoria da Qualidade do Ensino*

— *Aperfeiçoamento dos Métodos de Gestão Administrativa*

— *Ordenamento da Expansão do Sistema*: O ordenamento da expansão da oferta de oportunidade de ensino superior tem sido, inegavelmente, uma das maiores preocupações do Ministério.

Como já tem sido reiteradas vezes declarado, o ordenamento da expansão não se confunde com a redução ou limitação da capacidade de oferta de serviços educacionais de nível superior, senão com a otimização da distribuição dessa oferta, seja a nível espacial, seja a nível específico de área de conhecimento, curso ou habilitação, seja, finalmente, segundo a natureza dos estabelecimentos que hoje operam no sistema (universitários, federais ou isolados).

Os quantitativos seguintes mostram que as medidas que se inserem no contexto dessa política têm, efetivamente, contribuído para que o ordenamento pretendido comece a orientar-se para os propósitos perseguidos.

A taxa de crescimento do número de estabelecimentos autorizados a funcionar sofreu sensível redução nos últimos anos, conforme se verifica no Quadro I.

Quadro I — Evolução do Número de Estabelecimentos de Nível Superior no Período 1968 a 1977

ANO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	UNIVERSIDADES	ESTABELECIMENTOS ISOLADOS E FEDERAÇÕES	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL (%)
1968	41	397	438	—
1969	45	510	555	27,0
1970	49	554	603	9,0
1971	52	603	655	8,0
1972	53	672	725	10,0
1973	57	740	797	10,0
1974	57	791	848	6,0
1975	59	818	877	3,0
1976	63	822	885	1,0
1977 *	64	827	891	0,6

FONTE: Catálogo Geral das IES - 1973 e 1975/76

Regionalmente, observa-se que o confronto entre o número de estabelecimentos existentes nos anos de 1968 e de 1977 favorece as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pelos percentuais apresentados no Quadro II, é possível observar que a participação relativa do número de estabelecimentos na Região Sudeste, em 1977, é menor, enquanto ocorre crescimento nas demais regiões.

Quadro II — Distribuição Regional do Número de Estabelecimentos de Nível Superior

Ano Região	1968		1977		CRESC. (%)
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Nordeste	4	1.0	11	1.2	♦
Sudeste Sul	47	10.7	99	11.1	17
Centro-Oeste	306	69.6	597	67.0	6
Oeste	72	16.4	155	17.4	♦
	10	2.3	29	3.3	11
					0
TOTAL	438	100	891	100	♦ 103

FONTE: CODEAC/DAU - Catálogo Geral das IES *
Dados Projetados

A essa expansão do numero de estabelecimentos correspondeu uma expansão da matrícula na seguinte ordem:

**Quadro III — Matrícula Total em Cursos de Nível Superior,
Segundo a Distribuição Regional**

Região	1968		1977		CRESC. (%)
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Norte	5.928	2,1	20.866	2,0	•252
Nordeste	41.807	15,0	164.104	15,7	•292
Sudeste	170.319	61,2	624.397	59,8	• 266
Sul	50.301	18,1	182.686	17,5	• 263
Centro-Oeste	9.940	3,6	52.554	5,0	•429
T O T A L	278.295	100	1.044.607	100	• 275

FONTE: SEEC/MEC - Estatística-; da Educação Nacional - 1960/71 *
CODEAC/DAU - Dados projetados

O comportamento da expansão da matrícula, no período 1968/77, é coerente com o crescimento do número de estabelecimentos, sendo mais acentuado nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, crescendo, portanto, a participação destas regiões na matrícula global.

O Quadro IV apresenta o crescimento da matrícula global de ensino superior, considerada a dependência administrativa, oficial ou particular, dos estabelecimentos e respectivas taxas de crescimento no período 1968 a 1977.

**Quadro IV - Evolução do Número de Alunos do Ensino Superior
Discriminados Segundo a Dependência Administrativa das
Instituições - 1968/77**

ANOS	ESPEC.	CRESC.		CRESC.	TOTAL	CRESC.
	OFICIAL	ANUAL	PART.	ANUAL		ANUAL
1968	151657	-	126.638	-	278.295	-
1969	185060	22,02	157.826	24,62	342.886	23,20
1970	210.613	13,80	214865	36,14	425478	24,08
1971	252263	19,77	309.134	43,87	561.397	31,94
1972	278.411	10,36	409.971	32,61	688.382	22,61
1973	317.008	13,86	494.229	20,55	811.237	17,84
1974	346.672	9,35	550.528	11,39	897.200	10,59
1975	368635	6,33	576.199	4,66	944.834	5,30
1976 (*)	387.316	5,06	600.872	4,28	988.188	4,58
1977 (*)	403622	4,21	640.985	6,67	1.044.607	5,70

FONTE: SEEC/MEC - Estatístico da Educação Nacional
CODEAC/DAU/MEC - Relatório Anual das IES - 197b (*) Dados
Projetados

Do mesmo modo, a taxa de expansão do número de cursos oferecidos tem decrescido, nesse sentido o ordenamento da expansão se direciona para a diversificação da oferta, abrindo oportunidades em novos campos de conhecimento.

Quadro V — Índice de Crescimento do Número de Cursos por Área de Conhecimento - 1968/73/77

	Número de Cursos							
	1968		1973			1977*		
	Quant.	%	Quant.	%	68/73 Cresc. %	Quant.	73/77 Cresc. %	%
Exatas e Tecnológicas	299	17,6	798	24.8	166.9	897	23.6	12,4
Engenharias	163	9.5	247	7.7	51.5	317	8.3	28.3
Saúde e Ciências Biológicas	196	11.5	376	11.7	91,8	438	11.5	16,5
Medicina	56	3,2	75	2,3	33,9	75	1,9	-
Enfermagem	42	2,5	46	1,4	9,5	60	1,5	30,4
Nutrição	-	-	8	0,2	-	14	0,4	75,0
Agrárias	37	2,1	59	1,8	59,4	66	1,8	11,8
Humanas	971	56,7	1.496	65,5	54,1	1.811	47,6	21,0
Educação	578	33,7	587	18,2	1,5	969	25,4	65,1
Letras	114	6,6	369	11,5	223,7	383	10,1	3,8
Artes	95	5,5	113	3,6	24,2	209	5,5	77,1
TOTAL	1.712	100	3.210	100	87,8	3.804	100	18,0

FONTE SEEC/MEC - Estatística da Educação Nacional - 1960/71
CODEAC/DAU/MEC - Catálogo Geral das IES - 1973 - Dados
Projetados

— *Fortalecimento do Sistema Universitário*: O fortalecimento das instituições - em grande parte decorrente do sucesso com que sejam implementadas as medidas de ordenamento e reorientação da oferta de oportunidades educacionais de nível superior contou, ainda, com a manutenção do ritmo com que se tem procurado resolver os principais problemas e estrangulamentos que afligem as instituições de ensino superior.

Através do projeto prioritário Assistência Financeira a Instituições não Federais, foram beneficiadas, no exercício, 1.975 entidades, envolvendo um total de recursos da ordem de Cr\$ 169 milhões.

O projeto tem enfatizado o apoio às universidades em consonância com a política de fortalecimento dessas instituições. Comparado ao ano de 1975 (Quadro VI), o número de instituições beneficiadas pelo projeto apresenta decréscimo, o que se justifica pela decisão do mesmo de não pulverizar recursos.

Quadro VI — Projeto Prioritário Assistência Financeira às IES Nao Federais, Discriminação do Número de Instituições Beneficiadas e do Total de Recursos Financeiros Alocados ao Projeto - 1975/1977

ESPEC. ANO	INSTIT.	RECURSOS EM Cr\$	CRESC. ANUAL (%)
1975	98	101.222.700	5,7
1976	65	107.000.000	57,9
1977	75	169.000.000	

FONTE: CODEOR/DAU

O crescimento do Programa de Crédito Educativo tem representado importante fator de estabilização do sistema de ensino privado, na medida que, a par dos benefícios para o aluno, significa garantia de regularidade do fluxo de receita própria das instituições.

O orçamento das instituições federais evoluiu de Cr\$ 5,7 bilhões, em 1976, para Cr\$ 9,7 bilhões em 1977, o que representa um acréscimo percentual da ordem de 71,5%.

- *Melhoria da Qualidade do Ensino:* A melhoria da qualidade do ensino vem, aos poucos, assumindo a liderança nas preocupações e esforços desenvolvidos pelo Departamento, principalmente na medida que os resultados das políticas e diretrizes, já mencionadas, começam a ser alcançados.

Os quadros docentes vêm sendo renovados e ampliados com satisfatória margem de sucesso; a pesquisa científica fundamental e aplicada vem sendo incentivada a cada dia com mais intensidade; currículos são revistos e atualizados; técnicos vêm sendo permanentemente treinados, no Brasil e no exterior; assessoramento e consultoria externa têm sido freqüentemente utilizadas; a integração universidade-comunidade e escola-em presa vem sendo institucionalizada; avaliações de cursos vêm sendo permanentemente realizadas pelas comissões e grupos setoriais.

A evolução do corpo docente é representativa, principalmente no setor universitário. Nos 5 anos considerados (1972/77), o pessoal docente das instituições de ensino superior cresceu 60%, para o total do País, sendo mais relevante a expansão nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

No mesmo período, a expansão do número de docentes com mestrado e doutorado cresceu a um significativo percentual (133%), assim como o número de docentes em tempo integral (95%).

QUADRO VII - Distribuição Regional do Corpo Docente, Segundo o Regime de Trabalho e o Nível de Qualificação — 1972 e 1977

REGIÃO	1972							1977						
	T.I.	T.P.	S-Grad.	Aper. et. ou Esp.	Mestr.	Dout.	Total	T.I.	T.P.	S-Grad.	Aper. et. ou Esp.	Mestr.	Dout.	Total
Norte	194	1.143	896	288	20	36	1.337	867	2.312	1.084	845	185	165	2.579
Sudeste	7.388	3.701	8.823	2.822	385	538	9.006	3.393	11.018	5.726	5.125	1.685	875	14.411
Sul	6.429	23.253	13.447	9.635	2.759	4.471	36.312	8.072	43.962	23.976	12.853	7.533	7.580	52.834
Centro-Oeste	1.833	8.660	4.982	5.095	631	588	11.361	3.490	13.188	7.977	5.630	1.686	1.776	16.929
Centro-Sul	584	1.725	1.497	1.031	268	186	2.319	2.031	4.513	2.387	920	481	1.465	5.544
TOTAL	10.958	45.130	28.236	18.971	4.364	5.876	68.278	19.957	73.989	43.762	28.182	11.870	11.627	93.446

Os esforços desenvolvidos para a melhoria da qualidade do ensino, através dos programas de construção e melhoria dos *campi* universitários e de pós-graduação, são descritos, neste documento, em relatórios específicos do Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU) e da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

— *Aperfeiçoamento dos Métodos de Gestão Administrativa*: O aperfeiçoamento do processo de gestão assumiu, neste último exercício, lugar de destaque nas preocupações do Departamento. Aos poucos vem se alicerçando a convicção de que o fortalecimento das instituições e a melhoria da qualidade do ensino serão alcançados na medida que a administração universitária alcance nível gerencial capaz de estabelecer melhor articulação dos recursos disponíveis, sobretudo para otimizar, quantitativa e qualitativamente, o uso dos fatores de produção existentes.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

Além das atividades já descritas na primeira parte deste relatório, ressaltam-se as desenvolvidas através de projetos prioritários constantes do II Plano Setorial de Educação e Cultura.

- Implantação de Cursos de Curta Duração

A execução do projeto, iniciada em 1973, conta hoje com um total de 111 cursos em andamento junto a instituições de nível superior, envolvendo 23 entidades da rede oficial e 22 entidades privadas. A maioria foi implantado pelo DAU e os demais criados com sua aprovação. Dos 111 cursos, 63 são da área de Tecnologia, 28 da área de Agricultura, 12 da área de Saúde, e 8 de outras, cobrindo uma matrícula de mais de 5.000 alunos.

Durante o triênio 75/77, houve a seguinte evolução, quanto aos cursos implantados:

1975—foram implantados 30 cursos, correspondendo a um total de 1.200 novas vagas;

1976—foram implantados 29 cursos, correspondendo a um total de 1.160 novas vagas;

1977 —foram implantados 7 cursos, correspondendo a 280 novas vagas.

Para o exercício de 1977, a dotação do projeto foi de Cr\$ 8 milhões aplicados em 11 instituições.

— Integração Escola- Empresa- Governo

A execução física do projeto, diluída nas instituições de ensino superior não possibilitou, ainda, uma avaliação quantitativa em termos de produto final, contudo em termos qualitativos tem-se sentido repercussões favoráveis, dentro e fora das instituições.

Em 1975, o projeto estava em execução pelo Instituto Euvaldo Lodi. Em 1976 passou a ser desenvolvido pelas instituições de ensino superior. No exercício de 1977, o projeto teve-se à implementação de cursos integrados, apoio à pesquisa tecnológica e estágios supervisionados.

— Assistência Técnica às Instituições Federais de Ensino Superior

Até o final de 1976 a assistência às IES se fazia através de 8 núcleos de assistência técnica (NATs) que atuavam junto às universidades, realizando consultorias, cursos e orientando estágios.

A Portaria nº 121, de 5/10/76, da Direção-Geral do DAU, instituiu as mudanças que foram efetivamente implementadas em 1977, substituindo os NATs pelas equipes-projetos, cujo objetivo é o de prestar assistência técnica às instituições, sanando as dificuldades encontradas na implantação da Reforma Universitária.

No decorrer de 1977, foram financiados 29 projetos com aplicação de Cr\$ 8 milhões.

Ainda no exercício de 1977, foi publicada a primeira edição do Cadastro de Especialistas em Assistência Técnica ao Ensino Superior, incluindo 800 técnicos.

Vários programas vêm, ainda, sendo desenvolvidos nessa área, destacando-se entre eles: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Sistemas de Informações Gerenciais; Programa Nacional de Planejamento Universitário e Apoio à Implementação do Sistema de Geração de Orçamento em Tempo Real.

- Assistência Financeira às instituições de Ensino Superior (IES) não Federais

Durante o exercício de 1977, foram protocolados na Coordenação de Orçamento 134 processos de pedidos de auxílio financeiro solicitados pelas IES não-Federais, totalizando esses pedidos em Cr\$ 445,4 milhões. Dos 134 processos, foram atendidos cerca de 111 pedidos, beneficiando 75 entidades, totalizando Cr\$ 169,2 milhões conforme o seguinte demonstrativo:

Quadro - VIII

Em Cr\$ 1.000.00

Grupos	Fontes	Nº de Ent.	DAU	FNDE	SEG	TOTAL
1	Universidades	22	63.300	50.700		114.000
2	Área de Ciênc. Médicas	15	15.000	13.000	-	28.000
3	- Fund, e/ou Inst, com mais de 1 Curso	20	4.870	10.800	-	15.670
4	- Área Ciênc. Agrárias	2	-	1.200	-	1.200
5	Área Ciênc. Humanas	9	750	2.500	2.250	5.500
6	- Inst. Pesquisas	3	-	1.100	-	1.100
7	- Área de Tecnologia	4	3.780			3.780
TOTAL		75	87.700	79.300	2.250	169.250

- Integração das Universidades nas Comunidades

No exercício de 1977, o projeto promoveu supervisão e prestou assessoramento às seguintes instituições de ensino superior: Fundação Universidade do Maranhão, Universidade Federal do Pará, Fundação Universidade Federal do Acre, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Campus Avançado de Parintins), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Campus Avançado de Benjamin Constant), Fundação Universidade do Amazonas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Fluminense (projetos avançados de Óbidos, Oriximiná e Jurity), aplicando Cr\$ 21 milhões, o que representa um crescimento de 250% em relação a 1976.

Além dos esforços desenvolvidos através da ação dos projetos prioritários, bastante significativa foi a atuação das coordenações, comissões e grupos setoriais do Departamento.

III - Execução Financeira

Cf» 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários c Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem	E.G.U	4.480	4.480	5.700	5.700	6.500	6.334	7.500
	Tesouro							
	Subtotal	4.480	4.480	5.700	5.700	6.500	6.334	7.500
Reformulação de Currículos para o Ensino Superior	Tesouro	1.000	450	1000	1.000	1.100	1.048	1.500
Integração Escola-Empresa-Governo	Tesouro	4.500	4.500	4.600	4.500	5.500	5.500	6.500
Integração das Universidades nas Comunidades	Tesouro	6.500	6.500	15.000	6.000	8.500	8.500	10.000
	PIN					11.692	11.892	
	Subtotal	6.500	6.500	15.000	6.000	20.192	20.102	10.000
Implantação de Cursos de Curta Duração	Tesouro	6.600	6.600	10.687	18.387	10.000	10.000	10.000
Cooperação Técnica às Instituições Federais de Ensino Superior	Tesouro	4.308	3.995	5.090	6.251	8.000	8.000	9.000
Cooperação Financeira às Instituições Privadas de Ensino Superior	Tesouro	51.223	51.059	77.000	77.000	87.700	87.700	146.670
	SEPLAN FNDE S.- Geral			30.000	30.000		79.300 2.260	
	Subtotal	51.223	51059	107.000	107000	87.700	169.250	146.670
Construção e Instalação de Campi Universitários	L.Rhoades BID/IAS/F DAE/ SEPLAN	298.802	288.351	641.974	215.900	1.725.261	417.634	1.692.279
Expansão e Melhoria dos Cursos de Pós-Graduação	Tesouro	159.337	115.102	129.900	232.136	142.448	136.713	353.250
Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Superior	Tesouro	4.000	3.178	2.860	2.820	-	-	-
Diagnóstico do Comportamento das Atividades Educacionais	Tesouro	1.000	1.000	1.000	1.000	1.574	1.574	3.000
Manutenção de Cursos de Mapeamento Geológico	Tesouro	330	330	360	350	700	700	1.200
Formação de Meteorologistas	Tesouro	600	600	850	850	-	-	-
Apoio ao Desenvolvimento de Cursos de Ciências Agrárias	E.G. U.	11.240	30.000	14.000	14.000	15.000	30.000	30.000
	Tesouro SUBIN FNDE						78.101 3.240 20.500	22.349
	Subtotal	11.240	30.000	14.000	14.000	15.000	131.841	52.349
Manutenção de Serviços Hospitalares	Tesouro	-	-	7.825	7.825	-	-	-
Apoio ao Desenvolvimento do Ensino	E.G. U.	-	-	92.175	81.246	-	-	155.700
Expansão do Ensino	E.G. U.	80.000	85.600	-	-	-	-	-
Administração do Ensino	Tesouro	-	-	-	-	323.102	323.102	-
Manutenção do Ensino	Tesouro	-	-	-	-	559.760	559.760	-
Apoio Financeiro aos Hospitais do Sistema de Ensino Superior Federal	EGU	24.600	24.500			-		
Coordenação e Supervisão do Ensino	Tesouro	10.897	11.399	11.830	14.181	21.042	19.898	21.095
T O T A L		669.317	637.644	1.051.741	719.146	2527.877	1.811.548	2.370.043

IV — Conclusão

Concluindo, pode-se afirmar que é inegável que o ano de 1977 registrou passos decisivos, dados no sentido de aprimorar a qualidade do ensino superior e, conseqüentemente, de colocá-lo mais condizente com os objetivos perseguidos: definiram-se novas normas e critérios de expansão do ensino; chegou-se, com relação aos exames vestibulares, a inovações mais pertinentes com a nossa realidade escolar; realizaram-se estudos que definiram a autarquia em regime especial e lhe trarão maior autonomia e flexibilidade; incentivou-se sobremaneira o conjunto de programas que visam à capacitação docente e à melhoria dos estudos de pós-graduação; caminhou-se decididamente no sentido de se obter maior diversificação do leque de ofertas de cursos, com ênfase nas áreas de Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas; a rede de estabelecimentos isolados pôde receber orientação e apoio técnico mais sistemático.

COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

I - Apresentação

A Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) executou durante o ano de 1977 tarefas que objetivam o cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação e a melhoria dos ensinos de graduação e pós-graduação.

As atividades tradicionais de distribuição de bolsas tiveram substancial incremento, tanto para o País como para o exterior, mantendo-se estável o apoio financeiro ao Sistema Nacional de Pós-Graduação. Apesar de não haver expansão real, do ponto de vista financeiro, para auxílios, outros mecanismos atuaram sobre o Sistema, produzindo resultados significativos para a sua institucionalização e consolidação.

Algumas dessas tarefas têm especial significado, por serem parte de um conjunto maior, consubstanciando-se através de ações complementares dos vários órgãos que participam do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

As principais atividades executadas pela CAPES, no decorrer de 1977, foram desenvolvidas através dos:

- Programa de Bolsas de Estudo
- Programa de Auxílio Institucional - Projetos Especiais

- *Programa de Bolsas de Estudo*: dentro da política de fomento à pós-graduação brasileira, foram implementados pela CAPES o Subprograma de Bolsas no País (com as bolsas de Demanda Social e o Programa Institucional de Capacitação de Docentes) e o Subprograma de Bolsas no Exterior.

O Subprograma de Bolsas no País, durante o ano de 1977, o Programa de Bolsas no País concedeu 5.581 bolsas de estudo, correspondendo a 5.015 para mestrado; 566 bolsas para doutorado. Deste total, 2.550 foram distribuídas através da Demanda Social e 3.031 pelo Programa Institucional de Capacitação de Docentes.

As bolsas da Demanda Social são atribuídas aos cursos de pós-graduação, re-

comendados pelas comissões de consultores da CAPES, e visam a beneficiar candidatos sem vínculo empregatício com instituições de ensino superior. Este programa atende, diretamente, às metas fixadas do Plano Nacional de Pós-Graduação e representa um estímulo à formação de pesquisadores e técnicos de alto nível, além de contribuir para a formação de recursos humanos capazes de serem absorvidos pelo sistema universitário.

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), no seu terceiro ano de existência, caracteriza-se como um programa que tem como objetivo geral a qualificação de docentes ou futuros docentes das instituições de ensino superior, através da formação a nível de mestrado e de doutorado. Foi ele concebido não apenas visando à concessão de bolsas, mas também como uma nova experiência em termos de planejamento educacional, que garante o atendimento aos objetivos básicos delineados no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Tem como interessado principal a própria instituição de ensino superior, que é responsável pela elaboração e execução dos planos plurianuais e dos projetos anuais específicos, obedecendo as diretrizes e normas emanadas da CAPES e com o apoio de assessorias regionais.

Em 1977, foram distribuídas pelo PICD 1.672 bolsas de estudo para treinamento no País, sendo 1.420 para mestrado e 252 para doutorado, além da renovação de 1.352 bolsas de mestrado e doutorado, em 60 instituições (35 federais, 7 estaduais, 2 municipais e 16 particulares).

O quadro a seguir mostra a distribuição de bolsas no País, incluindo o programa de Demanda Social e o PICD.

PROGRAMA DE BOLSAS NO PAIS

Distribuição de Bolsas Concedidas, em 1977, por **Área de Conhecimento - Inclui Demanda Social e PICD**

Especificação	Novas				Sub-total	Renovações				Sub-total	Total
	DS		PICD			DS		PICD			
	M	D	M	D		M	D	M	D		
Educação	75	01	157	03	236	179	02	87	04	272	508
Ciências Exatas	101	14	182	67	364	325	37	231	39	632	996
Ciências Biológicas	96	07	89	41	233	181	13	127	33	354	587
Ciências Sociais	85	07	178	36	306	240	18	147	15	420	726
Profissões Técnicas	63	04	133	23	223	181	14	98	06	299	522
Profissões da Saúde	124	09	278	25	436	246	18	196	13	473	909
Profissões Sociais	51	03	161	18	233	112	08	157	09	286	519
Profissões Agroindustriais	63	04	105	27	199	110	08	71	05	194	393
Letras e Linguística	23	02	137	12	174	115	09	107	11	242	416
Artes	02	-	-	-	02	-	-	02	01	03	05
TOTAL	683	51	1420	252	2406	1689	127	1223	136	3175	5581

O Subprograma de Bolsas no Exterior: O Programa de Bolsas no Exterior, pelos seus resultados, assume a dimensão de uma das mais importantes atividades da CAPES. Os titulados por este programa constituem a massa crítica indispensável para consolidação dos cursos de mestrado e doutorado ao mesmo tempo que possibilitam condições para produção intelectual que resulta em desenvolvimento científico e tecnológico. O processo de seleção é conduzido diretamente pela CAPES e beneficia principalmente candidatos docentes.

Conforme pode ser verificado no quadro abaixo, foram renovadas 357 bolsas e concedidas 301 novas, num total de 658 concessões, das quais 80%, aproximadamente, cobertas com recursos da SEPLAN/PR.

BOLSAS NO EXTERIOR
Distribuição de Bolsas Concedidas, em 1977,
por Área de Conhecimento

Especificação Áreas	Renovações				Sub-total	Novas				Sub-total	Total
	E	M	D	PD		E	M	D	PD		
Educação Ciências Exatas		17 2	36		54	1 3	14 1	33	2 5	48 42	102
Ciências Biológicas Ciências	1 1	3	52	1 2	55	1 1	2 8 1	36	1 1	23 53	97 45
Sociais Profissões Técnicas	2 1	1	21		22	2 4	10	15	5 1	28 34	121
Profissões de Saúde		10	63	1	68	2	12 2	43	1	32 15	76 64
Profissões Sociais Profissões		9	47		48		3 2	24		21 5	76 31
Agroindustriais Letras e		4 1 4	17	1	30			15			35 11
Linguística Anes			34		44			17			
			11		16			12			
			13 2		14 6			18 3			
TOTAL	5	51	296	5	357	14	55	216	16	301	658

- *Programa de Auxílio Institucional*: em complementação ao Programa de Bolsas de Estudo e atendendo às diretrizes do PNPGE, que objetivam a progressiva consolidação dos cursos de pós-graduação, a CAPES aloca recursos para auxiliar a institucionalização, no âmbito universitário, dos cursos de mestrado e doutorado.

Com base nas análises elaboradas pelas comissões de consultores, a CAPES distribui recursos financeiros às pró-reitorias de pesquisas e pós-graduação, para que sejam aplicados no fortalecimento dos programas de mestrado e doutorado: contratação de professores-visitantes estrangeiros, pagamento de serviços de terceiros e despesas gerais de custeio.

No exercício de 1977, foram aplicados Cr\$ 61 milhões conforme quadro a seguir:

AUXILIO INSTITUCIONAL

Distribuição dos Recursos Financeiros Destinados ao Programa de Auxilio Institucional, Segundo as Fontes

Fontes	FAPES	SEPLAN	FINEP	CENESP	FNDE	Valor Cr\$
Recursos	7.477.835.	14.545.000.	35.973.431.	1.362.800.	1.800.000.	61.159066.

- *Projetos Especiais*: neste grupo são citados os projetos regionais e setoriais (projetos Nordeste, Educação, Letras e Linguística e Enfermagem); Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES); Projeto Subsistema de Informação e Documentação Educacional (SIDE); Projeto Biblus (de apoio às universidades federais do Nordeste); projeto em convênio com o Centro de Educação Especial (CENESP); projeto em convênio com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) e projeto em convênio com a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN).

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades da Administração do Órgão	de	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Administração - CAPES	Tesouro	4.922	-	11.137	-	10.216	7.355	34.601
	FAPES	5.249	8.602	7.447	14.146	14.521	7.441	-
	FNDE	-	-	-	-	6.700	5.997	-
	PREMEM/BIO	-	-	-	-	400	44	-
	PREMEM/BIRD	-	-	-	-	450	44	-
	Subtotal	10.171	8.602	18.584	14.146	32.287	20.881	34.601
Administração - Convênios	CENESP	-	-	100	99	-	-	-
	PNTE	-	-	487	152	1.335	1.128	-
	PREMEN	-	-	200	199	-	-	-
	Subtotal	-	-	787	450	1.335	1.128	-
Concessão de Bolsas para Estudos no País	M. Trabalho	-	-	-	-	36	-	-
	Tesouro	50.884	-	118.937	-	142.446	137.904	184.354
	SEPLAM	6.100	55.474	23.285	-	-	-	-
	FAPES	-	-	30.984	-	5.971	5.971	-
	CENESP	-	-	264	158.057	-	-	-
	FINEP	-	-	-	-	65.127	63.243	-
	PREMEN	-	-	-	-	74	30	-
	Subtotal	56.984	55.474	173.470	158.057	213.654	207.148	184.354
Concessão de Bolsas para Estudos no Exterior	PREMEN/BID	-	-	-	-	-	-	-
	SEPLAN	19.700	-	29.862	-	-	-	-
	FINEP	8.347	24.072	1.513	-	81.070	44.560	-
	PNTE	-	-	2.762	-	2181	2180	-
	PREMESU	-	-	1.968	22.096	5.375	4.280	-
	CENESP	-	-	-	-	1.117	657	-
	FNDE	-	-	-	-	2.900	2.738	-
	DAU/PEAS	-	-	-	-	2.500	2.323	-
	FNDE/DED	-	-	-	-	146	131	-
	FAPES	-	-	-	-	10.407	1.079	-
	PREMEN/BIRD	-	-	-	-	5.616	-	-
	Tesouro	-	-	-	-	-	-	76.680
	Subtotal	28.047	24.072	36.105	22.096	115.332	58.164	76.680
	Auxílio aos Programas de Pós-Graduação	Tesouro	15.452	-	10.962	-	-	-
FINEP		1.918	-	-	-	43.538	37.300	-
SEPLAN		64.200	42.580	31.852	-	-	-	-
FAPES		-	-	8.371	-	9.269	5.800	-
PREMEN		-	-	796	-	-	-	-
DAU		-	-	1.000	-	-	-	-
FNDE		-	-	1.860	54.842	1.800	1.800	-
CENESP		-	-	-	-	1.362	1.132	-
FND		-	-	-	-	14.545	14.545	-
SUBIM		-	-	-	-	2.469	229	-
Subtotal	81.570	42.580	54.841	54.842	72.983	60.806	92.215	
Levantamento da Situação da Pós-Graduação	EGU.	3.000	706	-	-	-	-	-
Amortização - Empréstimo								
BNDE/BID	Tesouro	2.187	2.187	2.483	2.483	3.297	3.297	4.394
TOTAL		181.959	133.621	286.270	252.074	438.888	351.424	392.244

IV — Conclusão

A CAPES, durante o ano de 1977, procurou desempenhar seu papel de órgão do MEC responsável pela execução das atividades de capacitação de pessoal de nível superior, em consonância com as diretrizes gerais fixadas pelo Plano Nacional de Pós-Graduação e integrada com o Departamento de Assuntos Universitários (DAU), desenvolvendo múltiplas atividades que visam a atender às necessidades desse nível de ensino, através de programas específicos. Essa atuação é articulada com as dos demais órgãos integrantes do Conselho Nacional de Pós-Graduação, do qual emanam as diretrizes nacionais.

Podem ser mencionadas como atividade principal a consolidação do Programa Institucional de Capacitação Docente e a elevação do padrão de qualidade dos cursos existentes no País, medida através do crescimento de demanda aos mestrados e doutorados, bem como a apresentação de maior número de teses.

Para 1978, a perspectiva é da consolidação orçamentária da CAPES, em face do real crescimento das disponibilidades com que poderá contar dentro do próprio MEC. Até o último exercício, o órgão tinha cerca de 70% de seu orçamento financiados por outros órgãos governamentais, através de convênios.

PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

I — Apresentação

O Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura elaborou o projeto prioritário Construção e Instalação de Campi Universitários, procurando dinamizar e acelerar o processo de implantação da Reforma Universitária brasileira e visando a desenvolver uma universidade polivalente e multifuncional, que proporcione formação técnico-profissional ampla e variada, compatível com as exigências de um acelerado processo de desenvolvimento sócio-econômico.

Em 1974, o sistema federal dispunha, a nível universitário, de 1.590.000m² de área construída, para atender a uma população escolar de cerca de 213.600 alunos.

Em dados de 1977, considerando-se o conjunto dos programas já desencadeados e os que deverão ser implementados a partir de 1978 até 1979, o Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior (PREMESU) deverá ter possibilitado a construção de 1.208.077m² de novas edificações, conclusão de 215.612m² e a recuperação e adaptação de 141.278m².

Este quadro assume especial significado se for comparado com a população escolar que será atendida, cuja previsão para 1979 é de 340.000 matrículas no sistema federal, o que resultará na disponibilidade de 9m² por aluno. Se por um lado os números não refletem uma situação ideal, considerando-se a relação área/aluno, por outro possibilitarão um sensível aperfeiçoamento na operacionalidade do sistema, porque serão áreas construídas dentro dos *campi* universitários, sendo possível com isso a eliminação dos deslocamentos irracionais a que o alunado estava submetido.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Em 1977 foram implementados 7 programas de desenvolvimento físico, que beneficiaram 76 instituições de ensino superior e 1 escola técnica federal, especializada, abrangendo um total de 38 instituições federais, 10 instituições estaduais, 3 municipais e 26 particulares.

Essas ações foram desencadeadas através do:

- *Programa PREMESU II*, que se destina à importação de equipamentos

para as instituições de ensino superior, visando a dotá-las de instrumental moderno e de condições para elevar o nível de capacitação, bem como melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa.

- *Programa de Emergência*, com vistas a sanar problemas específicos nas universidades federais da Bahia e Fluminense.

— *Programas Especiais*, direcionados à implantação dos *campi* das universidades federais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, cujos portes exigem do MEC uma ação mais direta.

— *Programação MEC/F AS - I*, que se destina à implantação dos *campi* das universidades federais do Paraná, de Pernambuco, do Piauí, de Santa Catarina e de Santa Maria, dentro da 2º etapa do Programa Desenvolvimento Físico de *Campus* de Universidades Federais.

- *Programa PREMESU IV*, cujo objetivo é o de desenvolver um conjunto de ações integradas em 7 instituições de ensino superior, envolvendo recursos para a construção de obras de edifícios e infra-estrutura, aquisição de equipamento, material didático, livros e móveis.

- *Programa PREMESU V*, direcionado a suprir as instituições de ensino superior com equipamentos passíveis de serem fornecidos pela indústria nacional.

— *Programa de Conclusão e Melhoramento de Hospitais de Ensino*, que se destina a fornecer às instituições de ensino superior recursos materiais para a melhoria dos níveis de rendimento do ensino da área Biomédica, assim como promover o aumento do número de leitos em relação à população usuária dos recursos hospitalares, que servem ao ensino superior.

III- Execução Financeira

Cr\$1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Construção e Instalação de Campus Universitário - Programa PREMESU II	Op. Créd. Ext. em Bens e Serviços (L. Europeu)	76.429	46456	73.847	11.595	103.356	17.494	127 715
Programa de Fabricação Nacional -PREMESU V	Op. Créd. Ext. (L.R) S. E. Ant. e Rest. Alien. Equip.	8017 600	6.027 800	1.300 9.999	1528 6099	5089 18.200	4799	9.000
	Subtotal	8.617	6627	11 199	7627	23.289	4.799	9000
Programas Especiais	E.G.U. Tesouro O Créd Int. FAS	86.600	116600 5 100	110.400	40.000 1.600	70 400	70.400	132.900
	Subtotal	86 600	121 700	160.400	41500	190 400	70.400	132.900
Programa de Emergência	ECU O.Créd. Int. (FAS) Saldo O. Créd. Int. Taxa Adm FDAE	15.000	13.500	1.500 59 745 538 20 000	1500 29 985 536 20 000	25 208 15.119	24891 15.119	-
	Subtotal	15000	13.500	81 781	52 021	40.327	40.010	-
Programa MEC/FAS 1	O. Créd Int.	-	-	79.650	-	371 769	48.665	310.322
Programa MEC/FAS II 13ª(Etapa)	O. Créd Int	-	-	-	-	-	-	245.515
Programa MEC/FAS III (4ª Etapas)	O. Créd Int.	-	-	-	-	-	-	194978
Construção o Instalação do Campus Universitário AC- MEC/BID. Programa PREMESU IV Obras Equip. Móveis e Materiais	S O. Cred. Ex S O Créd Ini. R.Rep.Div.	-	-	84.113 150.265	86 588	191687 386 897 3.616	107.284	133.861 437.988
	Subtotal	-	-	234378	86.588	582.200	107.284	571849
Assistência Técnica às Inst. Federais de Ensino Superior Ac MEC/BID Assist. Téc. PREMESU IV	O. Créd Ext. O. Créd Int.	-	-	2432 319	-	1984 383	383	885 378
	Subtotal	-	-	2761	-	2.367	383	1.261
Capacitação da Pessoal Docente - Ac MEC/BID	O. Créd En	-	-	1.971	2.289	3.993	2.791	3 003
Construção • Instalação de Hospitais Universitario»	S O. Créd. Int O. Créd Int	-	-	52.500	37.076	12.756 222.095	1748 145 317	76820
	Subtotal	-	-	52.500	37.076	234 851	147 065	76.820
Ree de Hospitais Universitarios	O Cred Int.	-	-	52.264	-	182.452	84.404	152.550
Fabricação de Equipamentos Nacionais	O Créd Int	-	-	-	-	4.000	3957	-
Coord. e Planej. da Expansão das Inst. do Ensino Administração do PREMESU	O. Créd. Ext. S Ext Ant Alien. Equip Convenio Tesouro O Créd Eut. O Créd Int (FAS) R. Rep Div	1 769 591 620 1930	1 589 591 520 1892	2 525 15 000 729 11647 10221	1.007 2 769 5.608 883	2036 10000 11.641 12 552 42 664 1525	1 796 1 65 0 7907 2 64 5 6794 88	16.831 6.251 10 449
	Subtotal	4 910	4 672	46 622	10 722	80 418	20 880	33531
TOTAL		191556	191 955	797 353	249398	1 819.422	548 132	1 859 444

DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO I —

Apresentação

Durante o ano de 1977, o Departamento de Ensino Supletivo (DSU) envidou esforços na consolidação das principais políticas e diretrizes recomendadas na Estratégia Nacional para o Ensino Supletivo, a qual norteou suas principais ações.

Assim, foram realizados 106 convênios com entidades oficiais e privadas, aplicando cerca de Cr\$ 106,3 milhões, o que representou 90% de sua dotação orçamentária.

Os principais tópicos de atuação do DSU foram:

- *Exames Supletivos de Educação Geral*: foram realizados pelas secretarias de Educação e atenderam a 500.000 pessoas, em nível de 1º e 2º graus;

- *Centro de Estudos Supletivos*: os 26 centros atenderam a cerca de 15.000 pessoas, utilizando metodologia de ensino personalizado que permite a conclusão de grau, de acordo com o ritmo próprio do aluno;

- *Projeto Logos*: destinado à habilitação de professores leigos, atendeu a cerca de 25.000 professores, em mais de 300 municípios dos Estados da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraná e Rondônia;

- *Capacitação de Recursos Humanos*: foram preparados 3.500 técnicos e docentes visando à implantação e ao aperfeiçoamento do ensino supletivo;

- *Programa do Livro Didático—Ensino Supletivo (PLIDESU)*: foram produzidos e distribuídos, pela FENAME, 286.000 módulos de ensino de Matemática às unidades da Federação;

- *Movimento de Educação de Base (MEB)*: foram atendidas 220.000 pessoas da zona rural, visando à promoção educacional.

Também foi implantado o Projeto de Preparação Supletiva para a Saúde Previdenciária (PRESSP), a partir de um acordo triplice entre o MEC/MPAS e MTb, visando ao atendimento, através de cursos e exames, a 220.000 profissionais da saúde previdenciária, em 13 modalidades técnicas.

Além do atendimento direto às pessoas, outras medidas importantes foram tomadas, tais como:

- implantação do Sistema de Certificação, em todo o País, através da utilização de certificados padronizados, sendo 200.000 o número de certificados distribuídos;

- implantação do Cadastro Nacional de Entidades que atuam na área do ensino supletivo, sendo cadastrados mais de 5.000 instituições e 7.000 cursos;

- realização de diversas pesquisas aplicadas, merecendo destaque os cursos por correspondência.

Todas as ações programadas e realizadas pelo DSU têm as seguintes implicações sociais, econômicas e políticas:

- ampliação de oportunidades educacionais;
- maior credibilidade no ensino supletivo, e rentabilidade dos recursos aplicados;
- contribuição às oportunidades de mobilidade social e ao desenvolvimento do mercado de trabalho e certificação profissional;
- minimização do estímulo à migração interna de candidatos aos exames.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Execução Física dos Projetos

O projeto de Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Supletivo é resultado de convênio celebrado entre o DSU e o CETEB, para o qual foram repassados Cr\$ 6,1 milhões, propiciando treinamento de: 3.065 docentes para suplência; 233 técnicos entre administradores, planejadores e supervisores; 129 técnicos para centros de estudos supletivos; e 64 técnicos para funções de qualificação.

Pelo projeto de Cooperação Técnica e Financeira às Unidades da Federação na Área do Ensino Supletivo, o DSU promoveu:

- apoio técnico a 22 secretarias de Educação e complementação salarial a 229 técnicos de 22 unidades da Federação;
- edição e distribuição de 286.000 módulos de ensino a 25 secretarias de Educação;
- financiamento a 29 projetos de 16 secretarias de Educação, na área do ensino supletivo;
- apoio técnico a 2 projetos financiados com recursos da SUDAM, nos territórios de Roraima e Amapá;
- publicação e distribuição dos exemplares seguintes: 6.000 de 1 caderno de ensino supletivo; 400 da *Sistemática Operacional 177*; 1.000 do *Sistema de Registro de Diplomas e Certificados*; 2.000 de pareceres e estudos da Coordenação de Legislação e Normas de Ensino, 500 do *Modelo de Apresentação de Projetos*; 1.000 do *Relatório Geral de 1976*. 1.000 do *Relatório Geral de 1975*, 500 do documento de *Abordagem de Sistema Aplicada ao Planejamento de Projetos Educacionais*; 6.000 da *Estratégia Nacional do Ensino Supletivo*; e 10.000 trifolios;
- produção e testagem de 20% dos materiais educativos referentes a 2 cursos na área de Qualificação Profissional - Setor Primário, produzidos pela FEPLAN;
- produção de 1.665 diafilmes;
- apoio técnico e financeiro à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa para produção do Projeto Conquista, em nível de 1.º grau;
- doação de 1.800 coleções de módulos de ensino a 8 unidades da Federação e distribuição de 4.900 coleções a mais 3 secretarias de Educação.

O DSU, pelo projeto de Cooperação Técnica e Financeira às Instituições Pri-vadas, na Área do Ensino Supletivo, apoiou técnica e financeiramente 3 projetos voltados para o atendimento de adolescentes e adultos, num total de 4.100 indivíduos, concentrados em áreas carentes de atendimento. Dentre os quais o executado pelo

Movimento de Educação de Base (MEB), que atendeu a 220.221 adolescentes e adultos.

Através do projeto de Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo de Ensino-Aprendizagem para o Ensino Supletivo, foi concluído um projeto de pesquisa visando à estruturação de um Sistema de Informações para o Ensino Supletivo, além de ter implantado o Sistema Nacional de Identificação de Entidades que atuam no ensino supletivo.

Além disto, financiou e executou 2 projetos de pesquisas, um no Rio de Janeiro e outro no Paraná.

Também merece referência a atuação do DSU através do projeto de Qualificação e Habilitação Profissional.

Para execução deste projeto, foram firmados 18 convênios com as unidades da Federação para realização de exames de Suplencia Profissionalizante, abrangendo várias modalidades técnicas. Dos exames já realizados, foram habilitados 2.476 profissionais, perfazendo um total de 5.227 o número de profissionais habilitados até o premente momento.

Ainda para execução desse projeto foram firmados convênios com o Paraná, o Maranhão e o Distrito Federal para realização de cursos que atendessem aos 3 setores da economia; também com o Estado de Goiás, visando á habilitação de professores leigos, sendo que dos 3.978 inscritos, 1.631 já concluíram o curso. Foram, ainda, complementados os salários de técnicos de 23 secretarias de Educação, que atuam na área de Qualificação Profissional.

Dentre as várias inovações ocorridas durante o exercício de 1977, merecem menção as seguintes:

- implantação de projetos com inovações metodológicas nas áreas de Saúde Previdenciária e Desportos;
- implantação do Sistema Nacional de Identificação de Entidades;
- implantação do Sistema Nacional de Certificação;
- inclusão da prova de redação nos exames supletivos de Educação Geral pelas secretarias de Educação;
- proposição de novas diretrizes aos exames de Suplencia Profissionalizante;
- pesquisa, visando ao acompanhamento dos egressos dos exames de Suplencia Profissionalizante;
- supervisão ao Projeto Minerva;
- cooperação técnica para troca de experiências pelos estados;
- abertura de novo mercado para o livro didático no País - PLIDESU;
- cadastramento de mais de 5.000 instituições e 7.000 cursos na área do ensino supletivo;
- unificação de datas de realização de exames supletivos, por peculiaridades regionais e conveniências estaduais;
- definição de objetivos terminais em nível de 1º grau;
- catalogação de bibliografia técnico-profissional;
- cursos de atualização em Língua Portuguesa para docentes que atuam no ensino supletivo;
- cursos ministrados à distância, utilizando inovações metodológicas, com baixo custo/aluno e maior rentabilidade.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo de Ensino	Sal-Ed.	—	7.186	—	—	—	—	33.500
	Lot. Esp.	7.300	7.186	17.001	26.356	27.491	25.808	—
	Subtotal	7.300	7.186	17.001	26.356	27.491	25.808	33.500
Capacitação de Recursos Humanos	Tesouro	—	—	—	—	—	—	8.000
	Lot. Esp.	2.850	2.756	2.960	2.801	6.900	6.550	—
	Subtotal	2.850	2.756	2.960	2.801	6.900	6.550	8.000
Assistência Técnica e Financeira a Unidades da Federação	To/Sal. Ed.	—	—	—	—	—	—	57.516
	Lot. Esp.	15.180	13.397	25.288	28.037	47.357	40.035	—
	Subtotal	15.180	13.397	25.288	28.037	47.357	40.035	57.516
Assistência Técnica e Financeira as Instituições Privadas de Ensino	Sal.-Ed.	—	—	—	—	—	—	30.000
	Lot. Esp.	15.378	15.378	17.211	16.180	22.900	21.900	—
	Subtotal	15.378	15.378	17.211	16.180	22.900	21.900	30.000
Qualificação e Habilitação Profissional	Tesouro	8.636	4.438	15.151	13.262	13.957	12.550	12.050
Implantação da Universidade Aberta	Tesouro	729	625	—	—	—	—	—
Administração da Preparação de Mão-de-Obra	Tesouro	1.690	1.690	—	—	—	—	—
Coordenação e Supervisão do Ensino Supletivo	Tesouro	6.311	5.538	6.709	4.502	9.151	6.877	—
TOTAL		58.074	51.008	84.320	91.138	127.756	113.720	141.066

IV - Conclusão

Em 1977, este Departamento se dedicou à consolidação das principais políticas e diretrizes recomendadas na Estratégia Nacional para o Ensino Supletivo, adotando providências que, a curto, médio e longo prazos, permitissem a expansão da educação não-formal no Brasil.

Para 1978, as principais perspectivas são as seguintes:

- construção de novos centros e ampliação dos atuais, com vistas à progressiva absorção dos exames de massa por cursos com avaliação no processo;
- expansão de cursos e exames profissionalizantes, inclusive engajamento dos tradicionais cursos por correspondência nos sistemas de ensino;
- implementação dos projetos de Educação Supletiva para a Saúde Previdenciária e de Assistência Educacional ao Atleta Profissional;
- implantação do curso de 1º grau pela televisão, constante do Projeto Conquista;
- ampliação de atendimento dos projetos Minerva e João da Silva;
- implantação de sistema de supervisão própria ao ensino supletivo nos estados;
- intensificação do apoio aos projetos de iniciativa das secretarias de Educação;
- distribuição de módulos de ensino pelo PLIDESU;
- ampliação do atendimento do Projeto de Habilitação de Professores;
- capacitação de recursos humanos das entidades privadas cadastradas no Ensino Supletivo.

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO I -

Apresentação

A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), consciente de seu papel como órgão de educação de adultos, vem ampliando sua ação educativa pautada numa filosofia de educação permanente e centrada em seus objetivos básicos de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, fixados na legislação que lhe deu origem.

Para a consecução desses objetivos e, em coerência com sua filosofia, os trabalhos do MOBRAL começaram a ser desenvolvidos com prioridade para a erradicação do analfabetismo, uma vez que, no quadro de escolarização da população adulta em 1970, o índice do analfabetismo atingia a 33,6%. Desta forma, a linha de ação adotada pelo MOBRAL foi a de reduzir significativamente aquele índice em um curto período de tempo para alcançar 90% de alfabetizados em 1980.

Assim, após proceder a uma avaliação dos aspectos relevantes das campanhas de educação de adultos até então desenvolvidas, o MOBRAL optou por um Programa de Alfabetização Funcional (PAF) adaptado à realidade brasileira, dotado de características de universalidade e dando ênfase às necessidades existenciais do homem. Este programa não se propõe apenas a transmitir as técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo, mas contribuir, efetivamente, para que o aluno do PAF possa ascender a outros níveis de escolarização, ampliar suas perspectivas de vida e integrar-se de forma participativa na comunidade onde vive.

De forma integrada ao processo de alfabetização funcional, vários outros programas foram implantados ampliando, assim, progressivamente, as oportunidades educativas da clientela-alvo e criando as bases para o Sistema de Educação Permanente preconizado pelo MOBRAL.

II -Principais Realizações no Exercício de 1977

O MOBRAL, através de esforços concentrados, conseguiu manter o ritmo de atuação previsto e alcançar resultados compatíveis com as metas programadas para 1977, conforme resultados demonstrados a seguir.

Programa de Alfabetização Funcional

Grandes Regiões	Alunos Conveniados				Municípios Conveniados
	PA F	PAF/Rádio	PAFET	Total	
Norte	121.148	2.428	1.170	123.576	141
Nordeste	2.312.210	4.512		2.316.722	1.352
Sudeste	951.198	3.004		954.202	1.372
Sul	267.794	1.140		270.104	587
C. Oeste	209.311	1.195		210.506	303
Total	3.861.661	12.279	1.170	3.875.110	3.755

O quadro a seguir mostra, para um convênio de 3.875.110 analfabetos, os principais indicadores da situação do analfabetismo ao final do ano, segundo as diversas hipóteses quanto à produtividade do Programa.

Produtividade (hipóteses)	Alfabetizados (1977)	Alfabetizados 1970/77	Número Absolutos de Analfabetos	Índice do Analfabetismo (%)
40%	1.550.000	11.540.000	9.200.000	13,8
38%	1.473.000	11.460.000	9.280.000	13,9
35%	1.360.000	11.350.000	9.370.000	14,0

É importante notar que, ao final do ano de 1977, o resíduo da população adulta analfabeta foi de 9,3 milhões de pessoas, contra 18,1 milhões que existiam em **1970**, mostrando que o número absoluto de analfabetos vem sendo reduzido anualmente.

A atuação do MOBRAF, alfabetizando entre 1970 e 1977 cerca de 11,4 milhões de pessoas, propiciou uma expressiva redução do índice de analfabetismo do País, que passou de 33,6% para 14,0% no período mencionado.

Essa tendência de queda do índice de analfabetismo mostra que a meta de 10%, estabelecida para o final da década, será plenamente atendida.

A visão retrospectiva dos resultados anuais alcançados pelo MOBRAF, através do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), é fornecida pela tabela seguinte:

ANOS	Nº DE ALUNOS ALFABETIZADOS
1970	172.089
1971	1.081.320
1972	2.042.683
1973	1.784.397
1974	1.923.922
1975	1.656.502
1976	1.404.204
1977	1.360.000*

(*) Estimativa.

Cabe notar que, na área de alfabetização, o MOBREAL vem desenvolvendo outros programas em reforço ao PAF, quer utilizando novo enfoque, quer enriquecendo seu próprio conteúdo:

- Programa de Alfabetização Funcional, via rádio, em 1977, foi veiculado por 15 emissoras, atingindo 60 municípios e atendendo a 12.000 alunos, organizados em 458 radiopostos;
- Programa de Alfabetização Individual, viabilizado através da Campanha Leitor Faz Leitor, implantado experimentalmente em todas as unidades da Federação, em 1977;
- Programa de Alfabetização Funcional e Educação para o Trabalho, implantado experimentalmente em 1977, em 50 municípios do Estado do Rio Grande do Sul;
- Estratégia do Atendimento Especial aos Estados do Ceará e Bahia, com financiamento do MEC, implantada em 1977, visando a propiciar treinamento especial a 20.000 alfabetizadores do PAF e a adotar diversas medidas que venham contribuir para a melhoria da produtividade do Programa;
- Programa de Alfabetização Funcional, via TV, a ser implantado em 1978, cobrindo todo o Território Nacional.

- Programa de Educação Integrada

Para o Programa de Educação Integrada foram assinados convênios com as secretarias estaduais de Educação para 397.797 alunos, com as secretarias municipais para 205.866 alunos e com diversas entidades para 8.531 alunos, perfazendo um total de 612.194 alunos atendidos.

A posição deste programa em termos de alunos atendidos desde 1971 é dada a seguir:

ANOS	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
1971	33.462
1972	511.509
1973	549.805
1974	580.802
1975	513.479
1976	440.521
1977	612.194

— *Programa de Autodidatismo*

O Programa de Autodidatismo atendeu a cerca de 60.000 alunos, distribuídos por 200 municípios, cobrindo todas as Unidades da Federação.

— *Jornal Rural*

O MOBRAL recebeu do Banco do Brasil a doação de Cr\$ 2 milhões para edição de números de um jornal rural, que tem como objetivos principais: divulgar, aumentar e concentrar funcionalmente os estímulos à produtividade no trabalho de campo, servindo de apoio na comunidade aos programas pedagógicos; divulgar informações e esclarecimentos sobre o mecanismo de crédito rural acionado pelo Banco do Brasil.

— *Programa Cultural*

Entre as atividades desenvolvidas na área cultural, em 1977, as que mais se destacaram foram: implantação de mais 200 postos culturais, perfazendo o total de 2.400, distribuídos por todo o território nacional; realimentação dos 2.200 postos culturais já existentes, com materiais equipamentos e instrumentos necessários ao seu funcionamento; promoção e participação em 131 eventos estaduais e municipais, entre encontros, festivais, feiras e exposições; implantação do programa radiofônico *Conversando com o MOBRAL*, com 15 minutos diários, dirigido especialmente para a Amazônia Legal.

— *Programa de Profissionalização*

Neste programa, o MOBRAL atendeu a 14.165 pessoas, no curso de tratorista a nível nacional, e a 27.251 através de iniciativas locais, em diversas áreas de treinamento profissional.

Na área de semiquificação profissional, o número de pessoas treinadas em famílias ocupacionais atingiu cerca de 20.000 pessoas. Desse total, devem ser mencionadas as 11.000 pessoas que estão em fase de atendimento, através do convênio MOBRAL/LBA.

— *Programa Diversificado de Ação Comunitária*

O programa foi implantado originalmente em 78 municípios, cobrindo todas as unidades da Federação, tendo formado 78 Grupos de Ação Comunitaria (GAO) e 405 Grupos de Ação Local (GAL). O número de participantes nos grupos atingiu a 5.200 pessoas, aproximadamente.

- *Programa de Educação Comunitária para a Saúde*

Em 1977, o programa de Educação Comunitária para a Saúde atuou em 630 municípios, distribuídos entre 12 unidades da Federação, atingindo perto de 300.000 participantes.

O MOBREAL, através do Programa de Educação Comunitária para a Saúde, atuou, ainda, em campanhas desenvolvidas por outras entidades, valendo citar: Programa Especial de Controle à Esquistossomose e Projeto de Melhoria da Habilitação Rural para Controle da Doença de Chagas, implementadas pelo Ministério da Saúde.

- *Campanha Esporte para Todos*

A Campanha Esporte para Todos, desenvolvida pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), conta com a colaboração do MOBREAL nas atividades de mobilização de voluntários e entidades para participarem dos eventos previstos, bem como nas tarefas de treinamento e divulgação da programação a nível nacional.

A campanha, implantada em 2.772 municípios, contou em 1977 com a participação de 5,5 milhões de pessoas e as seguintes realizações: passeio de bicicletas, torneio gigante de pelada; passeio a pé e ruas de lazer.

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Alfabetização e Educação Continuada	R. Vincul.	—	—	—	—	—	—	—	—
	FNDE	137.109	121.826	143.401	142.660	109.900	109.666	5.000	4.176
	I. Renda	119.897	85.455	178.067	174.428	362.529	304.662	98.400	109.666
	Superavit	18.150	17.267	6.920	6.476	15.514	2.513	535.256	304.662
	Diversos	1.170	924	9.549	6.681	4.586	115	132.622	2.513
	FAS	8.100	—	8.000	4.949	3.050	3.030	10.000	3.030
	FNDE/SE	—	—	—	—	78.961	78.955	—	78.955
	DED	—	—	—	—	23.774	17.678	17.000	17.678
	FNDE/CE/BA	—	—	—	—	10.000	3.500	—	3.500
	Subtotal	284.426	225.472	345.937	335.194	613.314	524.295	879.478	879.478
Cursos de Educação Integrada	I. Renda	15.361	15.133	7.100	6.700	22.965	10.642	29.200	10.642
	FASEP	2.550	2.385	2.780	2.780	4.247	4.246	8.500	4.246
Administração e Manutenção do MOBRAF	FNDE	36.400	31.803	15.962	15.771	20.000	19.688	20.000	19.688
	Tesouro	1.842	1.440	1.866	1.578	2.378	1.829	2.378	1.829
	I. Renda	15.602	13.006	27.834	26.023	61.382	60.801	126.993	60.801
	Diversas	2.000	800	—	—	1.500	1.022	—	1.022
	Open Market	2.000	1.203	4.648	4.528	17.000	11.385	20.000	11.385
Subtotal	57.844	50.252	50.310	47.900	102.260	94.725	169.371	94.725	
Amortização e Encargos de Financiamentos	Diversos	130	—	—	—	—	—	—	—
	FNDE	710	—	1.252	715	1.634	146	—	146
I. Renda	456	357	617	617	98.826	98.825	—	98.825	
Subtotal	1.296	357	1.869	1.332	100.460	98.971	—	98.971	
Aquisição de Telefones	I. Renda	—	—	—	—	50	21	50	21
	TOTAL	361.477	293.599	407.996	393.906	843.296	732.900	1.086.599	732.900

IV - Conclusão

O MOBRAL apresentou uma atuação bastante positiva em 1977, desenvolvendo atividades de modo a atingir sua meta prioritária - a erradicação do analfabetismo até 1980 - e consolidando o sistema de educação permanente, que coloca à disposição de sua clientela educação geral, profissionalização, participação em atividades culturais, comunitárias e esportivas.

FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA

I — Apresentação

No decorrer de 1977, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) apresentou resultados bastante significativos, inerentes ao Centro Nacional de Produção de Programas Educativos (TELECENTRO) e ao Canal 2 - Rio de Janeiro.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Dentre as principais realizações, mencionam-se:

— implantação, em termos definitivos, da programação do Canal 2, passando de duas para seis horas de produção diária e de quarenta e uma para oitenta horas o total de veiculação semanal no referido canal;

- produção e veiculação de 8.665 minutos, pelo Canal 2, e 31.500 minutos, pela Rede Globo de Televisão, do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, destinado a pré-escolares, e início da observação em telepostos da rede de ensino do Estado do Rio de Janeiro, em convênio com o DEF/MEC;

- veiculação em 6 estados e 2 territórios da telenovela didática *João da Silva*, para as primeiras quatro séries do 1º grau, em nível de suplência;

- gravação de 32 capítulos da telenovela *Conquista*, destinada a suprir as quatro últimas séries do 1º grau, em convênio com o DSU/MEC;

— veiculação de 525.000 minutos de programação em 35 emissoras comerciais, de acordo com a Portaria 408, via EMBRATEL e tráfego de fitas;

- veiculação de 740.000 minutos de programação educativa em horários não compulsórios, através do tráfego de fitas de VT e da EMBRATEL;

— início de execução da segunda fase do Projeto Lobato, em convênio com o INEP, objetivando caracterizar hábitos de audiência nas crianças de 7 a 11 anos, do Estado do Rio de Janeiro, bem como formular, produzir e testar programas educativos, cuja linguagem seja destinada a aumentar a qualidade do ensino por televisão (relação dinâmica entre emissor e receptor);

— produção de programas de treinamento para a Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura.

A importância destas atividades no sistema educacional deve ser apreciada sob vários ângulos. Primeiramente cumpre ressaltar a grande audiência verificada no *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, o que vem beneficiando de forma significativa a imen-

sa clientela do pré-escolar, na sua preparação para ingresso no ensino de 1. grau.

Deve-se assinalar também que a novela *João da Silva*, pioneira na teledidática desenvolvida no País, continua sendo implementada em vários estados, sendo significativo o número de reprises que ocorrerão já em **1978**.

A implantação e acompanhamento desses dois programas educativos fizeram com que o Centro de Produção consolidasse sua estrutura de *soft ware*, o que determinou a ampliação das equipes interdisciplinares e a readequação dos sistemas de tráfego e copiagem.

Por outro lado, deve-se ressaltar o convenio assinado com a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS), do Ministério das Comunicações, na definição de responsabilidades na produção e transmissão de programas pelo Canal 2, até o final de 1978, no processo de transferência da emissora para aquela empresa, nos termos da Lei n° 6.301/75, preservando-se o patrimônio do Centro Nacional de Produção da FCBTVE.

Diversos programas foram, ainda, produzidos em atendimento às necessidades das diversas áreas do Ministério da Educação e Cultura, além dos projetos especiais já mencionados neste relatório.

Dentre eles, citam-se:

- *Rio de Janeiro de José de Alencar*, peça teatral, em convênio com a FUÑARTE e o Serviço Nacional do Teatro, com o objetivo de comemorar o centenário de morte do escritor;
- *Educação, Passaporte para o Futuro*, em que foi relatada a situação da educação no País, com as realizações verificadas nos últimos anos;
- *Coisas Nossas*, em convênio com a FUÑARTE, demonstrando a grande maioria das manifestações culturais **do povo** brasileiro e a participação do Ministério;
- *Especial sobre Érico Veríssimo*, destinado a subsidiar a maratona promovida pelo MEC entre estudantes de 1º grau de ensino, visando a melhorar o nível de redação;
- *Especial sobre Sete de Setembro*, com coral de mil vozes, transmitido em cadeia para todo o País;
- *Cinemateca*, produzido pela EMBRAFILME e transmitido pelo Canal 2, destinado a divulgar o cinema brasileiro;
- *Esporte Amador*, em convênio com o Departamento de Educação Física e Desportos, visando a difundir as atividades físicas, desportivas e recreativas, principalmente entre o público infanto-juvenil, nos termos do Plano Nacional de Educação Física e Desportos.

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Ensino Supletivo — Programas Coordenados pelo PRONTEL	FNDE/ PRONTEL	20.105	18.056	8.944	8.644	18.554	18.554	55.000
	PREMIEN/ PRONTEL	10.525	10.525	18.304	18.304	6.454	6.454	—
	Tesouro	6.370	5.098	19.536	13.865	39.028	36.528	81.830
	Rec. Próprios	4.075	4.075	18.493	16.493	39.617	39.617	6.283
	Subtotal	41.075	38.753	62.977	57.308	103.651	103.153	123.213
Projetos Especiais: 1º Grau — Conquista Telejornalismo Pré-Escolar — Sítio do Pica-Pau Amarelo	DSU	2.500	1.800	2.751	2.387	7.000	7.000	7.500
	FNDE	—	—	496	496	—	—	—
	FNDE	—	—	3.500	3.500	3.819	3.819	5.318
	Subtotal	2.500	1.800	6.747	6.383	10.819	10.819	12.818
Cultura Concertos para a Juventude Grupo Exp. de Danças Populares Projeto José de Alencar Projeto Esporte Amador	DAC/Rede Globo	845	845	185	185	—	—	—
	DAC	302	302	—	165	—	—	—
	SNT	—	—	—	—	86	88	—
	DED	—	—	—	—	3.878	3.878	6.000
	Subtotal	1.147	1.147	185	165	3.964	3.964	6.000
Pesquisa Exploratória: Projeto Lobato	INEP	—	—	—	—	1.848	554	—
	Apoio Técnico	—	—	—	—	2.000	2.000	—
Administração de Pessoal Projeto Mineira/SRE/PRONTEL	—	—	—	—	—	—	—	—
	Tesouro	7.871	7.871	10.069	10.069	9.654	9.654	13.500
TOTAL		52.393	46.171	79.958	73.923	131.936	130.144	156.631

IV -Conclusão

Na avaliação das atividades de 1977, pôde-se observar a relativa dificuldade em cumprir integralmente os objetivos norteadores de TV educativa, com a operacionalização do Canal 2, em vista de dois aspectos: a necessidade de se adquirir maior audiência, para levar a um grande público, mesmo fora da escola, os programas educativos; a carência de recursos humanos especializados em televisão educativa.

Sabe-se, contudo, que um canal dá maior notoriedade à produção do TELE-CENTRO, ao mesmo tempo em que, pela sua dinâmica, leva ao enriquecimento da produção em termos de ritmo de trabalho e qualidade final do produto.

Em termos de programação do Canal 2, foram redefinidas as áreas educativa, informativa e recreativa, com ênfase na primeira, que será de natureza instrutiva, cultural e desportiva. A programação observará as diretrizes das políticas e planos aprovados para a Educação, Cultura e Desportos, como fator de complementação e enriquecimento do ensino formal e do supletivo, e como instrumento de educação permanente.

Quanto aos estudos e pesquisas, foram definidos, como prioritários: formulação de projetos de televisão escolar, com ênfase na organização de sistemas adequados de recepção e supervisão; e apoio ao desenvolvimento de pesquisas sobre tecnologias educacionais, sistematizando o intercâmbio técnico com entidades nacionais e internacionais especializadas.

No que concerne à capacitação de recursos humanos, enfatizam-se os programas voltados para a televisão educativa em si, e para o pessoal técnico, administrativo e estagiário da FCBTVE.

Acerca dos projetos educativos, foram estabelecidas como metas: veicular a telenovela *João da Silva* nos Estados de São Paulo, Ceará, Piauí, Santa Catarina, Pará, Goiás, Bahia, Sergipe, Mato Grosso, Minas Gerais, Alagoas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul; veicular a telenovela *Conquista* no Canal 2, e distribuí-la para os estados de Minas Gerais, do Maranhão, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Acre, do Amazonas, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Paraíba, e os territórios de Roraima, Rondônia, Amapá, e o Distrito Federal; distribuir para as emissoras educativas o programa *Sítio do Pica-Pau Amarelo*.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

I — Apresentação

O Departamento de Educação Física e Desportos (DED), durante o exercício de 1977, atuou principalmente na implantação do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), instrumento operacionalizador da Política Nacional de Educação Física e Desportos, e na prorrogação do Ajuste de Cooperação Técnica Internacional entre os governos do Brasil e da Alemanha Ocidental.

O Sistema Educacional Brasileiro, no que se refere à Educação Física e Desportos, obteve em 1977 um considerável acréscimo em sua rede física de instalações desportivas, no conhecimento de técnicas e métodos de aprendizagem e treinamento desportivo e nas instalações destinadas à pesquisa, desenvolvimento e treinamento de estudantes-atletas.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Execução dos Projetos do DED

- Projeto de Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Física e Desportos

Pelo referido projeto, foram realizados 36 cursos com o objetivo de atualizar e aperfeiçoar o conhecimento de 1.180 professores, diretamente ligados ao ensino da Educação Física e Desportos.

— Projeto de Construção e Instalação para a Educação Física e Desportos

Através do projeto de Construção e Instalação para a Educação Física e Desportos, houve um acréscimo na rede física de instalações desportivas, na ordem de 855.000m², sendo que, desse total, 675.000m² foram construídas na rede de ensino de 1º e 2º graus e 179.000m² na rede de ensino superior.

Dentre os tipos de construções, estão: 86 quadras polivalentes; 52 ginásios de esportes; 14 centros esportivos de 1º grau; 17 piscinas; 17 pistas de atletismo; e 43 instalações diversas. Destas instalações, 166 foram para o ensino de 1º e 2º graus e 33 para o ensino superior.

No que se refere a recursos financeiros, dos Cr\$ 98,2 milhões foram aplicados Cr\$ 57 milhões.

- *Projeto de Apoio Suplementar do Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino*

O projeto em pauta, embora seja do Departamento de Ensino Fundamental, teve uma parcela na ordem de Cr\$ 19 milhões executada pelo DED.

Esses recursos da fonte salário-educação - quota federal - foram empregados no ensino de 1º grau nas seguintes metas:

- construção de 56 quadras polivalentes;
- construção de 4 centros esportivos para o 1º grau;
- construção de 3 ginásios desportivos;
- construção de 3 quadras cobertas;
- distribuição de material desportivo básico.

- *Projeto de Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura*

Foi destinada ao DED uma parcela do mencionado projeto, no valor de Cr\$ 1,2 milhão, fonte salário-educação - quota federal —, a qual foi aplicada na construção de 10 quadras para o ensino de 1º grau.

- *Projeto de Intercâmbio Internacional, relacionado à Educação Física e Desportos*

Pelo referido projeto, foram executados 7 cursos para 270 participantes.

- *Projeto de Assistência ao Desporto Estudantil, Militar e Classista*

Foram as seguintes as realizações: 26 eventos esportivos envolvendo 686 participantes; manutenção da Confederação Brasileira de Desportos Universitários; 12 reuniões de avaliação e controle; e concessão de 1 bolsa de estudo.

- *Projeto de Instalação e Ativação de Parques de Lazer*

O projeto em pauta realizou a Campanha Esporte para Todos com uma participação aproximada de 8 milhões de pessoas;

- *Instalação de Laboratórios e Desenvolvimento de Pesquisa*

O projeto citado teve a seguinte execução:

- aplicação de 4 grandes laboratórios localizados nas universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Brasília, instalando-se novas modalidades de pesquisa, principalmente nas áreas de antropometria, biomecânica e biopsia muscular;
- instalação de 3 laboratórios para a área Córdio-Respiratória, localizados em João Pessoa, Goiânia e Londrina.

— *Coordenação e Fiscalização dos Desportos*

O presente projeto **teve como** execução o apoio administrativo ao desenvolvimento dos projetos e atribuições ao DED.

— *Projeto de Difusão da Educação Física e Desportos*

Este projeto promoveu a edição de 14 publicações técnico-pedagógicas desportivas num total de 70.000 exemplares; e realização da Campanha de Motivação para a Educação Física e Desportos, através da TVE e Rádio MEC, com alcance a 26 unidades federadas e uma participação aproximada de 1.000.000 de pessoas.

Dentre as demais atividades do DED, merecem realce as seguintes: participação no Torneio Internacional de Atletismo Escolar, realizado em Saint-Etienne (França); realização em Natal (RN) dos Jogos Universitários Brasileiros; realização em Brasília dos IX Jogos Escolares Brasileiros; realização de cursos de fisiologia do Esporte e de Organização da Educação Física e Desportos, ministrados por professores alemães; participação em grupos de trabalho visando ao entrosamento com os demais departamentos do MEC, para estudo e soluções de ações de interesse comum; e elaboração conjunta com o CFE, o DEM e o DSU do currículo dos cursos de Técnico em Desportos e Técnico em Educação Física em nível de 2º grau.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Construção e Instalação p/a Educação Física e Desportos	Lot. Esp. Saldo Div R. Rep. Div. Sal.Ed. Boloteca	82.301	65.585	85.700 26.746	74.533 23.771	65.360 13.782 20.372	65260 12.722 20.272	61 600 _ 50.000 3.000
	Subtotal	82.201	65.585	112.446	98.304	99.514	98.254	114.600
Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	Sal.-Ed.	-	-	-	-	19.000	13.870	-
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	Sal.-Ed.	-	-	-	-	1.200	1.200	-
Capacitação de Recursos Humanos p/a Educação Física e Desportos	Lot. Esp.	3.705	2.376	5.441	5.232	6981	6.190	7.000
Intercâmbio Técnico Internacional Relacionado a Educação Física e Desportos	Lot. Esp.	849	535	1.260	1.260	1.910	1.410	6500
Assistência ao Desporto Estudantil, Militar e Classista	Lot. Esp. Sal. Div. R. Rep. Div. Boloteca	19.712	17.807	23.628	23.188	21.205 4.374 1.130 2 598	20.434 4.374 1.130 2.598	28.600
	Subtotal	19.712	17.807	23.628	23.188	29.307	28.536	28600
Divisão da Educação Física e Desportos	Lot. Esp. R. Rep. Div.	528	428	628	628	8.028 355	8.028 355	5.700
	Subtotal	528	428	628	628	8.383	8.383	5.700
Instalação de Laboratórios e Desenvolvimento de Pesquisa	Lot. Esp.	3.128	3.128	5.080	5.080	6.595	6.595	4.700
Instalação e Ativação de Parques de Lazer	Lot. Esp.	-	-	-	-	24.091	24.091	22.000
Administração e Manutenção do DED	Lot. Esp. Tesouro	6.950 1.449	3 7 1 3 1.306	-	-	-	-	-
	Subtotal	8.399	5.019	-	-	-	-	-
Coordenação e Fiscalização de Desportos	Lot. Esp. Tesouro	-	-	5.500 2.830	4.729 2.724	-	-	-
	Subtotal	-	-	8.330	7.453	-	-	-
Coordenação e Supervisão de Desportos	Lot. Esp. Tesouro	-	-	-	-	7.270 9.104	6.329 8.673	6.900 7.285
	Subtotal	-	-	-	-	16.374	16.002	14.185
TOTAL		118.522	94.878	156.813	141.145	213.355	203.531	203.285

IV - Conclusão

Para 1978, está prevista a seguinte programação:

- início do projeto PROLIMP, que terá por objetivo proporcionar melhores condições aos estudantes-atletas e técnicos que participarão na Olimpíada de 1980;
- continuação da ampliação dos 4 grandes laboratórios de pesquisa, bem como início da instalação de 1 grande laboratório na Região Norte do Brasil;
- continuação do Ajuste Complementar de Cooperação Técnica Internacional com a Alemanha Ocidental;
- participação na III Ginasíade, a ser realizada em Aneara, na Turquia;
- realização de cursos de alto nível, através de estágios internacionais de aperfeiçoamento técnico na Alemanha Ocidental, nas seguintes modalidades: atletismo, pólo aquático, andebol e ginástica olímpica;
- continuação do programa Esporte para Todos, o qual desenvolverá em 1978 as seguintes atividades:
 - preparação de especialistas orientadores e multiplicadores de elementos atuantes no desenvolvimento e institucionalização do Esporte para Todos;
 - assistência técnica aos estados e territórios federais - orientação dos órgãos específicos das unidades federadas para a inclusão nos programas estaduais das atividades do Esporte para Todos.

Apresentação

A manutenção de um ritmo expressivo de iniciativas no campo cultural, em consonância com os programas de desenvolvimento das demais áreas, foi uma das tônicas das atividades do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), durante o exercício de 1977.

As iniciativas culturais a cargo do DAC envolveram, no quadro das suas responsabilidades, promoções e realizações nas áreas de cinema, teatro, folclore, música, letras, artes plásticas, defesa da memória nacional, além de outros setores da atividade cultural. Para tais realizações, contou o DAC com o apoio dos governos estaduais e municipais, e das instituições ou associações privadas, com o que pôde o Governo Federal incentivar as atividades criativas e apoiar projetos que visam a assegurar o pleno desenvolvimento das manifestações culturais, dando-lhes um ritmo cada vez mais fecundo.

A consolidação da estrutura da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), órgão atuante em setores especializados, veio a estimular a ampliação das atividades artísticas no campo da música, das artes plásticas, do teatro e do folclore.

A reorganização da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME) possibilitou à atividade cinematográfica melhores condições para a realização de seus objetivos e maior estímulo à produção de filmes de elevado nível cultural. Durante 1977, ano em que se comemoraram os 80 anos de cinema brasileiro, a EMBRAFILME programou investimentos para produção, em larga escala, de filmes para a televisão sobre temas brasileiros.

Por sua vez, o Serviço de Radiodifusão Educativa vem alcançando grande audiência de público, pela constante preocupação da melhoria de seus programas educativo-culturais.

Além destas iniciativas, desenvolvem-se, de igual modo, os programas de preservação, restauração e recuperação das instalações de prédios de natureza histórica, não apenas por suas origens, como pelos objetivos a que se destinam.

O DAC insere, entre seus princípios básicos, o de oferecer às atividades culturais elementos fundamentais que assegurem sua ampliação em ritmo correspondente ao crescente desenvolvimento nacional.

Neste processo de desenvolvimento cultural tem grande significação a formação de novos valores; com esse propósito vem sendo estimulada a realização de projetos universitários, visando a contribuir para a formação de uma nova geração

que venha a traduzir a cultura brasileira, de modo relevante, em expressões literárias, artísticas e populares.

Preservando a espontaneidade da arte genuinamente brasileira, a cultura constitui uma peça ativa, integrada no processo de desenvolvimento nacional, como expressão daquilo que o brasileiro realiza com seu espírito criativo.

— *Impacto das Ações Desenvolvidas pelo órgão no Sistema Educacional*

Apesar de ser o DAC um órgão destinado a tratar especificamente dos assuntos culturais no âmbito federal, várias de suas realizações extrapolam a área cultural propriamente dita para se projetarem e repercutirem, em termos de efeitos, no sistema educacional.

Assim é que está previsto para o período agosto 1977/1978, o atendimento a 100 estudantes de nível superior, beneficiados com estágio remunerado em diversas entidades culturais (museus, bibliotecas, arquivos), dentro do convênio firmado pelo DAC para apoio financeiro ao Projeto Museus III, realizado pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES).

Da mesma maneira, ao apoiar financeiramente a realização de cursos, seminários e simpósios, mediante auxílios a entidades diversas, está o DAC exercendo uma ação indireta sobre o sistema educacional, na medida que sua atuação se reflete no aprimoramento de recursos humanos em âmbito nacional.

Ainda segundo as metas previstas para o Projeto de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Cultural, o Departamento de Assuntos Culturais deu seqüência, no exercício findo de 1977, à programação relativa à Bolsa/Arte, dentro do programa conjunto Bolsa-Trabalho/Arte, desenvolvido entre o Departamento de Assuntos Culturais e o Departamento de Assistência ao Estudante, tendo mantido o seu apoio junto à área universitária, incentivando e atendendo às necessidades daquela área, especificamente nos setores artístico-culturais.

Finalmente, tendo sido solicitada a participação e o envolvimento constante do DAC ao projeto Educação no Meio Rural, que vem sendo desenvolvido pela Secretaria-Geral do MEC, DSU e IPEA, foi criado um grupo-trabalho, com a finalidade de estudar a participação do órgão na estratégia a ser adotada pelo MEC quanto à referida matéria.

Assim, através das formas de atuação mencionadas, e de outras que futuramente deverão se concretizar, vem procurando o Departamento de Assuntos Culturais contribuir para o equacionamento do binômio educação/cultura, cujo objetivo máximo é o desenvolvimento pleno e integrado do homem brasileiro.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

A configuração das atividades levadas a efeito pelo Departamento de Assuntos Culturais apresenta-se em duas formas distintas de atuação: Direta:

— atividades realizadas pelo órgão, através de seus recursos próprios;

Indireta:

— atividades realizadas pelos órgãos subordinados: Biblioteca Nacional, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Museu Nacional de Belas-Artes, Museu Villa-Lobos, Serviço de Radiodifusão Educativa, Museu Histórico Nacional, Museu da

República, Museu Imperial e Serviço Nacional de Teatro; e pelos órgãos vinculados: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Empresa Brasileira de Filmes, Fundação Nacional de Arte, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e Conselho Nacional de Cinema;

— atividades das quais o DAC participou mediante apoio financeiro efetivado a diversas entidades públicas e particulares, através de auxílios concedidos à conta dos projetos de Capacitação de Recursos Humanos para a Área da Cultura, e Preservação e Defesa dos Bens de Valor Cultural.

O desenvolvimento desses trabalhos foi realizado através da execução de projetos prioritários, promoção de seminários, encontros, conferências e outras atividades relevantes.

- *Projetos Prioritários*

Quatro projetos prioritários vêm sendo executados nessa área: Preservação e Defesa dos Bens de Valor Cultural; Incentivo à Criação e Difusão no Ambiente da Cultura; Capacitação de Recursos Humanos para a Área de Cultura e Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura. Em 1977 foram alocados Cr\$ 62 milhões para a operacionalização dos mesmos.

— *Promoção de Seminários, Encontros, Conferências e Cursos*

Além das reuniões promovidas ou subvencionadas pelos órgãos subordinados, registra-se a participação do DAC em eventos realizados à conta do projeto prioritário Capacitação de Recursos Humanos para a Área da Cultura. Dentre esses eventos, estão:

- Seminário: de Literatura Brasileira; Internacional de Violão; e da Cultura como Parte Integrante e Fundamental da Juventude.

- Encontros: Simpósio sobre a obra de José de Alencar; do Instituto Universitário de Antropologia; da Cultura do Nordeste; e da História do Acre.

Tais seminários e encontros congregaram, aproximadamente, 1.500 participantes.

- Conferências: em realização conjunta com o IPHAN, o DAC promoveu, nas dependências do Museu de Belas-Artes, conferências dos arquitetos franceses Robert Coustet, Gerard Rigaudau e André Darlaud, tendo sido as palestras ilustradas por *slides* que mostraram ao público todas as fases da construção do centro e destinação de suas numerosas instalações.

- Cursos: foram realizados cursos de: Prática de Orquestra; Técnicas de Arquivo; Aperfeiçoamento de Música Lírica e de Câmara Italiana; Habilitação para o Magistério de Educação Artística; Treinamento de Auxiliares de Assuntos Culturais; Produção Radiofônica; Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC; e Literatura Brasileira.

Dessa forma, o desempenho do DAC, relativamente ao projeto de Capacitação de Recursos Humanos para a Área da Cultura, atingiu uma clientela constituída de estudantes de níveis médio e superior, professores, profissionais diversos e a população em geral, estimándose um total aproximado de 2.500 participantes.

- *Outras Atividades Relevantes Diversas*

À conta dos recursos do projeto de Preservação e Defesa dos Bens de Valor

Cultural, o DAC participou, mediante colaboração financeira estabelecida em convênio, das realizações a seguir mencionadas:

- Apoio a Pesquisas, Projetos, Congressos, Exposições e Comemorações - Entre essas atividades, estão:

Pesquisas: A Elite Cultural do Brasil; A História do Processo de Industrialização de Petrópolis; O Modernismo em Alagoas; O Carnaval e o Futebol de Várzea em São Paulo; e Televisão e Violência no Brasil.

Projetos: documentos sobre o Festival de Cinema de Gramado e Literatura de Cordel.

Congressos, Exposições e Comemorações: IX Congresso de Língua e Literatura Brasileira; Exposição Comemorativa dos 40 anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Comemoração do Sesquicentenário da Faculdade de Direito de Recife.

- Participação em Eventos Internacionais: participação na Exposição Permanente da Cerâmica Folclórica Brasileira, na Itália; Concurso de Violão Clássico, na Itália; 8º Festival Interamericano nos Estados Unidos; Comemoração ao Septuagésimo Aniversário da Atuação de Rui Barbosa na Conferência de Paz, em Haia (Holanda); e Congresso Internacional de Bibliografias Nacionais, em Paris.

— Atividades dos órgãos Subordinados e Vinculados

Além das atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), que estão detalhadas em itens à parte neste relatório, merecem ser mencionados:

- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que incentivou, em 1977, a divulgação da cultura, por meio de atividades editoriais, exposições e conferências, intercâmbio bibliográfico, serviços reprográficos, atendimento ao público, preservação do patrimônio cultural, enriquecimento e conservação do acervo, bem como a realização e continuação de obras de melhoria e reformas no seu prédio.

Entre as suas principais atividades, incluem-se a permuta de publicações, num total de 9.548 obras enviadas e recebidas; doações feitas pela Biblioteca Nacional, num total de 2.448 volumes; realização, por parte de estudiosos e consultentes, de 209.588 pesquisas; microfilmagem de 253.684 peças e restauração de 11.527 folhas de obras em estado de recuperação; e acréscimo ao acervo de mais 43.686 peças.

- Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que deu seqüência às suas atividades de promoção, registro, pesquisas, cursos e outras iniciativas relacionadas com as manifestações da cultura popular brasileira. Em agosto, foi realizada em Maceió a V Festa do Folclore Brasileiro, incluindo um programa de desfiles folclóricos de vários estados, seminários, palestras, inauguração de museu, lançamento de publicações, discos, filmes e feira de artesanato.

Na série Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro foram lançados os seguintes compactos: *Samba de Caboclo* (Rio de Janeiro); *Congos* (Paraíba); *Reisado do Piauí*; *Mineiro-Pau* (Rio de Janeiro); *Baianas* (Alagoas); *Fandangos* (Alagoas) e *Fandangos do Paraná*.

Foram editados novos números da série Cadernos de Folclore e dado prosseguimento à edição do *Atlas do Folclore Brasileiro*; foi realizado o levantamento e cadastramento de artes, artesanato, danças e folguedos, com patrocínio da FUNARTE e colaboração de universidades, de governos estaduais, do Projeto Rondón e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Os trabalhos já foram concluídos no Espírito Santo, em Sergipe e na Paraíba, e estão em fase de andamento no Rio Grande do Norte.

- Museus

Museu Nacional de Belas-Artes, que durante 1977 promoveu diferentes iniciativas de alto valor artístico, entre as quais se evidenciam: salões de arte, exposições, palestras, conferências e projeções cinematográficas; Museu Villa-Lobos, que realizou eventos especiais em comemoração ao 90º aniversário de nascimento do seu patrono; Museu Histórico Nacional e Museu da República, que deram prosseguimento, através de seus departamentos, às atividades educativas e culturais que lhes são atribuídas, tendo recebido cerca de 15.601 e 15.038 visitantes, respectivamente; e Museu Imperial, que registrou, entre outras atividades, a visita de um total de 235.733 pessoas, compreendendo estudantes de diversos níveis, bem como turistas dos estados e do exterior.

- Serviço Nacional de Teatro, que promoveu atividades de grande vulto relacionadas com o incentivo às artes cênicas, beneficiando grupos profissionais e amadores do País, bem como o teatro infantil, e efetuando reformas em diversas casas de espetáculo, num montante que alcançou a cifra de mais de Cr\$ 25 milhões.

- Empresa Brasileira de Filmes S/A (EMBRAFILME), que efetuou registros de entrada de 333 filmes estrangeiros inéditos e 47 nacionais, e importação de 279 filmes de 35mm; 54 novos cinemas no País, 39 exibidoras cinematográficas, 24 produtoras e 7 distribuidoras, bem como 8 cineclubes; 63 documentários isentos, 150 jornais cinematográficos; além de inscrever, para premiação, 45 filmes, tendo sido financiados 8 filmes nacionais.

- Serviço de Radiodifusão Educativa, que durante esse exercício desenvolveu diversas iniciativas em suas áreas de atuação, principalmente em seus programas artístico-culturais.

Dando continuidade à realização de seus objetivos, o Projeto Minerva, através de programações diárias, desenvolveu atividades educacionais e culturais, coordenando, com equipes técnicas, o planejamento dos programas, o que veio a possibilitar a avaliação da aprendizagem ensino/comunidade.

Foram apresentados cerca de 300 programas sobre assuntos do mais alto interesse do público ouvinte, visando à informação e ao esclarecimento. Concertos de música erudita e de música popular brasileira obtiveram ampla repercussão. Personalidades do mundo artístico e cultural, entrevistadas, prestaram depoimentos, através do programa, sobre folclore, balé, cinema, música, artes plásticas, etc. Aulas de Português, Literatura e Cultura Geral, além das comemorações de datas cívicas e religiosas, foram outras iniciativas do Serviço de Radiodifusão Educativa.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Preservação e Defesa dos Bens de Valor Cultural	D. Fontes	14.860	13.243	7.600	5.737	10000	8.758	10.000
Incentivo a Criação e Difusão no Âmbito da Cultura	D. Fontes	36.550	30.731	-	-	-	-	-
Capacitação de Recursos Humanos para a Área da Cultura	D. Fontes	6.570	6.128	7000	5.794	13.000	12.527	13.500
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	D. Fontes	4.000	3.994	-	-	-	-	-
DAC e Unidades	Tesouro	61.916	59.000	142.124	140.000	209.481	-	-
TOTAL		123.896	113.096	156.724	151.531	232.481	21.285	23.500

IV -Conclu»*)

A execução dos projetos **prioritários a cargo do Departamento mostrou um desempenho bastante favorável a partir do 1º semestre de 1977**, aferido na consecução dos objetivos e das metas, algumas delas ultrapassadas, após terem as entidades exécutantes compatibilizado e atendido às exigências técnicas estabelecidas pelo órgão coordenador, bem como acelerado a implantação do novo sistema de controle e avaliação da execução físico-financeira.

Quanto às unidades subordinadas e vinculadas ao DAC, alcançaram elas um desempenho bastante favorável, conforme já descrito neste relatório.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS

I — Apresentação

A ação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) no exercício de 1977, dentro dos seus propósitos de subsidiar, através de dados e sugestões, os diversos planos de ação voltados para a sua área de atuação, caracterizou-se pela execução de pesquisas sociais - sua atividade-fim. Neste campo, o Instituto desenvolveu vários trabalhos em convênios com outras instituições, bem como executou, com recursos provenientes de rendas internas, um programa próprio de pesquisa voltado, também, para a execução de estudos capazes de subsidiar os planos de desenvolvimento de responsabilidade dos órgãos de planejamento sediados no Norte e no Nordeste.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

Na área da pesquisa, o Instituto Joaquim Nabuco realizou trabalhos importantes e diversos, tais como: Coleta Mensal de Preços de Produtos e Artigos por Atacado, para a Fundação Getúlio Vargas; Comercialização do Mercado Habitacional e Evolução dos Aluguéis, para o Núcleo de Estudos Sociais para a Habitação e Urbanismo (NEURB), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; o Trabalhador Rural Volante da Zona da Mata de Pernambuco, para o Ministério do Trabalho, Demanda dos Serviços do Setor Informal no Grande Recife, para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Caracterização da Educação Pré-Escolar no Norte e Nordeste do Brasil, para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); Levantamento Sócio-Econômico nos Meios Rural e Urbano do Baixo São Francisco, para a CODEVASF; Avaliação Econômica do Projeto Piauí, para a Inter-American Foundation; Avaliação de Programa Habitacional de Baixa Renda, para o Banco Nacional da Habitação (BNH); Influência da Assistência Nutricional Dada aos Alunos do Centro de Educação Pré-Escolar Bernard Van Leer - Brasília Teimosa, para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco; Perfil do Empresário Industrial no Brasil, para o IDEG.

Pelo programa próprio de pesquisa, o IJNPS realizou alguns importantes e significativos trabalhos:

- Presença do Japonês no Norte e Nordeste Agrários do Brasil;
- Evolução do Ensino do Pré-1.º Grau, no período de 1969 a 1973;
- Índice de Preços ao Consumidor:

Na área da cultura, ou mais especificamente no âmbito do intercâmbio científico-cultural, a atuação do Instituto pautou-se pelas diretrizes da Política Nacional de Cultura. Neste sentido, procurou assessorar os órgãos culturais de sua área de atuação ou mesmo executar com esses órgãos um intenso programa de trabalho. Salientam-se nesta área: Levantamento do Acervo Museológico do Nordeste, realizado em convênio com a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE); I Seminário Interdisciplinar do Projeto do Caju, em convênio com o Centro Nacional de Referência Cultural, objetivando traçar linhas e diretrizes para o estudo do caju sob vários aspectos; Álbum sobre Recife e Olinda, constando desenhos a bico de pena do artista plástico Tom Maia e prefácio de Gilberto Freyre; II Mostra e II Simpósio do Filme Documental Brasileiro, juntamente com o Grupo de Cinema Su-per-8 de Pernambuco e apoio da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME); Curso de Métodos e Técnicas em Pesquisas Folclóricas, juntamente com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro; II Ciclo de Estudos sobre o Imaginário; Curso de Preparação e Treinamento de Pessoal de Museus; Curso de Técnicas de Arquivo, Microfilmagem e Restauração de Papéis e Documentos, com a colaboração do Departamento de Assuntos Culturais, orientação do Arquivo Nacional e apoio da Fundação Cultural do Maranhão.

Através do Departamento de Museologia, o Instituto, além de prestar assessoramento técnico aos museus de sua área de atuação, inclusive montando o Museu de Areias, no Estado da Paraíba, realizou várias exposições, destacando-se: Cerâmica Popular do Nordeste; Mamulengo; O Crucifixo na Arte Popular; Luminárias Populares, no Museu Théo Brandão, em Maceió; Exposição de Cartazes Cinematográficos, no Centro Interescolar Luiz Delgado, no Recife; Aspectos do Recife Antigo; Centenário de Dona Santa. Participou, ainda, o Instituto Joaquim Nabuco da Comissão de Estudos para Implantação de um Sistema Nacional de Museus.

No decorrer desse exercício, o IJNPS recebeu para estágios, no seu Departamento de Pesquisa, estudantes brasileiros, particularmente nordestinos, e estrangeiros.

Ainda resultante dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, o IJNPS cumpriu um extenso programa editorial, publicando e divulgando: Série de Monografias — *Desenvolvimento Brasileiro e Poder Judiciário*, de Mário Pessoa; *Anais da I Mostra e I Simpósio do Filme Documental Brasileiro*; *Revista Ciência e Trópico*, *Relatório de 1976*; *Anais do I Ciclo de Estudos sobre o Imaginário*; *Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste*, de Renato Carneiro Campos; boletins da Pesquisa Índice de Preços ao Consumidor; e série de Micromonografias, sob temas ligados à cultura popular brasileira.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Administração do Instituto	Tesouro	5.510	5.510	11.718	11.543	12.660	10.790	17.341	17.341
	O. Fontes	61	61	352	330	240	365	230	230
	Subtotal	5.571	5.571	12.070	11.873	12.900	11.155	17.571	17.571
Edifício-Sede (anexo)	Tesouro	484	484	649	649	682	268	686	686
	O. Fontes	2.746	2.746	144	144	-	55	-	-
	Subtotal	3.230	3.230	793	793	682	323	686	686
Desenvolvimento de Pesquisas	Tesouro	4.440	4.440	8.916	8.916	16.846	8.173	16.455	16.455
	O. Fontes	4.248	4.248	3.012	1.273	1.745	7.188	1.860	1.860
	Subtotal	8.688	8.688	11.928	10.189	18.591	15.361	18.315	18.315
PASEP	O. Fontes	31	31	63	63	150	212	200	200
TOTAL		17.520	17.520	24.854	22.918	32.323	27.051	36.772	36.772

IV - Conclusão

A atuação do Instituto Joaquim Nabuco no ano de 1978 deverá caracterizar-se pela realização de pesquisas. No caso, além de dar continuidade a diversas pesquisas iniciadas no segundo semestre de 1977, deverá dar início a outras, quer em convênio com instituições, quer cumprindo o seu programa próprio de pesquisa. Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realizará as pesquisas Vocabulário de Possível Aquisição por Pré-Escolares de Áreas Sócio-Economicamente Desfavorecidas, e Perfil Sócio-cultural e Classificação no Vestibular — Norte, Nordeste, Brasil. Deverá ampliar a área de atuação das pesquisas Comercialização do Mercado Habitacional e Evolução dos Aluguéis; concluir o Projeto Doutor Aquino e o Projeto Pirapama, pesquisas realizadas na área da Geografia; bem como executar pesquisas para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e outras instituições sediadas na região.

Na área da cultura, além de prosseguir com os trabalhos de levantamento do acervo museológico, deverá continuar assessorando os museus nordestinos, realizar exposições, cursos de preparação e treinamento de pessoal de museus, e executar os seguintes projetos: IV Encontro Inter-regional de Cientistas Sociais do Brasil; Levantamento Iconográfico dos Engenhos de Pernambuco; III Ciclo de Estudos sobre o Imaginário; Projeto de Integração Cívico-Cultural; Aspectos Iconográficos do Nordeste Brasileiro; II Programa de Estudos sobre os Rumos do Desenvolvimento Brasileiro; Curso de Técnicas de Arquivo, Microfilmagem e Restauração de Papéis e Documentos.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

I - Apresentação

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), com o órgão cultural vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, atuou, durante o exercício de 1977, no campo do desenvolvimento da cultura, da pesquisa, do ensino e da divulgação científica e literária.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

- Pesquisas Filológicas

Foram elaborados, em diferentes fases, os seguintes trabalhos: Edição dos *Sonetos de Luiz de Camões*; *Obra Crítica de Nestor Vitor*; *Obra de Carlos de Laet*

(Discursos e Conferências); *Literatura Popular em Verso*; *Catálogo e Antologia*; *Xilógrafos Nordestinos* (Álbum de Xilogravuras Populares de Capas de Folhetos de Cordel); *Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (esboço); e Manual de Elaboração de Trabalhos Universitários.

- Pesquisas Rui anas

Dentre os trabalhos realizados encontram-se as *Obras Completas de Rui Barbosa*.

- Centro de Estudos Históricos

O citado centro foi implantado com a finalidade de desenvolver pesquisas e estudos relativos à História do Brasil, no período de 1870 a 1930.

- Setor de Pesquisas Jurídicas

Com o objetivo de desenvolver pesquisas e estudos visando à publicação de textos de jurisprudência, bibliografias e estudos de Direito, foi organizado o Setor de Pesquisas Jurídicas. Através do referido setor, e em convênio com a Câmara dos Deputados, a Fundação Casa de Rui Barbosa promoveu a publicação da obra *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*.

— *Documentação*

A Fundação Casa de Rui Barbosa promoveu:

- organização das coleções Rui Barbosa e Sao Clemente, esta última especializada em Direito, Filologia, História e Literatura (70.000 volumes), e da coleção de jornais;
- manutenção do Arquivo de Literatura, com o objetivo de preservar papéis, tais como manuscritos, correspondência, originais de livros, e também a documentação iconográfica e os objetos dos mais expressivos nomes da intelectualidade brasileira;
- manutenção do Arquivo Histórico como fonte de pesquisa histórica da vida e obra de Rui Barbosa e do período que abrange o final do Império e início da República.

— *Projeto Artes na Casa de Rui Barbosa*

O projeto Artes na Casa de Rui Barbosa foi criado em 1973, com o objetivo de contribuir no aprimoramento cultural da cidade e incrementar a difusão da Casa de Rui Barbosa. Nesse exercício, o referido projeto colocou a Fundação em lugar de relevo no panorama musical, através da realização de recitais, cursos, palestras e conferências para 5.362 participantes.

Além das atividades mencionadas, a Fundação Casa de Rui Barbosa promoveu:

- atividades em escolas, tais como a divulgação da Casa, dos serviços por ela prestados na área de educação, através de palestras com projeção de audiovisuais e teatro de sombras, atingindo a 2.648 alunos;
- intensificação da visitação comum à Casa de Rui Barbosa através de um sistema de visitas guiadas, também em inglês e francês, cujo teor informativo está diretamente associado a Rui Barbosa. Os visitantes foram da ordem de 7.900.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Amortização e Encargos de Financiamento	Tesouro	500	500	1.050.	546	600	201	—
Pesquisas	O. Fontes	—	—	1.928	1.893	6.427	5.337	—
Documentação	O. Fontes	—	—	3.958	3.740	3.386	3.367	—
Visitação	O. Fontes	—	—	483	376	745	707	—
PASEP	O. Fontes	—	—	65	60	100	104	—
Administração	O. Fontes	1.633	1.633	3.351	2.457	6.084	4.897	13.557
Anexo ao Edifício-Sede	O. Fontes	—	—	—	—	3.738	3.737	—
TOTAL		2.133	2.133	10.835	9.072	21.080	18.350	13.557

IV - Conclusão

Os principais pontos de atuação prioritária para 1978 são os seguintes:

- intensificação e ampliação dos projetos de pesquisa e publicação de obras nas áreas de Direito, Filologia, História e Literatura, além dos estudos e publicação de textos ligados à vida e obra de Rui Barbosa;

- ampliação dos acervos literário, histórico e bibliográfico através de aquisição por doação, compra ou permuta, com o objetivo de consolidar a posição da Fundação Casa de Rui Barbosa como centro de documentação especializado;

- instalação de um laboratório próprio para a execução de serviços de reprografia, atendendo às necessidades de: preservar, para fins de segurança, através da reprodução em microfilme, a documentação de valor histórico integrante do acervo do Arquivo Histórico, preservar, pelas mesmas razões, a coleção de jornais da Hemeroteca; assegurar, através de cópias, o uso da documentação de valor histórico, sem riscos de dano à sua integridade física; fornecer aos usuários cópias instantâneas de documentos; e prestar serviços a terceiros;

- instalação de laboratório de conservação e de restauração e oficina de encadernação que respondam pelos trabalhos técnicos de bens culturais de valor histórico ou não, cujo suporte básico seja o papel pertencente ou não ao seu próprio acervo;

- dotar a FCRB de um conjunto de cinema, cantina e bar, e possibilitar a exploração comercial dessas dependências, de modo a assegurar auto-suficiência econômica e financeira da entidade.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

I — Apresentação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem exercido uma atuação constante e efetiva na defesa e divulgação do patrimônio cultural brasileiro e do seu acervo de valor natural e paisagístico. Conta, para execução de suas atividades, com o apoio de autoridades estaduais e municipais, através de seus órgãos regionais de proteção de valores locais e de outras áreas do poder público federal, tais como Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), além de outras empresas públicas e particulares.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

- *Conservação e Restauração de Bens Imóveis de Valor Histórico e Artístico*

Dentro desse projeto estão sendo executadas cerca de 35 obras em igrejas, fortes e museus, distribuídos por todo o território nacional.

Por intermédio de destaque de recursos do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, firmado em convênio SEPLAN/MEC, vêm sendo desenvolvidos 52 projetos na Região Nordeste, bem como recuperadas cidades históricas situadas na Região Centro-Oeste e na Sudeste.

- *Processos de Tombamentos*

Em suas atividades de tombamento do patrimônio histórico e artístico nacional, acham-se em execução 18 projetos em 11 estados brasileiros.

- *Pesquisas Arqueológicas*

No setor de arqueologia, foram cadastrados novos sítios e desenvolvidas várias pesquisas, em todo o território nacional, destacando o tratamento especial dado à localização de grutas no Estado de Minas Gerais e a proteção que vem sendo oferecida às jazidas de Itaipu, Rio de Janeiro.

— Atividades Museológicas

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Estudo, Pesquisa e Tombamento, destacam-se, pela sua importância, o do Museu da Abolição, onde está se processando o trabalho de levantamento de documentos e notícias referentes ao período abolicionista; inventário do patrimônio cultural; avaliação do acervo de vários museus; avaliação dos quadros de visitantes dos museus e casas históricas e controle de saída e entrada de obras de arte no território nacional.

— Atividades na Área da Divulgação

Foram programadas, em 1977, em sua série de publicações, as obras *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira*, de Carlos Del Negro, e *Livro dos Guardiões do Mosteiro de São Bento*, estando, ainda, em fase de impressão, o nº 18 da *Revista IPHAN*.

Ainda na faixa da divulgação, realizou o IPHAN a abertura dos museus de Arte Sacra de Paraty e de Arqueologia de Itaipu, Niterói, e patrocinou, em colaboração com a FUNARTE, a exposição Tempo e Lembrança de D. Pedro II, inaugurada no Museu Nacional de Belas Artes e levada, a seguir, para o Palácio do Ingá, em Niterói, e para o Centro de Cultura de Petrópolis.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Amortização e Encargos de Financiamento	Tesouro O Fontes	286	274	1.032 1445	1.032 1365	1 389 75	1 386 64	1.121
	Subtotal	286	274	2477	2.397	1 464	1 450	1.121
Administração	Tesouro 0. Fontes	10 378 1317	9.694	18474 1.310	18.423	30 341 465	23 040 291	38 095 4.750
	Subtotal	11.695	9694	19.784	18423	30 806	23331	42.845
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	500
Pesquisas Arqueológicas	Tesouro O Fontes	150	130	250	220	300 30	290	350 40
	Subtotal	150	130	250	220	330	290	390
Manutenção e Conservação do Parque Histórico Nacional Guararapes	Tesouro 0. Fontes	1.000 1.300	1 000 929	1000 370	1.000 324	1.000 45	109	1 000 966
	Subtotal	2300	1.929	1 370	1.324	1045	109	1966
Conservação e Restauração do Patrimônio Histórico e Artístico	Tesouro 0. Fontes	9 860 17 840	9 860 11.273	10 600 18100	10.600 5 255	10 934 76.005	10.934 24.269	12050 50.531
	Subtotal	27 700	21.133	28700	16.855	86939	35.203	62 581
Difusão Cultural	0. Fontes	-	-	200	199	-	-	
TOTAL		42131	33 160	62.781	38.418	120 584	60 383	109.403

IV - Conclusão

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional comemorou, em 1977, o seu 40º aniversário, período esse dedicado à preservação e defesa dos bens culturais e tradições históricas nacionais.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE I —

Apresentação

A Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) teve em 1977 uma atuação destacada na vida cultural do País; seguindo as diretrizes da Política Nacional de Cultura, coordenou projetos de Incentivo à Criação e Difusão no Âmbito da Cultura, através de seus Institutos e mediante convênios e contratos com entidades públicas e particulares.

Cumprindo o plano de trabalho estabelecido para 1977, as diversas metas propostas foram atingidas em todo o território nacional, ou seja: 15 concursos; 32 festivais; 28 exposições; 68 espetáculos isolados; 13 publicações; 38 cursos; apoio a 28 entidades; restauração e conservação de 7 instituições e 16 pesquisas.

A FUNARTE, na execução do seu plano de trabalho, procurou implantar um perfeito entrosamento entre os órgãos culturais, articulando-se com as unidades ministeriais e demais entidades de direito público e privado. Dando ênfase à interiorização da cultura, procurou conscientizar a população da importância de preservar os valores significativos da cultura em suas manifestações genuínas.

Visando à importância das artes como fator de enriquecimento do indivíduo, fora do período de aprendizado obrigatório considerado como de sua formação educativa, a FUNARTE vê a necessidade de complementar os sistemas convencionais do ensino através da arte.

Mediante convênios e contratos firmados com as secretarias de estado, prefeituras, fundações culturais, universidades e entidades particulares, com objetivos culturais, a FUNARTE apoiou diversos projetos nos estados, dando aos alunos de 1º e 2. grau uma complementação da educação ministrada na escola, através de cursos, concursos, espetáculos teatrais de música e dança.

Dentre outros projetos nesse campo, citam-se:

— Projeto *PRODARTE* da Secretaria de Educação de Pernambuco, visando à arte como instrumento de formação do homem; *Centro de Criatividade*, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, com vistas à execução de programas e espetáculos de livre manifestação artístico-cultural da comunidade; // *RECREARTE*, da Universidade Federal de Santa Catarina, propiciando às crianças o aprendizado sob a forma de recreação nas modalidades de teatro, pintura, educação musical e educação física; *Circo da Cultura*, da Fundação José Augusto, Rio Grande do Norte, que é constituído por uma unidade móvel que excursiona em

todo o Estado, oferecendo cursos, exposições e apresentação de grupos folclóricos; *Ateliê de Gravura*, do Palácio do Ingá, Niterói, dando cursos visando ao ensino e a prática da arte de gravura; *Cursos de Criatividade para Crianças*, da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, que têm por objetivo desenvolver a personalidade num processo de livre criação através de arte como meio de integração pessoal e sócio-cultural; *Cursos na Escolinha de Arte do Brasil*, no Rio de Janeiro, visando a qualificar professores e artesãos para o ensino de 1º grau, no campo de educação artística.

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1977, realizou em todo o território nacional o Concurso Marechal Rondón, destinado a estudantes do 1º grau, procurando despertar o interesse e o conhecimento da cultura popular brasileira. Consiste na elaboração de trabalhos sobre a contribuição da cultura indígena ao folclore brasileiro.

Concurso Lourenço Filho, realizado pelo Instituto Nacional de Artes Plásticas/FUNARTE, de âmbito nacional, destinado a valorizar e difundir experiências de professores no campo da educação artística em todos os níveis de ensino, através de monografias.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

- Na Área da Música

- Projeto Bandas de Música - destinado à preservação das bandas existentes e a incentivar a criação de novas bandas (realização do I Campeonato Nacional de Bandas).

- Projeto Espiral - para formação de jovens instrumentistas em todo o território nacional e a Coordenação de Luteria visando à preparação de jovens no aprendizado da luteria.

- Concurso Nacional de Jovens Instrumentistas e Concertos para a Juventude — incentivo aos jovens instrumentistas, buscando despertar novos valores.

A Rede Nacional de Música Erudita e Popular, de alcance nacional, teve em média 200 apresentações acompanhadas de palestras e aulas.

A Rede Nacional de Música Erudita atua quase de maneira didática, enquanto a Rede Nacional de Música Popular procura ampliar o mercado de trabalho para o músico brasileiro e dinamizar a vida musical nas diversas regiões menos favorecidas.

- Projeto Pixinguinha - cujo objetivo é divulgar a música popular brasileira, abrindo novas frentes de trabalho para os músicos do País.

Gravação ou reedição de discos de músicas clássica, folclórica e popular brasileira, e lançamento de livros da música popular brasileira.

— Na Área do Folclore

Na área do Folclore — a atuação da FUNARTE se fez através de cursos de Folclore para universitários, divulgação da cultura popular brasileira através de discos e cadernos do folclore; concursos para despertar e estimular o interesse pela cultura popular; e finalmente, uma obra de grande alcance, o *Atlas Folclórico do Brasil*, visando ao cadastramento de artes, artesanato, danças e folguedos, para retratar a cultura popular em todo o País.

A V Festa do Folclore Brasileiro, realizada em Alagoas com a participação dos estados do Brasil nas suas manifestações de arte e cultura popular.

- *Na Área das Artes Plásticas*

- Apoio a pesquisas sobre aspectos relevantes das manifestações artísticas no País; impressão de catálogos de artistas brasileiros com exposições no exterior; complementação financeira de prêmios de viagem ao estrangeiro de artistas plásticos; II Salão Universitário de Artes Plásticas na Paraíba; bolsas de estudo para crianças, adolescentes e adultos para cursos de criatividade; reciclagem de professores; produção de diapositivos de obras de arte dos acervos do MASP, MNBA; produção de cartões postais do acervo do MNBA.

- Apoio à realização de exposições nas galerias de arte da FUNARTE.
- Reprodução de obras de artistas brasileiros e distribuição às escolas, centros culturais e público em geral.

- *Seminários, Encontros e Reuniões*

Nesta área, citam-se como principais realizações: I Seminário Interno da FUNARTE, destinado a uma reflexão sobre as técnicas de trabalho empregadas nesta Fundação; I Encontro de Coordenadores de Festivais, com a participação de elementos dos mais importantes festivais patrocinados também pela Fundação procurando estabelecer princípios e diretrizes para futuras programações; II Encontro de Folclore em João Pessoa - Paraíba (Projeto Universidade); III Encontro de Corais de Recife — Pernambuco; I Encontro de Folguedos Populares do Nordeste — Teresina, Piauí; III Encontro Nacional de Compositores - Brasília, Distrito Federal; IV Encontro de Arte de Belém, Pará (Projeto Universidade); II Encontro de Mamulengos do Nordeste - Natal, Rio Grande do Norte; Encontro do Teatro de Fantoche — João Pessoa, Paraíba (Projeto Universidade); I Encontro Nacional do Choro - Londrina, Paraná; Encontro do Jovem Solista Nordestino — João Pessoa, Paraíba (Projeto Universidade); Ciclo de Debates sobre Arte Brasileira Contemporânea - MAM, Rio de Janeiro; Seminário de Folclore do Médio São Francisco — Petrolina, Pernambuco (Projeto Universidade); IX Seminário Nacional de Violão -Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Simpósio sobre Teatro Paraibano — João Pessoa, Paraíba (Projeto Universidade); Simpósio sobre Artesanato Paraibano — João Pessoa, Paraíba (Projeto Universidade); e Simpósio sobre Artes Plásticas Paraibanas — João Pessoa, Paraíba (Projeto Universidade).

- *Inovações Ocorridas durante 1977*

Em 1977 foram implantados pela FUNARTE diversos projetos, entre os quais merecem ser citados:

- Projeto Universidade — tem por objetivo apoiar a universidade como pólo irradiador da cultura para a comunidade, ao mesmo tempo que incentiva o aparecimento de novos valores entre os universitários.

Das 31 solicitações recebidas em 1977, foram atendidas 26 universidades federais e particulares, com a realização de 149 eventos.

Nessa programação, foi dada ênfase à cultura regional, revitalizando o movimento artístico local, incentivando também o interesse pelas pesquisas que façam

o levantamento do acervo de cultura popular visando à preservação da memória artística nacional.

Abrangeu, ainda, as áreas de música, folclore, artes plásticas, teatro, dança e outros.

- Bolsas para Pesquisas — com a finalidade de estimular a pesquisa cultural em todo o País, a FUNARTE, com a colaboração do Conselho Nacional de Direito Autoral, do MEC, ofereceu bolsas de estudo para pesquisas em diversos campos culturais.

- Monografia Pixinguinha — concurso nacional instituído pela FUNARTE para trabalho sobre a vida e a obra de Alfredo da Rocha Viana Júnior — Pixinguinha.

- O Projeto Pixinguinha, assim denominado em homenagem ao compositor carioca, desenvolveu uma programação musical aproveitando intérpretes da música popular brasileira, que se apresentaram, em duplas, nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Curitiba, alcançando grande sucesso junto ao público.

- Centro de Documentação - foi criado em 1977, com o objetivo de organizar um acervo interno de documentação sobre as atividades da FUNARTE e de outros órgãos culturais.

— *Participação em Eventos internacionais*

- Patrocinada pela FUNARTE, a Orquestra Sinfônica Brasileira apresentou-se com grande sucesso nos Estados Unidos, onde gravou peça de autor nacional, e também exibiu-se no México e no Canadá.

- No Rio de Janeiro, o I Encontro Latino-Americano de Educação através da Arte, patrocinado por esta Fundação e realizado pela Sociedade Brasileira de Educação Através da Arte (SOBREART), reuniu participantes de vários países, contando com a participação em massa do jovem educador, e teve como objetivos: a permuta de experiências educativo-culturais; análise da formação de recursos humanos no campo da arte/educação; reflexão sobre os problemas referentes ao contexto cultural latino-americano.

- Em São Paulo realizou-se de outubro a dezembro a XIV Bienal Internacional, que contou com o apoio da FUNARTE.

- Dentre os eventos patrocinados pela FUNARTE, sobressaem ainda: VIM Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro; IV Concurso Internacional de Quarteto de Cordas do Museu Villa-Lobos, no Rio de Janeiro; III Concurso Internacional de Violão do Liceu Palestrina, em Porto Alegre; V Festival Internacional de Coros do Rio Grande do Sul; e I Curso Internacional de Violoncelo, na Paraíba.

— *Outras Atividades Relevantes*

- Em 1977, a FUNARTE reformou o Museu Nacional de Belas-Artes, onde está instalada a sua sede.

- A FUNARTE tem, ainda, apoiado a restauração e conservação de prédios ligados à vida cultural do País: a restauração do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; do Teatro Carlos Gomes, do Espírito Santo; do Museu de Belas-Artes do Rio de Janeiro; a transformação da Igreja de Santo Alexandre, em Belém do Pará, em Sala de Espetáculos Culturais.

• Através do Instituto de Artes Plásticas, do Instituto Nacional de Música e da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, apoiou pesquisas, como: Tambor da Crioula, Projeto Tempo e a Música no Barroco Católico do Ciclo do Ouro - levantamento e revisão de partituras; Projeto sobre Metodologia e Pesquisa Folclórica, Pesquisa sobre História da 1ª Coleção Oficial de Pintura.

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro continuou em 1977 a publicação dos Cadernos de Folclore - *Pano da Costa*, *Folia de Reis*, *Samba de Caboclo*, *Congos da Paraíba*, *Folia de Reis de Mossâmedes*, *Jogo das Bolinhas*, e também outras publicações como *O Folclore do Açúcar*, *Folclore da Bacia do São Francisco*, *Ideologia dos Poetas Populares* e *Folclore de Alagoas*.

III - Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação das Atividades Culturais	Tesouro 0. Fontes	-	-	4.400 8.200	4.400 8.128	28.119 7818	28.119 6.822	47.525 1.380
	Subtotal	-	-	12.600	12.528	35.937	34.941	48.905
Incentivo à Criação e Difusão no Âmbito da Cultura	Tesouro 0. Fontes	-	-	600 33.000	600 33.000	38.200 68.272	36.666 69024	26.400 49.000
	Subtotal	-	-	33.600	33.600	106.472	105.690	75.400
Apoio às Orquestras Sinfônicas	Tesouro	-	-	-	-	-	-	30.000
PASEP	0. Fontes	-	-	-	-	-	-	620
TOTAL				46.200	46.128	142.409	140.631	154.925

IV - Conclusão

Em 1977, com a implantação de novos projetos em todas as áreas, houve uma dinamização total das atividades da FUNARTE, buscando redimensionar sua participação no processo cultural do País, através de um planejamento cuidadoso, que atingiu não somente os grandes centros urbanos como também o interior do País.

Na intenção de promover a divulgação sistemática dos bens, fatos e manifestações artístico-culturais, estimulando a criatividade e apoiando os movimentos culturais da comunidade, atuou a FUNARTE: implantando o plano regional das atividades culturais, de conformidade com as peculiaridades de cada região e as características sociais próprias de cada comunidade; incentivando o processo de formação de recursos humanos, na área da cultura, através de cursos, seminários e palestras; estimulando e apoiando iniciativas destinadas a restauração, conservação e preservação do acervo artístico-cultural; apoiando a realização de festivais de arte: firmando convênios com as secretarias de estado, prefeituras municipais, fun-

dações culturais, entidades particulares, visando a atender à política cultural do MEC no sentido de incentivar as manifestações culturais, interiorizar a cultura e sensibilizar o público em geral.

Entre outros, merecem referência no planejamento para 1978 o desenvolvimento dos projetos: Pixinguinha, Espiral, Bandas de Música, Rede Nacional de Música Erudita; a implantação do Centro de Documentação e Pesquisa da FUNARTE; o Salão Nacional de Artes Plásticas; a edição do *Atlas Folclórico* e o Projeto Universidade.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

I - Apresentação

O Departamento de Administração (DA), durante o ano de 1977, além de executar suas atividades normais, consolidou-se, definitivamente, como órgão setorial do Sistema de Serviços Gerais.

Os trabalhos desenvolvidos tanto a nível de execução como de controle e supervisão, no âmbito do MEC, propiciaram ao DA uma abrangência de atuação até então não experimentada.

O efetivo relacionamento com os demais órgãos setoriais do MEC conduziu à formação de um Grupo Interdepartamental, onde são discutidos e solucionados os problemas dessa área.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

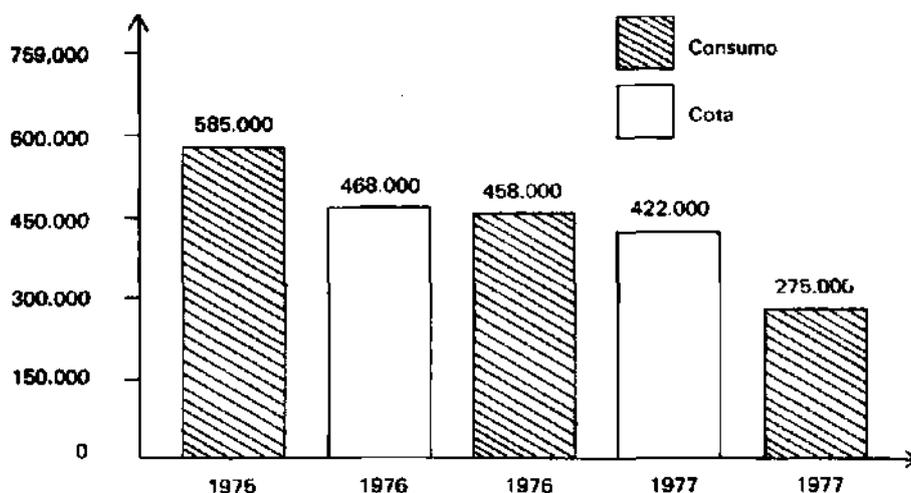
— *Em Transporte*

Como órgão setorial do Subsistema de Transporte, o DA efetivou o cadastramento, a nível nacional, de todos os veículos automotores pertencentes ao MEC, além de disciplinar as alienações, remanejamentos e aquisições dos mesmos.

O controle de uso de combustível, também a nível nacional, foi melhor sistematizado, capacitando-o, a qualquer momento, a fornecer dados precisos acerca de seus quantitativos.

Quanto ao consumo de gasolina pelos órgãos da administração direta sediados em Brasília e sob a gestão do DA, verificou-se uma acentuada redução. Em 1977 foram consumidos apenas 275.000 litros contra os 458.000 litros de 1976, fato que, percentualmente, implicou em uma queda de consumo da ordem de 40%.

**Consumo de Gasolina dos Órgãos da Administração
Direta em Brasília - 1975/1977**



Fonte: DAMEC

— *Em Material*

Operando de forma centralizada e utilizando-se de processamento em computador, a atividade de material, sob a gestão do DA, apresentou um grande desenvolvimento; para tanto, realizou: o atendimento a 1.185 pedidos de compras; o atendimento a 4.350 requisições de materiais; a aplicação de 98 penalidades a fornecedores considerados inadimplentes; a movimentação de recursos da ordem de Cr\$ 18 milhões na aquisição de material de consumo, equipamentos e instalações, e material permanente.

Visando ao aprimoramento de suas atividades, preocupou-se o DA em dotar o Almoxarifado Central dos requisitos indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

— *Em Administração de Edifícios Públicos e Instalações*

Entre outras atividades, são dignas de menção: reforma total da Coordenação Odontológica do Departamento de Pessoal; obras para conservação e melhoria das instalações físicas do edifício sede do Ministério; elaboração de projetos para instalação de cantinas e depósitos para a CNAE; estudo para a locação dos órgãos do MEC, no anexo do edifício sede do Ministério.

- *Em Patrimônio e Comunicação*

Objetivando melhorar os serviços de comunicação do MEC, foram desenvolvidas, entre outras, as seguintes atividades: ampliação da capacidade de central PABX de 30 troncos e 300 ramais para 40 e 400, respectivamente; dinamização dos métodos utilizados na pesquisa e recuperação de processos e documentos arquivados; atualização e distribuição do Catálogo de Endereços e Telefones dos órgãos integrantes do MEC; realização de cerca de 4.500 tombamentos patrimoniais móveis e 19 termos de cessão de material.

— Em Distribuição de Unidades Residenciais

Através de gestões junto à Secretaria de Unidades Residenciais do DASP, o DA, por intermédio da Comissão de Transferência e Distribuição de Unidades Residenciais, obteve a liberação de 107 apartamentos funcionais, para servidores das mais diversas categorias.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Coordenação dos Serviços Administrativos	Tesouro	17 482	17 482	36.526	35 542	44.619	42.707	51 970
Manutenção de Residências Oficiais	Tesouro	150	150	500	228	-	-	-
Coordenação de Serviços Administrativos	FNDE	2368	2368	3.576	2.140	3800	3.070	-
T O T A L		20.000	20.000	40.602	37.910	48.419	45.777	51.970

IV-Conclusão

O Departamento de Administração conseguiu, em 1977, cumprir satisfatoriamente as atribuições a ele conferidas, oferecendo suporte às atividades finalísticas do Ministério, além de ter se consolidado como órgão setorial do Sistema de Serviços Gerais.

Para 1978, estão previstas como atividades prioritárias: conservação do edifício-sede do Ministério; implantação do Laboratório de Microfilmagem do MEC; elaboração de normas relativas às diferentes áreas do Sistema de Serviços Gerais; desenvolvimento dos Sistemas de Patrimônio e Comunicação; orientação e assistência técnica aos órgãos do MEC no âmbito do Sistema de Serviços Gerais; elaboração de projeto para a creche do Ministério.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

I — Apresentação

O Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), durante o ano de 1977, executou, juntamente com instituições de ensino e secretarias de Educação, o projeto prioritário Desenvolvimento do Sistema de Bolsas, o qual representa a atividade principal do DAE e tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo.

Procurando realizar um acompanhamento sistemático, o DAE vem prestando assistência técnica e assessoramento aos vários órgãos envolvidos nos diversos programas. Embora a disponibilidade orçamentária seja limitada, em face das necessidades, sente-se um esforço por parte do Ministério em suprir essas deficiências, mediante créditos adicionais, para o melhor atendimento ao estudante carente, através dos programas seguintes: Bolsa de Trabalho; Bolsa para o Ensino Superior; Bolsa para o Ensino Especial; Bolsa de 1º e 2º Graus; Bolsa Convênio MEC/Volks; Bolsa Convênio MEC/INPS; atividades extracurriculares; projetos especiais, e distribuição de material escolar.

Tendo em vista as características sócio-econômicas da maioria da população estudantil brasileira, estudos recentes mostraram a alta prioridade da assistência ao estudante, como fator de suporte do investimento no ensino, maximizando o seu retorno e minimizando o desperdício. No último caso, aparecem como efeito da assistência a redução dos índices de evasão e repetência, sobretudo no início do 1º grau, e o incremento das conclusões de cursos a nível de 3º grau, o que implica, no que se refere ao primeiro aspecto mencionado, em melhores oportunidades de participação no mercado de trabalho e conseqüentes aumentos da produtividade e da renda.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

Execução dos programas do DAE

— *Bolsa de Trabalho* — é realizado através de convênios celebrados entre o MEC e instituições de ensino superior e profissionalizantes de 29 grau. Nesse exercício, houve a implantação de duas novas modalidades de bolsa-trabalho: Bolsa-Trabalho/Pesquisa e Bolsa-Trabalho/Esporte, tendo os convênios a duração de quatro meses, abrangendo 14 instituições de ensino.

- *Bolsa para o Ensino Superior* — está em fase de extinção, a partir da implantação do Programa de Crédito Educativo.

- *Bolsa para o Ensino Especial* - executado pelas secretarias estaduais de Educação, tendo em vista o processo de descentralização da execução das atividades de apoio ao estudante, nas diferentes áreas de ensino. Nesse programa, o DAE elaborou um projeto de Bolsa-Trabalho para Excepcionais, com a cooperação técnica do CENESP.

- *Bolsa de 1º e 2º Graus* - para esta atividade é destinado o maior volume de recursos financeiros. Existe sob duas formas: direta e indireta. Na direta, o atendimento é feito através de formulários padronizados distribuídos aos candidatos pelos parlamentares. A indireta é concedida através de convênio firmado com as secretarias estaduais de Educação.

O DAE e o CIMEC realizaram uma pesquisa a nível nacional, objetivando a obtenção de subsídios para análise desse programa de bolsas na forma direta em todas as instituições particulares de ensino que mantêm alunos bolsistas.

Foram efetivados estudos visando ao aproveitamento do programa, merecendo realce a implantação da renovação automática das bolsas de estudos.

Finalmente, a elaboração do formulário para pedido de bolsas de estudo, separado por grau de ensino, possibilitando maior eficácia no planejamento financeiro do programa.

- *Bolsa Convênio MEC/Volks* — tem por objetivo incentivar os melhores alunos dos cursos técnico e superior de Mecânica e Eletrônica.

No decorrer desse ano, foi realizada uma experiência piloto, sugerida pela comissão executora do convênio, visando à formação de uma equipe interdisciplinar de discentes da Universidade Federal de Sergipe, desenvolvendo uma programação conjunta entre a Universidade e a empresa Volkswagen do Brasil, durante o estágio.

- *Bolsa Convênio MEC/INPS* — visa à concessão de bolsas integrais de 1º, 2º e 3º graus, mediante a liquidação de débitos previdenciários das instituições de ensino. A execução foi iniciada de forma descentralizada pelos órgãos de assistência ao estudante das secretarias estaduais de Educação, bem como a implantação do programa, pelo sistema de computação, através do CIMEC.

- *Atividades Extracurriculares* — a concessão de auxílio financeiro às entidades estudantis contribuiu para a expansão e integração do estudante brasileiro, através do desenvolvimento de atividades esportivas, sócio-culturais e científicas.

- *Projetos Especiais* - têm por objetivo propiciar a cooperação financeira às residências e aos restaurantes estudantis, a nível nacional, e visa ao melhor atendimento à satisfação das necessidades básicas do estudante: alimentação e moradia.

Pelos projetos citados, foi realizada uma pesquisa, por casas de estudantes e alojamentos, visando à definição de uma política nacional de assistência às mesmas, mediante trabalho efetuado em convênio com a FUMP (Fundação Universitária Mendes Pimentel).

- *Distribuição de Material Escolar* — é um programa executado em articulação com os programas: PLIDEF, FENAME e PROMUNICfPIO.

Além dessas atividades, também são realizadas reuniões, periodicamente, com órgãos do próprio Ministério, bem como com órgãos da administração pública e privada, objetivando maior articulação entre os mesmos, em face da implantação

de programas ligados à área de assistência estudantil, bem como à realização de programas conjuntos.

III — Execução Financeira

OS 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários Atividades da Administração do Órgão	Fonte da Recursos	1976		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Desenvolvimento do Sistema de Bolsas	Tesouro a Sal.-Ed.	56.670	52.530	76.400	75.166	120.484	103.088	293.713
	406	393	439	418	702.160	15.000		
	Convênio	1.700	1.640	5.500	5500	16.040	2.197	
	Rest.Div.	7.136	7.090	9000.100	8.998.51	2.559		
	S.R. Orçamentários	6.400	2.876					
S. Div.							180	
Créd. Sup.								
	Subtotal	71.311	64.529	90.439	87.123	138.935	120.435	293.893
Regularização do Débitos da Estabelecimentos Particulares de Ensino com a Previdência Social	Tesouro	-	-	100.000	91423	100.000	92422	100.000
Incentivo às Atividades Extracurriculares	Tesouro	1.743	1.743	2.760	2.758	3000.1	2.964	3.710
S.R.Div			~	-	060	861		
	Subtotal	1.743	1.743	1760	2768	4060	3.815	3.710
Distribuição de Material Escolar	Tesoura Diversos	566	555	800	800			1.000
	710	710			950	950		
	S. Sal.-Ed					3.160	3.160	
	Subtotal	1.265	1.265	800	800	4.110	4.110	1.000
Apoio para Instalação e Manutenção de Residências	Tesouro	1666	1666			6.589	6589	5.600
	J. T Ren			2.700	2699	135.220	135.220	
	das							
R.R Div.								
	Subtotal	1666	1.666	4.700	4.699	6.944	6944	5600
Assistência Financeira à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade	Tesouro	4.021	4021	16.521	16.521	23.000	23.000	32.700
Coordenação das Atividades de Assistência ao Estudante	Tesouro	2.004	1.987	2889	2.669	3843	3.629	5.884
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	J.T. Rendadas			.		916	916	-
TOTAL		82.010	76.211	218.109	205.993	281.808	255.271	442.787

IV - Conclusão

O Departamento de Assistência ao Estudante vem canalizando uma parcela razoável de suas programações e recursos para superar, embora parcialmente, os obstáculos enfrentados pelos estudantes brasileiros.

O desenvolvimento do projeto prioritário com todas as suas inovações em 1977, a adoção de projetos de material escolar, o auxílio a residências e restaurantes estudantis, e o incentivo às entidades estudantis demonstraram o apoio departamental no sentido de assistir melhor o alunado brasileiro, contribuindo para a sua formação plena.

A descentralização de várias programações para o âmbito das secretarias estaduais de Educação e a colaboração das delegacias/representações do MEC têm-se mostrado extremamente proveitosas.

As universidades, de maneira geral, mostraram-se sensíveis aos problemas estudantis, prestando uma contribuição valiosa para realização dos objetivos propostos pelo DAE, cumprindo, assim, sua função social no contexto nacional.

Os pontos de atuação prioritária para 1978 são:

- implantação do projeto de Bolsa-Trabalho para Excepcionais; convênio com o CENESP;
- reanálise da legislação de contrapartida para definição de suas disposições legais;
- elaboração de normas de execução de convênios, visando à criação de um documento único para normatizar a execução de todas as programações afins;
- criação de cooperativas escolares;
- levantamento dos serviços de assistência sanitária a estudantes;
- orientação educacional para o 3º grau;
- estudos sobre problemas de transporte escolar.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

I — Apresentação

O Departamento de Documentação e Divulgação (DDD) desenvolveu em 1977 a busca de melhor nível de produtividade de seus trabalhos, tanto na pesquisa, na seleção e no controle de documentação como na edição de publicações e na cooperação técnica com outros órgãos.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

- *Documentação*

Nesta área, o Departamento mantém toda uma estrutura voltada para o recebimento, a seleção, a codificação e a análise de informações. Possui, ainda, ligado ao PRODASEN, um terminal de computador, através do qual são colhidos dados e informações para atendimento aos órgãos do Ministério.

As atividades de documentação tiveram um ritmo crescente, resultante da constante procura de dados e informações as mais diversas, por parte dos órgãos do MEC, do serviço público em geral e de entidades de caráter educacional e cultural.

Os dados a seguir expostos demonstram a produção global na área de documentação:

- foram elaboradas 10.000 fichas de documentos recebidos e outras 10.000 referentes a codificação e arquivamento;
- diversas consultas a documentos arquivados foram atendidas, totalizando 1.134 órgãos solicitantes; a pesquisa no *Diário Oficial* atingiu a 1.983 atos diversos; no setor de controle de documentos procedeu-se, ainda, a várias pesquisas esp-s-cíficas, solicitadas por universidades e outros órgãos do MEC;
 - através do terminal do computador foram realizadas 1.097 pesquisas, englobando 5.374 documentos sobre bibliografia ou normas jurídicas;
 - a biblioteca apresentou um bom movimento: pesquisas bibliográficas — 415; livros registrados - 521; empréstimos efetuados - 232; fotografias registradas -3.000;
 - outras consultas a documentos diversos totalizaram 2.415 pesquisas;
 - em atendimento aos órgãos do MEC, foram tiradas 80.942 fotocópias.

- Biblioteca Depositária

Pela Portaria nº 77, de 3 de fevereiro de 1977, foi estabelecido o depósito obrigatório no Departamento de Documentação e Divulgação, de dois exemplares de cada edição produzida pelos órgãos da administração direta e indireta do Ministério.

Estão compreendidas, no disposto no art. 1º, edições de livros, separatas, folhetos, revistas, jornais, gravuras, estampas, plaquetas, cartazes e outras espécies documentais que se destinem à venda ou distribuição gratuita.

- Uniformização de Publicações

O DDD propôs ao Ministro Ney Braga fosse recomendada aos órgãos do MEC a adoção de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, buscando, com isso, a uniformização nas publicações editadas no âmbito do Ministério.

A iniciativa do Departamento resultou em dispositivo na Portaria nº 77/77, estabelecendo que os órgãos da administração direta e indireta do MEC deverão observar as normas técnicas e bibliográficas daquela Associação, bem como incumbindo ao DDD assistência, nesse sentido, aos órgãos do Ministério, para melhor cumprimento da determinação.

- *Divulgação*

O DDD, como órgão de apoio às atividades editoriais do MEC, tem procurado veicular dados e informações sobre o sistema educacional brasileiro e sobre os mais destacados aspectos da cultura, sempre editando novas publicações dirigidas às reais necessidades dos diversos órgãos.

Os periódicos seguintes, a exemplo dos anos anteriores, apresentaram resultados positivos, procurando documentar e difundir os mais importantes aspectos da Educação e da Cultura no País.

- *Cultura*

Logo no início do ano, concluiu-se a edição do nº 23 da revista *Cultura*, dedicada à cultura afro-brasileira, lançada no Festival de Lagos, na Nigéria.

No primeiro trimestre, o DDD lançou ainda o nº 24 de *Cultura*, número especial sobre o cinema brasileiro. Além da edição regular em papel *offset*, este número circulou, também, com edições em inglês e em francês, e foi lançado no Festival de Cannes.

Publicaram-se, ainda, os nºs 25 e 26. O nº 27 está em fase de impressão e será lançado em Bogotá, na Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na América Latina e Caribe, entre 10 e 20 de janeiro de 1978.

- *Educação*

Visando a um perfeito intercâmbio de sugestões e informações entre todos os que se interessam pelos problemas educacionais, a revista *Educação* tem-se tornado importante veículo de informações, com excelente conteúdo e alto padrão gráfico.

Concluiu-se, logo no início do ano, a edição do nº 21, e foram editados, ainda, os nºs 22, 23 e 24, sendo este último uma edição especial comemorativa do Sesquicentenário da Instituição do Ensino Primário no Brasil, lançada no Dia do Professor. O nº 25 está em fase de programação visual.

- *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*

Procurando assegurar um permanente fluxo de informações na área dos desportos e da educação física, foram publicados os nºs 31 e 32. O nº 33 acha-se em

fase de execução gráfica e o nº 34 em fase de programação visual.

- *Documenta*

Os maiores esforços foram desenvolvidos, mediante permanente entendimento com o CFE e a empresa gráfica, no intuito de garantir uma maior regularidade na publicação de *Documenta*. Assim, foram produzidos os nºs 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203 e 204. O nº 205 encontra-se em fase de execução gráfica.

- Publicações Avulsas

As publicações avulsas significaram um crescimento considerável na produção global da Divisão de Divulgação, estando o DDD voltado para a definição da real necessidade de cada peça a ser editada e para o aproveitamento integral de cada exemplar produzido, procurando enquadrar cada publicação nas normas e diretrizes baixadas no âmbito do Ministério.

- Tiragem Total Produzida

A produção global do Departamento apresentou, em termos de tiragem, números expressivos, que retratam sua marcante atuação. Foram produzidos, entre periódicos e avulsos, títulos com um total de aproximadamente 1.114.600 exemplares editados, o que representa uma média diária de produção de cerca de 4.458 exemplares.

- Laboratório Fotográfico

O laboratório fotográfico deu prosseguimento aos trabalhos de fotografia destinados às edições do Departamento, além de atender aos pedidos de cobertura fotográfica, em todo o País, formulados pelos órgãos do Ministério. Os trabalhos desenvolvidos foram: fotos - 7.023; fotolitos - 6.535; filmes revelados - 536; *s/ides* - 4.758; e *posters* - 236.

— *Programa Editorial*

A partir de 1978, o Departamento pretende estender o sistema de inserção de anúncios a outros periódicos também editados pelo DDD. Estudo conjugado está sendo concluído, envolvendo os aspectos de custos, tiragem e critério de circulação. Assim, os resultados de autofinanciamento obtidos com a inserção de anúncios na revista *Cultura* poderão, também, ser alcançados nos outros periódicos, procedendo-se à inserção de publicidade nas revistas *Educação*, *Documenta* e *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*.

Registrou-se uma elevação no movimento geral de vendas e assinaturas, assegurando um sensível aumento no montante de recursos canalizados para o FNDE, tendo os mesmos atingido os montantes de Cr\$ 2,2 milhões e US\$ 286,18.

O sistema de assinaturas e vendas foi executado por meio de livrarias, postos da FENAME e distribuidora especialmente contratada para alcançar, através de bancas de jornais, o público de todo o País.

- *Assistência Técnica*

- Sistema Audiovisual

O DDD tem procurado proporcionar aos órgãos do MEC o atendimento ine-

rente ao seu campo de atividade e buscar um resultado compatível com sua missão de órgão condutor da política de documentação e divulgação.

Assim, depois de uma fase experimental, o Departamento passou a realizar documentários cinematográficos sobre aspectos culturais e educacionais do País, por solicitação dos órgãos interessados, tendo feito filmagens em quase todos os estados da Federação.

Foram produzidos, durante o ano, filmes sobre o ensino supletivo, o ensino médio e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Foi realizada, ainda, uma experiência de produção de vídeo-teipe, estando o Departamento tomando as providências necessárias para aquisição do equipamento de sistema de VT para filmagem, gravação e reprodução. Foi também assegurada plena utilização do auditório, tanto no que se refere à projeção de filmes como a realização de atividades ali desenvolvidas.

- Outras Atividades

O Departamento prestou assistência técnica a quase todos os órgãos do MEC na confecção de gráficos, cartazes, *slides*, transparências, fotocópias e em outras formas de apoio técnico, exigidas para o bom desempenho de seminários, conferências, palestras, exposições, cursos e outras realizações dos órgãos do Ministério.

— *Exposições e Encontros*

- I EXPOB

O MEC, ao aceitar o convite da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, assumiu o patrocínio da I Exposição de Publicações Oficiais Brasileiras, realizada em Porto Alegre, de 4 a 8 de julho, cabendo ao DDD as atribuições relacionadas ao planejamento, à organização e à montagem de toda a parte técnica.

- II ENGRAF

Realizado em Viçosa, de 23 a 25 de novembro de 1977, o II Encontro Nacional de Diretores de Gráficas Universitárias contou com a presença do Diretor-Geral do DDD, que proferiu conferência de abertura do referido encontro, intitulada "As Edições Oficiais: uma Ação Disciplinada e Supletiva". O DDD recebeu, ainda, a incumbência de montar, no Ministério das Relações Exteriores, uma exposição sobre o Ensino Supletivo no Brasil, realizando o trabalho com a participação dos Departamentos de Ensino Médio, de Ensino Supletivo e de Assuntos Universitários.

— *Participação em Eventos internacionais*

O DDD participou da XIII Feira Internacional de Maputo, em Moçambique, levando dados e informações sobre o sistema educacional brasileiro e os mais destacados aspectos da cultura.

— *Acompanhamento e Contro/e de Publicações no Âmbito do MEC*

O Departamento deu prosseguimento às recomendações da Presidência da República quanto à remessa trimestral de dados e informações sobre as edições produzidas em toda a área sob jurisdição do MEC, inclusive as universidades e demais instituições da administração indireta.

Durante o ano de 1977, foram expedidos 1.114.600 exemplares de publi-

cações periódicas e avulsas, o que representa aproximadamente 250 toneladas. A referida expedição de publicações cobriu todo o território nacional e alcançou a quase totalidade dos países do mundo.

- Convênio MEC/MUDES/FUB

Com objetivo de propiciar a capacitação e o treinamento de universitários nos trabalhos desenvolvidos pelo DDD, foi celebrado convênio com o Departamento de Assistência ao Estudante, Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social e Fundação Universidade de Brasília.

- Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários. Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Administração e Manutenção do Departamento da Documentação e Divulgação	Tesouro	2.026	1.537	2.168	2.138	3.475	3381	6.652
Pesquisa e Informação sobre Educação e Cultura	O. Fontes	812	729	945	942	3.225	3.214	1.200
	Tesouro	3.100	3.099	3.800	3.799	4.650	4.650	6.300
	Subtotal	3.912	3.828	4.745	4.741	7.875	3.214	7.500
Coordenação a Fiscalização das Atividades Culturais	O. Fontes	M	84	-	-	-	-	-
Coordenação e Supervisão do Ensino Médio	O. Fontes	15	15	-	-	-	-	-
Edição e Difusão de Obra Interesse Cultural	O. Fontes	28	28	-	-	-	-	-
Apoio ao Projeto de Desenvolvimento da Educação e Cultura. Administração Geral	O. Fontes	100	100	160	149	316	304	-
Apoio ao Projeto de Desenvolvimento da Educação a Cultura - Difusão Cultural	-	-	-	2.600	2584	-	-	-
Expansão a Melhoria da Rede de Ensino de 1º Grau - Acordo MEC/USAID	O. Fontes	77	77	-	-	-	-	-
Difusão da Educação Física e Desportos	O. Fontes	528	527	778	484	-	-	-
Apoio a Projeto de Desenvolvimento da Educação e Cultura - Ensino de 1º Grau	O. Fontes	42	42	-	-	3.852	2891	-
Publicações Avulsas	O. Fontes	256	256	-	-	-	-	-
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 2º grau- Acordo MEC/USAID,	O. Fontes	10	10	-	-	-	-	-
TOTAL		7.078	6504	10.381	10.096	15518	9.790	14.152

IV - Conclusão

Caminhando paralelamente às recomendações da Presidência da República, no sentido de racionalizar ao máximo as edições do Ministério, o DDD dará prosseguimento à edição dos 4 periódicos: *Educação*, *Cultura*, *Documenta* e *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, bem como das publicações solicitadas pelos diversos órgãos.

Com base em uma avaliação procedida sobre as condições desse atendimento, para permitir o equacionamento de uma melhor contribuição deste órgão no contexto da atuação global do Ministério, verificou-se ser necessária a aquisição de peças que complementem o equipamento existente, assegurando uma eficiente e rápida execução das tarefas de natureza essencialmente técnica, que caracterizam a atuação do Departamento.

Cabendo ao DDD a incumbência de levar a cada órgão do MEC a orientação da ABNT e encaminhar a essa Associação todas as consultas formuladas pelos órgãos, pretende-se, nesse sentido, para 1978, um trabalho dinamizado qualitativa e quantitativamente, bem mais atuante, de modo a proporcionar um resultado compatível com sua missão de órgão condutor da política de documentação e divulgação.

DEPARTAMENTO DO PESSOAL

I - Apresentação

O Departamento do Pessoal (DP), durante o exercício de 1977, definiu como pontos básicos de sua atuação os seguintes: implantação do cadastro de pessoal do Ministério pelo processamento eletrônico de dados; implantação total da folha de pagamento pelo Centre de Informática do MEC (CIMEC); aceleração do processo decisório; e execução final do Plano de Classificação de Cargos.

II — Principais Realizações no Exercício de 1977

— *Modernização Administrativa*

Para dinamização das atividades do Departamento, considerou-se prioritária a utilização do processamento eletrônico de dados no sistema de administração de pessoal, através do CIMEC, promovendo, entre outras, as seguintes realizações:

- implantação do cadastro básico de todos os servidores do Ministério;
- implantação do pagamento do pessoal dos órgãos da administração direta e treinamento das equipes responsáveis pela execução dos serviços;
- estudos para implantação do cadastro histórico de pessoal;
- conclusão dos estudos para emissão da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Com a utilização do computador, tornou-se indispensável o desenvolvimento do projeto Sistema de Informações em Administração de Pessoal (SIAP), que introduziu mecanismos de ação administrativa, tais como: implantação de rotinas de trabalho, edição e divulgação de: Manual de Administração de Pessoal e Manual do Servidor; início da implantação do Sistema de Progressão Funcional e Aumento por Mérito; e, ainda, elaboração do respectivo manual de orientação; e estudos para reorganização do Departamento.

- *Plano de Classificação de Cargos*

Durante este ano, o DP promoveu a implantação do Grupo Magistério de 1º e 2º Graus nas escolas técnicas, universidades. Campanha Nacional de Alimentação Escolar, Colégio Comercial Prof. Clovis Salgado, Centro Nacional de Educação Especial e Colégio Pedro II.

Promoveu, também: alteração dos decretos de implantação das clientelas originárias e secundárias e dos grupos DAS/DAI; inclusão, no Plano de Classificação, de servidores redistribuídos para o Ministério; e reajustamento de proventos de aposentados.

— *Assistência Médico-Social*

Neste setor, foram beneficiadas 10.421 pessoas, nas seguintes áreas: assistência social - 1.206; assistência médica - 6.870; perícia - 2.215; e visita domiciliar - **130**.

— *Treinamento*

Foram realizados 10 cursos nas áreas de organização, legislação e previdência para 4.209 participantes. Também foi realizado processo seletivo para 495 pessoas, para efeito de inclusão e alteração no Plano de Classificação de Cargos.

III — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do Órgão	Fonte de Recursos	1975		1976		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Administração de Pessoal	Tesouro	78.658	71.344	256.966	256.332	277.721	312.422	311.762
Capacitação de Pessoal Técnico-Administrativo	Tesouro	-	-	-	-	390	339	450
Serviços Postais e de Telecomunicações	Tesouro	-	-	-	-	-	-	680
T O T A L		78.658	71.344	256.966	256.332	278.111	312.761	312.892

IV -Conclusão

O Departamento do Pessoal considerou da maior importância a criação de um suporte administrativo voltado para o cumprimento das finalidades do Ministério. Com essa preocupação, procurou adequar os recursos disponíveis às condições existentes, para a consecução desse propósito e a otimização do seu desempenho.

Em 1978, o DP pretende: implantar o cadastro de todos os servidores do Ministério; centralizar o pagamento do pessoal dos órgãos da administração direta; implantar o Sistema de Progressão Funcional e Aumento por Mérito; dar prosseguimento ao programa de treinamento; desenvolver o projeto de reorganização do Departamento; e implantar sistema de orientação aos órgãos vinculados.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

I - Apresentação

O Instituto Nacional do Livro (INL) tem se mantido fiel aos princípios básicos de sua criação, contidos no Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que estabeleceu, de forma clara e objetiva, o importante papel do órgão no desempenho da política governamental do livro no contexto cultural do País.

Assim, durante o exercício de 1977, o INL, como órgão incumbido de planejar, coordenar e executar a política nacional do livro cultural, exerceu as atividades de incentivar a criação literária nacional, a produção, o aprimoramento, a divulgação, a distribuição e a preservação de obras de interesse educacional, científico e cultural.

II - Principais Realizações no Exercício de 1977

— *Coordenação do Livro Cultural*

Em 1977, dentro das seguintes prioridades: estudos brasileiros, romance, novela, conto, poesia, literatura infantil e juvenil, o Instituto Nacional do Livro deu ênfase à reedição de obras essenciais da cultura brasileira e que de há muito se achavam esgotadas.

Foram contratados, em sistema de edições próprias e de co-edições com editoras nacionais, 147 títulos, para uma tiragem de 1.094.500 exemplares, com um investimento no valor de Cr\$ 14 milhões.

Alguns títulos e coleções, pelo seu alto significado editorial, merecem menção à parte. Vêm esses lançamentos alcançando a maior repercussão nos meios culturais do País, tendo sobre eles se manifestado algumas das maiores expressões da crítica e da historiografia nacional, além do unânime louvor da imprensa, tais como:

— *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, de Spencer Vampré, e *História da Faculdade de Direito do Recife*, de Clovis Beviláqua, edições comemorativas do Sesquicentenário da Instauração dos Cursos Jurídicos no Brasil (1827-1977);

- *Falas do Trono* (desde o ano de 1823 até o ano de 1889), acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara Temporária;

- *Obras de José de Alencar* (ficção) — edições comemorativas do centenário

de sua morte,

- *Edições Críticas de Obras de Machado de Assis*;
- *História do Brasil*, de Robert h Southey;
- *História do Brasil*, de João Armitage;
- *Correspondência de Capistrano de Abreu*;
- *Crônica da Companhia de Jesus*, de Si mão de Vasconcelos;
- *Diálogo das Grandezas do Brasil*;
- *Iconografia Colorida das Serpentes do Brasil*, de Afrânio Amaral;
- *Coleção A Aventura de Ler*, literatura juvenil;
- *Coleção História de Recreio*, literatura infantil.

Quanto aos prêmios literários das diversas áreas do livro cultural, foram distribuídos os seguintes:

- *Prêmio Literário Nacional* - História ou Ensaio Literário
 - Categoria publicados: *A Câmara dos Deputados*, de Afonso Arinos de Melo Franco, no valor de Cr\$ 83 mil;
 - Categoria inéditos: *Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*, de José Gonçalves Salvador, no valor de Cr\$ 83 mil;
 - *Prêmio de Pesquisa Estudantil* — tema: José de Alencar (transcurso do centenário de sua morte).
 - 1º grau - no valor de Cr\$ 5,5 mil, e 2º grau, no valor de Cr\$ 6,5 mil.
- *Programa de Bibliotecas*

A distribuição de livros atingiu o montante de 745.000 exemplares, atendendo prioritariamente às bibliotecas públicas municipais e aos carros-bibliotecas, num total de 1.860 instituições. De acordo com o preceito legal, foram atendidas as bibliotecas que se encontram em situação regular com o INL. Desse modo, o objetivo alcançado com os livros distribuídos propiciou leitura informativa, recreativa e didática, de acordo com os diferentes níveis etários, sócio-econômicos, profissionais, culturais e regionais.

Foram adquiridos 4 carros-bibliotecas, o que aumentou a frota do INL para 14 viaturas, que propiciaram atendimento bibliográfico às populações suburbanas e rurais, e, ainda, a oportunidade de treinamento para os alunos de Biblioteconomia.

O Programa para Treinamento Intensivo de Auxiliares de Biblioteconomia (PROTIAB), responsável pela capacitação de pessoal para administrar convenientemente as bibliotecas públicas municipais, onde não existem técnicos em biblioteconomia, realizou 40 cursos, capacitando 800 novos auxiliares de biblioteca.

Durante esse exercício, o referido Programa de Bibliotecas iniciou a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, começando a implantação dos sistemas estaduais no Ceará, no Rio Grande do Norte, no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

No sentido de reformular os Prêmios Literários Nacionais, o INL procedeu a estudos considerando a necessidade de diversificá-los, em função de uma maior abrangência de gêneros, ao mesmo tempo estabelecendo para eles novos e mais altos níveis de valores.

Pelos mesmos propósitos de apoio e incremento das atividades culturais, o INL criou um prêmio novo, de intensa repercussão nos meios biblioteconômicos do País, por ser, no gênero, talvez o único outorgado em todo o mundo: o Prêmio de Biblioteconomia e Documentação.

II — Execução Financeira

Cr\$ 1.000

Relação dos Projetos Prioritários, Não Prioritários e Atividades de Administração do órgão	Fonte de Recursos	1 9 7 5		1 9 7 6		1977		1978
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Promoção do Livro e de Bibliotecas	Tesouro FNDE/PIN	2.000 500	2.000 426	3.192 673	2.873 465	4.585 707	4.522 699	12.617
	Subtotal	2.500	2.426	3.865	3338	5.292	5.221	12.617
Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura	FNDE	22.000	22.000	2.000	1.999	9.600	9.528	-
Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 1º Grau	Tesouro O. Créd Saldo/74	1.312 3.062 705	1.312 2.758 629	-	-	-	-	-
	Subtotal	5.079	4.699	-	-	-	-	-
Pesquisa sobre o Livro	Tesouro	2.000	-	1.000	1.000	1.000	-	1.000
Edição e Difusão de Obras de Interesse Cultural	Tesouro O. Fontes	6.934 220	6.903 184	7.958 220	7.938 179	10.500 1.806	10.446 1.305	11.795 220
	Subtotal	7.154	7.087	8.178	8.117	12.306	11.751	12.015
Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas	Tesouro Sal.-Ed. Op. Créd. O. Fontes e Conv. S.Ex. Ant. Rest. Div.	13.040 35.000 30.000 4.760 5.781 153	10.854 35.000 30.000 3.011 5.459 131		-	-	-	-
	Subtotal	88.734	84.455		-	-	-	-
Administração do Instituto	Tesouro	5.850	5.817	7.810	7.400	9.996	9.467	12.950
TOTAL		133.317	126.484	22.853	21.854	38.194	35.967	38.582

IV - Conclusão

Para o próximo exercício, o INL dará prosseguimento à cobertura de suas metas bibliográficas, tendo em vista sua adequação às prioridades do programa e à clientela das bibliotecas nele inscritas. Assim, serão recolocadas ao alcance dos pesquisadores e das novas gerações obras essenciais da cultura brasileira, a preços reduzidos.

Ao mesmo tempo, será desenvolvida uma linha de programação objetivando incentivar o hábito de leitura numa faixa intermediária entre o livro infantil e juvenil e o livro para adultos, reconhecidamente carente de material bibliográfico, que servirá de elemento de apoio para o programa de melhoria do ensino de português.

O Programa de Bibliotecas concentrará suas atividades básicas na criação/manutenção de bibliotecas públicas municipais; na formação e distribuição de coleções bibliográficas para as bibliotecas convenientes com o órgão; na formação de recursos humanos para a administração dessas bibliotecas; e na continuação da implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Pelo referido programa, serão distribuídos 800.000 livros à rede de bibliotecas do Instituto; 800 auxiliares de bibliotecas serão treinados pelo PROTI AB; e será dado desenvolvimento ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, através da implantação progressiva de sistemas estaduais nas seguintes unidades federadas: Acre, Pará, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Impresso na Gráfica Brasil Central
Av. W-2 - Quadra 506 - Bloco "B" - Loja 30
Telefone: 242-3898

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)